

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	128
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	139
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	144
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	146
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	147
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	148

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	136.721
Preferenciais	0
Total	136.721
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.951.777	1.989.891
1.01	Ativo Circulante	1.070.310	618.412
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	960.258	195.612
1.01.01.01	Caixa e Bancos	851	152
1.01.01.02	Outras Aplicações em Renda Fixa	0	142
1.01.01.03	Fundo Multimercado MPX63	834.958	195.318
1.01.01.04	CDB	124.449	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	4.909
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	4.909
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	4.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.385	51.272
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.385	51.272
1.01.07	Despesas Antecipadas	151	188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80.516	366.431
1.01.08.03	Outros	80.516	366.431
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	2.138	922
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	2.362	0
1.01.08.03.03	Ganhos com derivativos	19.289	0
1.01.08.03.04	Depósitos Vinculados	56.727	365.508
1.01.08.03.05	Outros Créditos	0	1
1.02	Ativo Não Circulante	1.881.467	1.371.479
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	319.756	297.169
1.02.01.06	Tributos Diferidos	88.680	19.407
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.680	19.407
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	231.076	277.762
1.02.01.09.03	Mutuo com Controladas	24.173	267.437
1.02.01.09.04	Contas a Receber com Controladas	5.710	0
1.02.01.09.05	AFAC com Controladas	162.757	10.270
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Outras Pessoas Ligadas	2.796	0
1.02.01.09.07	Despesa Antecipada	55	55
1.02.01.09.08	Imposto a Recuperar	35.585	0
1.02.02	Investimentos	1.538.331	1.059.580
1.02.02.01	Participações Societárias	1.538.331	1.059.580
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	54.466	26.240
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.115.480	741.125
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	368.385	267.996
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	24.219
1.02.03	Imobilizado	21.641	13.857
1.02.04	Intangível	1.739	873

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.951.777	1.989.891
2.01	Passivo Circulante	157.784	272.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.386	3.976
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.386	3.976
2.01.02	Fornecedores	1.298	3.471
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.298	3.471
2.01.03	Obrigações Fiscais	100	335
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	136.749	251.078
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	106.286	251.078
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	106.286	251.078
2.01.04.02	Debêntures	30.463	0
2.01.05	Outras Obrigações	15.251	13.438
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.934	716
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	724	337
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.210	379
2.01.05.02	Outros	11.317	12.722
2.01.05.02.04	Perdas em Operações com Derivativos	0	4.454
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	11.242	8.268
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	75	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.476.193	4.253
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.465.155	0
2.02.01.02	Debêntures	1.465.155	0
2.02.02	Outras Obrigações	11.038	4.253
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	2
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3	2
2.02.02.02	Outros	11.035	4.251
2.02.02.02.05	Passivo a Descoberto	11.035	4.251
2.03	Patrimônio Líquido	1.317.800	1.713.340
2.03.01	Capital Social Realizado	2.042.014	2.041.918
2.03.02	Reservas de Capital	274.625	223.851
2.03.02.04	Opções Outorgadas	274.625	223.851
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-927.169	-517.029
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-71.670	-35.400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-433.711	-331.062
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-156.305	-167.641
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-92.592	-41.029
3.04.02.02	Outras Despesas	-8.107	-85.080
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-46.683	-33.679
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.120	-666
3.04.02.05	Arrendamentos e Aluguéis	-7.803	-7.187
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	566	6.695
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.513	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-218.459	-170.116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-433.711	-331.062
3.06	Resultado Financeiro	-44.114	67.787
3.06.01	Receitas Financeiras	127.196	79.436
3.06.01.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	28.348	4.904
3.06.01.02	Variação Cambial Positiva	3	20
3.06.01.03	Aplicação Financeira	94.932	71.517
3.06.01.04	Outras Receitas Financeiras	3.913	2.995
3.06.02	Despesas Financeiras	-171.310	-11.649
3.06.02.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-8.635	0
3.06.02.02	Variação Cambial Negativa	-26	-25
3.06.02.03	Juros/ Custos Debêntures	-60.105	0
3.06.02.04	Valor Justo Debêntures	-62.003	0
3.06.02.05	Outras Despesas Financeiras	-40.541	-11.624
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-477.825	-263.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	69.272	7.025
3.08.02	Diferido	69.272	7.025
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-408.553	-256.250
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-408.553	-256.250
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,98824	-1,8751
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,98824	-1,8751

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-408.553	-256.250
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-29.960	8.013
4.02.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-17.713	6.703
4.02.02	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.247	1.310
4.03	Resultado Abrangente do Período	-438.513	-248.237

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-113.941	-35.584
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-73.487	-41.393
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-477.825	-263.275
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.120	666
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	218.459	170.116
6.01.01.04	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-19.713	-4.904
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	50.774	64.821
6.01.01.08	Provisão para Passivo a Descoberto	27.771	-24.787
6.01.01.13	Juros / Custos Debêntures	60.105	0
6.01.01.14	Valor Justo Debêntures	62.003	0
6.01.01.15	Juros empréstimos e partes relacionadas	8.347	15.970
6.01.01.16	Provisão para Perda em Investimento	31.742	0
6.01.01.17	Avaliação Patrimonial	-36.270	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.162	1.669
6.01.02.01	Adiantamentos Diversos	-1.216	-1.792
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	37	43
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-13.698	27.292
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-235	-27.590
6.01.02.10	Fornecedores	-2.173	336
6.01.02.11	Provisões e Encargos Trabalhistas	410	-4.231
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	1	7.611
6.01.02.14	Débitos/ Créditos com Partes Relacionadas	-5.288	0
6.01.03	Outros	-18.292	4.140
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-733.812	-460.075
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-9.770	-56.570
6.02.02	Baixa de Imobilizado e Intangível	0	27.614
6.02.03	Títulos e Valores Imobiliários	4.909	-4.909
6.02.04	Variação de Investimentos	-728.951	-426.210
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.612.399	-127.226
6.03.01	Instrumentos Financeiros	-8.281	3.354
6.03.02	Aumento de Capital	96	0
6.03.03	Mútuo com Partes Relacionadas	243.264	-95.367
6.03.07	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-153.139	235.108
6.03.08	Depósitos Vinculados	308.781	-270.321
6.03.09	Emissão de Debêntures	1.376.527	0
6.03.10	AFAC com controladas	-152.487	0
6.03.11	Dividendos	-2.362	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	661
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	764.646	-622.224
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.612	817.836
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	960.258	195.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.041.918	223.851	0	-517.029	-35.400	1.713.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.041.918	223.851	0	-517.029	-35.400	1.713.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	96	50.774	0	0	0	50.870
5.04.01	Aumentos de Capital	96	0	0	0	0	96
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	50.774	0	0	0	50.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-410.140	-36.270	-446.410
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-410.140	-36.270	-446.410
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-1.587	-18.557	-20.144
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-17.713	-17.713
5.05.02.07	Prejuízo do Período	0	0	0	-408.553	0	-408.553
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.042.014	274.625	0	-927.169	-71.670	1.317.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	2.041.918	159.030	0	-260.779	-43.413	1.896.756
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	2.041.918	159.030	0	-260.779	-43.413	1.896.756
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	64.821	0	0	0	64.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	64.821	0	0	0	64.821
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-256.250	8.013	-248.237
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-256.250	8.013	-248.237
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.310	1.310
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.703	6.703
5.05.02.07	Prejuízo do Período	0	0	0	-256.250	0	-256.250
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	2.041.918	223.851	0	-517.029	-35.400	1.713.340

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.612	-90.843
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-53.612	-90.843
7.03	Valor Adicionado Bruto	-53.612	-90.843
7.04	Retenções	-1.120	-666
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.120	-666
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-54.732	-91.509
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-150.778	-115.486
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-218.459	-170.116
7.06.02	Receitas Financeiras	98.846	74.513
7.06.03	Outros	-31.165	-19.883
7.06.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	28.348	4.904
7.06.03.02	Provisão para Passivo a Descoberto	-59.513	-24.787
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-205.510	-206.995
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-205.510	-206.995
7.08.01	Pessoal	92.592	42.343
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.800	18.203
7.08.01.02	Benefícios	4.197	16.684
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.595	6.960
7.08.01.04	Outros	0	496
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-69.030	-5.618
7.08.02.01	Federais	-69.030	-7.025
7.08.02.02	Estaduais	0	1.407
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.481	12.530
7.08.03.01	Juros	130.456	4.928
7.08.03.02	Aluguéis	7.803	7.187
7.08.03.03	Outras	41.222	415
7.08.03.03.01	Perdas com Derivativos	8.635	0
7.08.03.03.02	Seguros	370	391
7.08.03.03.03	Variação Cambial	23	24
7.08.03.03.04	Despesas Financeiras	32.194	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-408.553	-256.250
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-408.553	-256.250

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	7.953.680	4.821.986
1.01	Ativo Circulante	1.708.592	931.961
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.442.415	304.467
1.01.01.01	Caixa e Bancos	20.554	13.323
1.01.01.02	Fundo Multimercado MPX 63	1.210.166	208.848
1.01.01.03	Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal	61.505	67.484
1.01.01.04	CDB	124.449	13.392
1.01.01.05	Outras Aplicações em Renda Fixa	25.741	1.420
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.437	175.091
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.437	175.091
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	9.437	175.091
1.01.03	Contas a Receber	21.898	9.846
1.01.03.01	Clientes	21.898	9.846
1.01.04	Estoques	85.938	7.068
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.711	52.615
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.711	52.615
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.908	8.469
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.285	374.405
1.01.08.03	Outros	97.285	374.405
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	11.285	4.132
1.01.08.03.03	Ganhos com Derivativos	19.289	0
1.01.08.03.04	Depósitos Vinculados	61.844	365.508
1.01.08.03.05	Subsídios a receber - CCC	4.828	4.190
1.01.08.03.06	Outros Créditos	39	575
1.02	Ativo Não Circulante	6.245.088	3.890.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	527.921	278.364
1.02.01.06	Tributos Diferidos	339.049	215.220
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	339.049	215.220
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.514	4.283
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	186.358	58.861
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados	62.471	9.170
1.02.01.09.05	Subsídios a Receber - CCC	24.617	24.617
1.02.01.09.07	Impostos a Recuperar	90.834	18.270
1.02.01.09.08	Contas a Receber com Outras Pessoas Ligadas	8.436	3.263
1.02.01.09.09	Outros Créditos	0	3.541
1.02.02	Investimentos	55.742	50.459
1.02.02.01	Participações Societárias	55.742	50.459
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	54.466	26.240
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.276	24.219
1.02.03	Imobilizado	5.393.809	3.472.679
1.02.04	Intangível	267.616	88.523

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	7.953.680	4.821.986
2.01	Passivo Circulante	1.632.130	675.344
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.017	14.369
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.017	14.369
2.01.02	Fornecedores	186.680	119.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	186.680	119.486
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.261	5.156
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.261	5.156
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.261	5.156
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.061.150	294.809
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.030.687	294.809
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.030.687	294.809
2.01.04.02	Debêntures	30.463	0
2.01.05	Outras Obrigações	348.022	241.524
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.697	649
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.697	649
2.01.05.02	Outros	344.325	240.875
2.01.05.02.04	Perdas em Operações com Derivativos	86.633	46.164
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais	180.497	183.958
2.01.05.02.07	Participações nos Lucros	19.177	10.753
2.01.05.02.08	Dividendos a Pagar	2.270	0
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	55.748	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.951.475	2.445.079
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.776.218	2.295.173
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.311.063	2.295.173
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.019.444	2.036.256
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	291.619	258.917
2.02.01.02	Debêntures	1.465.155	0
2.02.02	Outras Obrigações	157.138	144.319
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	340	1.271
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	340	1.271
2.02.02.02	Outros	156.798	143.048
2.02.02.02.03	Perdas em Operações com Derivativos	156.798	143.048
2.02.03	Tributos Diferidos	13.239	2.048
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.239	2.048
2.02.04	Provisões	4.880	3.539
2.02.04.02	Outras Provisões	4.880	3.539
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	3.854	3.539
2.02.04.02.05	Outras provisões	1.026	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.370.075	1.701.563
2.03.01	Capital Social Realizado	2.042.014	2.041.918
2.03.02	Reservas de Capital	274.625	223.851
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-982.323	-572.183
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-71.670	-35.400
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	107.429	43.377

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	168.279	98.454
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-163.778	-116.482
3.03	Resultado Bruto	4.501	-18.028
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-341.585	-249.865
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-277.934	-226.167
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-148.690	-131.278
3.04.02.02	Outras Despesas	-18.514	-14.915
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-93.516	-66.694
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-3.358	-2.017
3.04.02.05	Arrendamentos e Aluguéis	-13.856	-11.263
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.128	8.236
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.062	-30.399
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.717	-1.535
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-337.084	-267.893
3.06	Resultado Financeiro	-202.387	-45.744
3.06.01	Receitas Financeiras	1.586.887	196.724
3.06.01.01	Variação Cambial Positiva	52.237	40.023
3.06.01.02	Aplicação Financeira	97.351	60.291
3.06.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.428.369	91.609
3.06.01.04	Outras Receitas Financeiras	8.930	4.801
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.789.274	-242.468
3.06.02.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.490.567	-189.881
3.06.02.02	Variação Cambial Negativa	-101.363	-29.223
3.06.02.03	Juros / Custos Debêntures	-53.875	0
3.06.02.04	Valor Justo Debêntures	-62.003	0
3.06.02.05	Outras Despesas Financeiras	-81.466	-23.364
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-539.471	-313.637
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	137.609	58.023
3.08.01	Corrente	-4.864	-280
3.08.02	Diferido	142.473	58.303
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-401.862	-255.614
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-401.862	-255.614
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-408.553	-256.250
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.691	636
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,98824	-1,8751
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,98824	-1,8751

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-401.862	-255.614
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-36.269	8.013
4.02.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-17.712	6.703
4.02.03	Parcela efetiva das mudanças na valor justo dos hedges de fluxo de caixa - hedge accounting	-28.115	1.985
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos - hedge accounting	9.558	-675
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-438.131	-247.601
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-444.822	-248.237
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.691	636

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-239.023	-35.958
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-268.482	-142.773
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-539.471	-313.637
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.568	2.017
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	27.717	1.535
6.01.01.04	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	62.198	98.272
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	50.774	64.821
6.01.01.09	Provisão para Desmantelamento	315	257
6.01.01.12	Provisão para perda em investimento	36.940	0
6.01.01.13	Juros/ Custos Debêntures	53.875	0
6.01.01.14	Valor Justo Debêntures	62.003	0
6.01.01.15	Juros empréstimos e partes relacionadas	3.869	3.962
6.01.01.16	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-36.270	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54.184	102.457
6.01.02.01	Adiantamentos Diversos	-7.153	-4.132
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-3.670	-3.470
6.01.02.03	Contas a Receber	-12.052	-3.551
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-27.825	30.312
6.01.02.06	Estoque	-78.870	-4.458
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	8.239	-27.615
6.01.02.10	Fornecedores	67.194	110.049
6.01.02.11	Encargos Trabalhistas	3.648	-1.311
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-1	5.378
6.01.02.13	Subsídios a Receber - CCC	-638	1.255
6.01.02.14	Débitos / Créditos partes relacionadas	-3.056	0
6.01.03	Outros	83.643	4.358
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.973.877	-1.855.333
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-2.134.611	-1.665.685
6.02.02	Baixa de Imobilizado e Intangível	28.080	36.877
6.02.03	Títulos e Valores Imobiliários	165.654	-175.091
6.02.04	Variação de Investimentos	-33.000	-51.434
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.350.848	651.551
6.03.01	Instrumentos Financeiros	-27.267	-84.918
6.03.02	Aumento de Capital	96	0
6.03.03	Mútuo com Partes Relacionadas	0	-1.725
6.03.05	Retenções Contratuais	-3.461	-26.688
6.03.07	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.747.899	1.039.109
6.03.08	Aumento de Capital proveniente de participação de acionistas não Controladores	4.421	5.264
6.03.09	Depósitos vinculados	250.363	-279.491
6.03.10	Liquidação de debêntures	1.376.527	0
6.03.11	Dividendos	2.270	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	661
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.137.948	-1.239.079
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	304.467	1.543.546

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício
		01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.442.415	304.467

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.041.918	223.851	0	-572.183	-35.400	1.658.186	43.377	1.701.563
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.041.918	223.851	0	-572.183	-35.400	1.658.186	43.377	1.701.563
5.04	Transações de Capital com os Sócios	96	50.774	0	0	0	50.870	0	50.870
5.04.01	Aumentos de Capital	96	0	0	0	0	96	0	96
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	50.774	0	0	0	50.774	0	50.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-410.140	-36.270	-446.410	64.052	-382.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-410.140	-36.270	-446.410	64.052	-382.358
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-1.587	-18.557	-20.144	0	-20.144
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-17.713	-17.713	0	-17.713
5.05.02.06	Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0	67.792	67.792
5.05.02.07	Prejuízo do Período	0	0	0	-408.553	0	-408.553	-3.740	-412.293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.042.014	274.625	0	-982.323	-71.670	1.262.646	107.429	1.370.075

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.041.918	159.030	0	-315.933	-43.413	1.841.602	37.477	1.879.079
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.041.918	159.030	0	-315.933	-43.413	1.841.602	37.477	1.879.079
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	64.821	0	0	0	64.821	0	64.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	64.821	0	0	0	64.821	0	64.821
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-256.250	8.013	-248.237	5.900	-242.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-256.250	8.013	-248.237	5.900	-242.337
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.310	1.310	0	1.310
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	6.703	6.703	0	6.703
5.05.02.06	Participação acionistas não controlador	0	0	0	0	0	0	5.264	5.264
5.05.02.07	Prejuízo do Período	0	0	0	-256.250	0	-256.250	636	-255.614
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.041.918	223.851	0	-572.183	-35.400	1.658.186	43.377	1.701.563

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.202.709	1.734.119
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	168.279	98.455
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.034.430	1.635.664
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-250.192	-77.400
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-250.192	-77.400
7.03	Valor Adicionado Bruto	952.517	1.656.719
7.04	Retenções	-9.568	-7.971
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.568	-7.971
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	942.949	1.648.748
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.502.364	-34.714
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.717	-1.535
7.06.02	Receitas Financeiras	106.281	65.093
7.06.03	Outros	1.423.800	-98.272
7.06.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.428.370	-98.272
7.06.03.02	Provisão para Perda com Impairment	-4.570	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.445.313	1.614.034
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.445.313	1.614.034
7.08.01	Pessoal	153.533	67.772
7.08.01.01	Remuneração Direta	130.605	36.401
7.08.01.02	Benefícios	8.348	21.411
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.580	9.464
7.08.01.04	Outros	0	496
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-135.112	-55.992
7.08.02.01	Federais	-135.112	-58.023
7.08.02.02	Estaduais	0	2.031
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.828.754	1.859.140
7.08.03.01	Juros	119.747	34.020
7.08.03.02	Aluguéis	20.289	11.263
7.08.03.03	Outras	2.688.718	1.813.857
7.08.03.03.01	Perdas em Operações com Derivativos	1.490.567	189.881
7.08.03.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	1.065.793	1.592.442
7.08.03.03.03	Seguros	5.635	2.311
7.08.03.03.04	Variação Cambial	49.126	29.223
7.08.03.03.06	Despesas Financeiras	77.597	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-401.862	-256.886
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-408.553	-256.250
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.691	-636

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A Administração da MPX Energia S.A. ("MPX"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

1 Mensagem da Administração

2011 foi um ano excepcional para a MPX, fruto do trabalho e da determinação de nossa equipe, não apenas no desenvolvimento de uma estratégia que nos permitisse acelerar o crescimento e elevar a rentabilidade de nosso negócio, como também na eficaz execução dos planos traçados.

De fato, no início de 2012, a excelência da estratégia de integração vertical e da visão comercial de nossa companhia foi reconhecida por uma das mais importantes empresas de energia do mundo, a E.ON AG, que identificou a MPX como a companhia com a melhor plataforma para capitalizar o alto crescimento projetado para o Brasil. Juntas, alavancando as significativas complementaridades e a experiência de ambas as companhias, MPX e E.ON pretendem criar uma das maiores empresas privadas de energia do país. Essa parceria, altamente estratégica, irá gerar significativas oportunidades de crescimento ao longo dos próximos anos.

Como resultado de nossa parceria com a E.ON, nossos ativos de carvão na Colômbia serão cindidos e formarão uma nova companhia, independente – a CCX – que também será listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Aproximadamente quatro anos se passaram desde a aquisição de nossas primeiras concessões minerais na Colômbia e, nesse curto espaço de tempo, realizamos uma vasta campanha de sondagem e complexos projetos de engenharia. Entregamos a CCX aos nossos acionistas confiantes de que a companhia está destinada a se tornar um importante *player* no mercado internacional de carvão, com longo potencial de criação de valor.

Nossas realizações no último ano não teriam sido possíveis sem o talento de nossa equipe financeira. Em meados de 2011, a MPX levantou R\$ 1,4 bilhão através da emissão de debêntures conversíveis, assegurando que as necessidades de capital da companhia no curto e médio prazos estivessem cobertas e permitindo, assim, a contratação de 1,5 GW de nova capacidade, a ser construída nos próximos anos.

Ao longo de 2011, a OGX Maranhão, sociedade formada entre a MPX e a OGX, deu continuidade à campanha exploratória de seus blocos terrestres na Bacia do Parnaíba. Com mais de 11 Tcf em recursos riscados totais, estimados pela DeGolyer & MacNaughton, esses ativos proporcionarão à MPX vantagens competitivas de longo-prazo, possibilitadas pela integração do fornecimento de gás natural à geração de energia na região. O mês de maio de 2011 marcou o início do desenvolvimento de um importante complexo de geração térmica a gás, que deverá contribuir significativamente para a futura expansão deste segmento no Brasil. Nesse mês, a OGX Maranhão apresentou à ANP a declaração de comercialidade de duas acumulações de gás - Gavião Azul e Gavião Real – que poderão atingir, já em 2013, uma produção de seis milhões de metros cúbicos por dia.

A declaração de comercialidade desses dois campos foi prontamente seguida pela aquisição de contratos de energia totalizando 676 MW, que serão fornecidos pela UTE Parnaíba – Fase I, a partir de 2013. E em agosto, foi assegurado o desenvolvimento da UTE Parnaíba - Fase II, quando nossa companhia sagrou-se vencedora no leilão de energia A-3, para fornecimento de 517 MW adicionais, a partir de 2014. As empresas espanholas Duro Felguera e Initec Energia S.A. foram engajadas para construção das Fases I e II, respectivamente, e nossa parceria com a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GE assegurou o fornecimento de equipamentos para ambas as usinas. Três turbinas e três geradores elétricos já foram embarcados para o Brasil e uma quarta turbina está em fase de testes. Duas turbinas adicionais encontram-se em fase de montagem na planta da GE, em Greenville, na Carolina do Sul. Ao final do ano, com a assinatura de um contrato com a MMX, para fornecimento de energia para sua mina de minério de ferro Serra Azul, a capacidade contratada total do complexo do Parnaíba atingiu 1,5 GW. Estamos confiantes de que capacidade adicional poderá ser consistentemente implementada com a intensificação da campanha de perfuração pela OGX Maranhão e a identificação de novos campos comercialmente viáveis para a produção de gás.

Também devemos ressaltar as iniciativas da companhia na área de Sustentabilidade. A MPX recebeu o prêmio ECO 2011 por sua pioneira iniciativa no Estado do Ceará, a Usina Solar Tauá, primeira unidade de geração solar na América Latina conectada à rede elétrica, com capacidade inicial de 1 MW e em processo de licenciamento para aumento da capacidade para 50 MW. A Usina de Tauá é prova de nossa confiança no desenvolvimento da geração de energia solar no Brasil, como fonte complementar na matriz energética do país. Esse é o segundo reconhecimento consecutivo da MPX pelo Prêmio ECO, que completou 29 anos em 2011. Em 2010, a MPX foi reconhecida pelo programa de realocação de 95 famílias no Maranhão, a Vila Canaã, que redefiniu os parâmetros de qualidade e responsabilidade social na região.

Ademais, durante 2011, a MPX proporcionou oportunidades de treinamento profissional para mais de 1.500 pessoas através de seus programas no Maranhão e no Ceará e, ainda, no Chile e na Colômbia. Projetos de investimento social foram desenvolvidos em locais próximos aos projetos de nossa companhia, com foco em apoio para serviços essenciais, em especial educação e saúde. A “Associação da Escola Família Agrícola” localizada em Capinzal do Norte, no Estado do Maranhão, recebeu doações que forneceram maquinário para fabricação de polpas de frutas, criando novas oportunidades de geração de renda para seus membros. Ainda durante o ano, o distrito de Pecém, no Ceará, foi beneficiado pelo programa “Crianças Saudáveis, Futuro Saudável”, resultado de uma parceria entre a MPX e a ONG Inmed Brasil. Este programa visa melhorar a qualidade de vida das crianças, contribuindo para a prevenção de anemia e parasitoses intestinais.

2012 promete ser mais um ano de grandes conquistas para a MPX. No primeiro semestre, a companhia iniciará suas operações em Pecém I e Itaqui, que juntas irão gerar 1.080 MW. –Além disso, a produção de gás nos campos de Gavião Real e Gavião Azul deverá ser iniciada no segundo semestre, gerando fluxos de caixa adicionais com o início do comissionamento das usinas termelétricas do Parnaíba.

A recém formada parceria reunirá a notável experiência em desenvolvimento e licenciamento, amplo conhecimento do mercado brasileiro de energia e diferenciada visão comercial da MPX à vasta experiência da E.ON no desenvolvimento, execução e operação de um portfólio de energia que atualmente totaliza 69 GW, divididos entre geração a gás, a carvão, renovável e nuclear, assim como sua operação global de comercialização e suprimento de energia e combustíveis. Estamos certos de que, juntas, as duas companhias poderão criar um negócio muito maior que a soma das partes, gerando novas oportunidades de crescimento muito além do atual portfólio.

A MPX atingiu muitos marcos importantes em sua relativamente curta história como companhia aberta e agora está pronta para se tornar um dos principais *players* do crescente setor de energia da América Latina. Mais uma vez, devemos agradecer à nossa equipe por toda a sua dedicação e comprometimento, bem como aos nossos acionistas por sua grande confiança em nossa capacidade. Nossas conquistas não teriam sido possíveis sem eles.

Eduardo Karrer

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

2 Principais eventos de 2011

- Diagnóstico Ambiental de Alternativas para o porto da MPX na Colômbia aprovado em fevereiro de 2011.
- Em fevereiro de 2011, concedida a licença de instalação para o empreendimento MPX Castilla no Chile, com capacidade de 2.100 MW.
- Em março de 2011, emitida a Licença Preliminar para a construção de 3.300 MW a gás natural no Superporto do Açú. Com isso, a MPX Açú atinge 5.400 MW e passa a ser o maior empreendimento licenciado no Sudeste do Brasil.
- Trajeto da ferrovia da MPX na Colômbia aprovado pela autoridade ambiental regional em março de 2011.
- Anunciada, em março de 2011, a emissão de até R\$ 1,4 bilhão em debêntures conversíveis para financiar o desenvolvimento da MPX Parnaíba e MPX Colombia, considerados empreendimentos-chave para suportar o crescimento da Companhia.
- Em abril de 2011, a DeGolyer and MacNaughton identificou um total de 11,3 trilhões de pés cúbicos (Tcf) de recursos contingentes e prospectivos riscados dos 7 blocos terrestres controlados pela OGX Maranhão na Bacia do Parnaíba.
- Emitida Licença de Instalação para a Usina Termoelétrica MPX Parnaíba, com capacidade de geração a gás natural de 1.863 MW e iniciado o licenciamento de 1.859 MW adicionais, em maio de 2011.
- Declarada comercialidade, em maio de 2011, de dois campos de gás natural operados pela coligada OGX Maranhão na Bacia do Parnaíba. Planos de desenvolvimento estimam produção diária de 6 milhões de m3 em 2013, correspondendo à produção total de 1,1 Tcf de gás.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em junho de 2011 foi divulgado novo Plano de Negócios para as de cobertas na Bacia do Parnaíba.
- Assinado Termo de Compromisso entre MPX e Grupo Bertin para aquisição de projetos com energia contratada no leilão A-5 de 2008, totalizando 660 MW, em junho de 2011.
- Emitida licença prévia para capacidade adicional de 1.859 MW no Complexo Termoelétrico MPX Parnaíba, em junho de 2011, elevando a capacidade licenciada da MPX Parnaíba para 3.722 MW.
- Em agosto de 2011 foi concluída a capitalização da MPX através de debêntures conversíveis.
- Assegurados contratos de energia para 517 MW (UTE Maranhão III), a serem implantados na Bacia do Parnaíba, no leilão de energia nova A-3 de agosto de 2011.
- Concluída em agosto de 2011, após autorização da ANEEL, a aquisição de contratos de Energia do Grupo Bertin, totalizando 676 MW. Os contratos serão supridos pelas UTEs Maranhão IV e V, no Complexo Termelétrico Parnaíba.
- Assinados contratos de Engenharia, Construção e Montagem com as empresas espanholas Duro Felguera e Initec Energia S.A. para a implantação de usinas termelétricas a gás natural no Complexo Termelétrico Parnaíba, no Estado do Maranhão, em agosto de 2011.
- Adquirida, por meio da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Maranhão"), 50% de participação no bloco exploratório terrestre PN-T-102 na Bacia do Parnaíba, interior do estado do Maranhão, em setembro de 2011. Esse é o 8º bloco operado pela OGX Maranhão na Bacia do Parnaíba.
- Em setembro de 2011, foi concluída a negociação entre a MPX e MMX para fornecimento de 200 MW médios por um prazo de 15 anos. Adicionalmente, foram contratados 30 MW médios com outras partes. Ambos os contratos serão supridos a partir do Complexo Termelétrico Parnaíba.
- Em novembro de 2011, a MPX recebeu Licença Ambiental para a mina de Cañaverale, na Colômbia.
- MPX divulgou resultados das sísmicas 3D e atualização do programa de perfuração em San Juan, em novembro de 2011.
- Em novembro de 2011 foi emitida Licença de Instalação para 1.859 MW adicionais no Complexo Termelétrico MPX Parnaíba.
- Em dezembro de 2011, BNDES enquadrando financiamento de longo prazo de R\$ 1,6 bilhão para a implantação de usinas no Complexo Termelétrico do Parnaíba.
- OGX Maranhão obteve Licença Prévia para a produção de gás natural na Bacia do Parnaíba, em dezembro de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 Cenário setorial - Mercado de Energia Elétrica

A carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) no ano de 2011 registrou uma taxa média de crescimento de 3,4% em relação ao ano de 2010, enquanto que as estimativas do mercado para o Produto Interno Bruto de 2011 indicavam uma taxa de crescimento anual em torno de 3,0%. Esse desempenho é explicado principalmente pela expansão da carga nos subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Norte, já que o Nordeste apresentou variação de apenas 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), todas as classes apresentaram variação positiva, com destaque para os setores comercial (+6,3%) e residencial (+4,6%). A classe industrial apresentou crescimento mais modesto (+2,3%).

O ritmo lento de recuperação da economia americana e a deterioração da economia no âmbito da Comunidade Européia, especialmente devido à crise das dívidas soberanas de vários países, acabou gerando uma incerteza no cenário econômico global, tendo como reflexo a contenção dos investimentos e a redução dos níveis da demanda e do comércio internacional.

O regime hidrológico no mês de janeiro de 2012 ficou acima da média nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte e próximo da média no subsistema Sul. No subsistema SE/CO a ENA evoluiu de 44.376 MWmed (108% da MLT) em dezembro para 74.528 MWmed (134% da MLT) neste mês de janeiro. Nos demais subsistemas as variações de dezembro para janeiro foram de 3.669 MWmed (52% da MLT) para 6.741 MWmed (100% da MLT) no Sul, de 10.788 MWmed (105% da MLT) para 17.397 MWmed (122% da MLT) no Nordeste e de 5.845 MWmed (124% da MLT) para 11.268 MWmed (135% da MLT) no Norte.

As afluições verificadas contribuíram para uma redução significativa do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). Os níveis de armazenamento das regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste verificados até o início de 2012 estão acima da Curva de Aversão a Risco (CAR).

A entrada em operação da nova capacidade instalada prevista para 2012, resultante dos Leilões de Energia Nova, ocorreu apenas parcialmente. Algumas usinas ainda não entraram em operação comercial devido a problemas de conexão à rede elétrica. Outros projetos termelétricos, principalmente aqueles a óleo combustível, encontram-se em atraso, totalizando 2870 MW de potência instalada. A entrada em operação desses empreendimentos deve ocorrer até setembro de 2012, adicionando cerca de 2000 MW médios ao SIN.

4 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas refletem principalmente a fase de implementação dos projetos das controladas da Companhia, representada por investimentos, custos e despesas relacionados aos empreendimentos em desenvolvimento.

No ano de 2011, a Companhia apresentou uma receita bruta de R\$ 190,4 milhões, sendo R\$ 42,3 milhões auferidos pela operação da usina UTE Serra do Navio e R\$ 148,1 milhões pela comercializadora de energia. A companhia apurou um resultado negativo de R\$ 408,5 milhões.

O caixa consolidado apurado ao final de 2011 alcançava R\$ 1.451,8 milhões.

5 Responsabilidade Sócio-ambiental

A MPX adota os três pilares da sustentabilidade na condução de seus negócios, criando empreendimentos economicamente viáveis, ambientalmente saudáveis e socialmente justos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dessa forma, a MPX contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das populações relacionadas a seus empreendimentos. Além de respeitar a legislação ambiental aplicável e contribuir para o desenvolvimento regional através da geração de emprego e renda, a MPX e o Grupo EBX investem voluntariamente em projetos de conservação de biomas no Brasil, Chile e Colômbia.

Até final de 2011, a MPX propiciou oportunidades de qualificação profissional a mais de 1.500 pessoas em seus Programas de Qualificação Técnica e Profissional no Maranhão, Ceará, Chile e Colômbia. Foram realizados, ainda, investimentos sociais nas localidades próximas aos empreendimentos da empresa, com foco no apoio aos serviços essenciais, particularmente nas áreas de educação e saúde. A Associação Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte, no Maranhão, recebeu doações que viabilizaram o equipamento de uma fábrica de polpa de frutas e a criação de um viveiro de mudas, gerando novas oportunidades de renda para os associados. O distrito do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, Ceará, foi beneficiado pelo programa “Crianças Saudáveis, Futuro Saudável”. Fruto de uma parceria com a Organização Não Governamental Inmed Brasil, o programa busca melhorar a qualidade de vida das crianças, contribuindo com o combate e prevenção a verminoses e anemia.

Na área ambiental, a MPX investiu, em 2011, mais de dois milhões de reais no apoio ao manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Estão sendo implantados projetos de conservação da Caatinga por meio do apoio à criação e à gestão de áreas particulares protegidas, no Estado do Ceará, e de apoio à gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Pantanal Matogrossense.

Em 2011, a MPX recebeu mais um Prêmio ECO concedido à usina Solar Tauá - primeira unidade de geração solar na América Latina conectado à rede elétrica, localizada no Ceará. Com o reconhecimento à iniciativa na área de energia solar, a MPX acumulou duas vitórias consecutivas no Prêmio ECO. Em 2010, a companhia havia sido premiada pelo programa de realocação de 95 famílias desenvolvido no Maranhão (Vila Canaã), que seguiu os mais altos padrões de qualidade e responsabilidade social.

6 Mercado de capitais e governança corporativa

Desde sua abertura de capital, em 13 de dezembro de 2007, a MPX Energia S.A. faz parte do Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBOVESPA que representa o mais alto grau de exigência em termos de Governança Corporativa, o que demonstra que a MPX prima pela transparência, equidade e máximo respeito pelos interesses de seus *stakeholders*.

O Conselho de Administração da MPX é atualmente composto por 10 membros, dos quais 03 são independentes (33%), porcentagem superior ao exigido pelo Regulamento do Novo Mercado (20%).

A MPX conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa com: i) Comitê de Auditoria, composto por três membros altamente qualificados, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia atuando com independência com relação à Diretoria e ii) Conselho Fiscal, recentemente instalado, composto por três membros efetivos e três suplentes.

A MPX reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, manutenção de discussões junto aos seus *stakeholders*, incentivo à participação de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

seus acionistas nas Assembleias Gerais e implantação em seus empreendimentos das mais avançadas técnicas de desenvolvimento sustentável.

As ações da MPX são negociadas no segmento do Novo Mercado, na BM&FBOVESPA, sob o código MPXE3 e integra, atualmente, as carteiras dos Índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e o Índice Brasil 100 (IBrX-100), além do Índice de Energia Elétrica (IEE).

O Capital Social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, e em 31 de Dezembro de 2011 estava representado por 136.720.840 ações, sendo o *free float* de 25,8%.

A ação da MPX encerrou o último trimestre de 2011 a R\$ 46,50, contra R\$ 35,63 em 30 de setembro de 2011, apresentando uma valorização de 30,5% no período, frente a uma valorização de 8,5% do Índice Bovespa (Ibovespa) e valorização de 17,3% do Índice do setor Elétrico (IEE). No ano o papel MPXE3 fechou com valorização de 87,3%, frente à desvalorização de 18,8% do Ibovespa e a valorização de 18,8% do IEE. A companhia fechou o ano com um valor de mercado de R\$ 6,4 bilhões (aproximadamente U\$ 3,4 bilhão).

7 Cláusula compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

8 Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM no. 381/2003 informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a MPX relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço para a Companhia no exercício de 2011.

9 Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MPX declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**10 Agradecimentos**

A Administração da MPX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição, e confiança ao longo de 2011, ano de grandes conquistas para MPX.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

MPX Energia S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2011 e 2010

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A MPX Energia S.A. (“Companhia”) foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em 5 de novembro de 2007, a Companhia alterou sua razão social para a atual denominação.

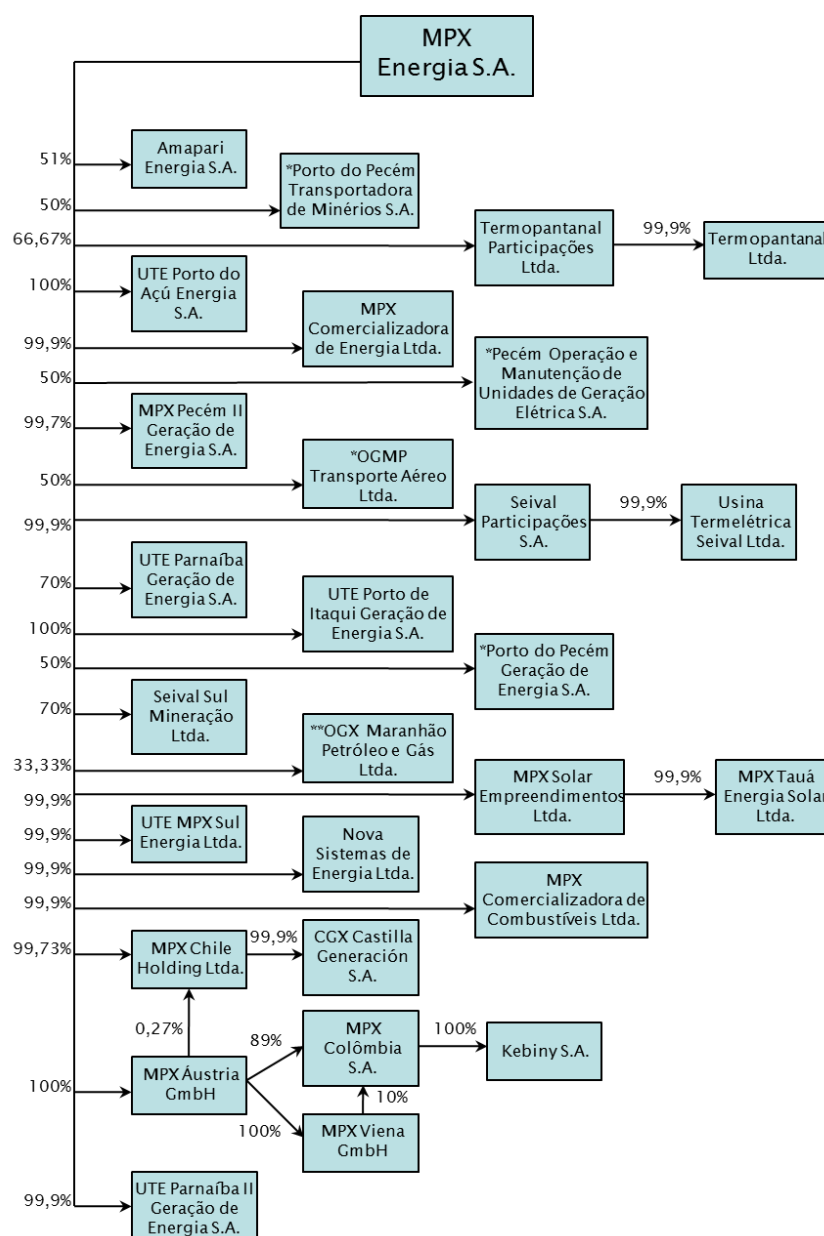
Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um *portfólio* diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil e no Chile, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar. De modo a integrar suas operações, também desenvolve projetos de mineração de carvão na Colômbia e de gás natural no Brasil tanto para fornecimento às usinas quanto para a comercialização.

Sua atuação nesses projetos é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e mais recentemente pela emissão de debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527, conforme Nota Explicativa nº 19.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme quadro apresentado a seguir, o Grupo inclui a Companhia e suas participações societárias em coligadas, controladas diretas e indiretas, nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A, OGMP Transporte Aéreo Ltda. e Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. e no Fundo de Investimento Multimercado MPX 63. Todas as empresas encontram-se em fase pré-operacional, exceto Amapari Energia S.A., MPX Comercializadora de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e OGMP Transporte Aéreo Ltda. Para maiores detalhes das controladas, ver Nota Explicativa nº 13.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010



(*) Controlada em conjunto

(**) Coligada

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

2 Licenças e autorizações

O Grupo MPX tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Emissão	Vigência
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 111/2011	(a) 15/3/2011	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 496/2011	(b) 12/12/2011	1 ano
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 54/2011	(c) 24/8/2011	2 anos
	Renovação da Licença de Operação nº592/2011	(d) 09/12/2011	1 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 584/2009	(e) 29/1/2009	4 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 601/2009	(f) 18/3/2009	6 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1061/2011	(g) 16/12/2011	6 anos
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 255/2011	(h) 11/11/2011	1 ano
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº041/2011	(i) 24/4/2011	1 ano
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A	Licença de Instalação nº273/2011	(j) 5/12/2011	1 ano
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A	Licença de Instalação nº274/2011	(k) 5/12/2011	1 ano
	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.369/2008	(l) 20/5/2008	29 anos
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 2.197/2008	(m) 9/6/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 4.143/2008	(n) 7/11/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Licença de Operação nº 106/2009	(o) 3/8/2011	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Instalação nº 110/2010	(p) 3/3/2010	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Operação nº 195/2010	(q) 14/4/2011	1 ano
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Prévia nº IN0018498	(r) 22/12/2011	1 ano
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença Prévia nº IN015964	(s) 1/3/2011	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença de Instalação nº IN000882	(t) 14/10/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000207	(u) 22/5/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000208	(v) 22/5/2009	3 anos
Seival Sul Mineração Ltda.	Licença de Operação nº 7764/2009	(w) 21/10/2009	4 anos
	Licença Prévia nº 332/2009- 1º		
MPX Energia S.A.	Retificação	(x) 22/12/2010	2 anos
UTE MPX Sul Energia Ltda.	Licença Prévia nº 601/2010	(y) 21/5/2010	2 anos
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	Despacho ANEEL nº 747/2008	(z) 25/2/2008	Indeterminado
	Licença de Instalação nº 589/2009- 1º		
UTE Seival Ltda.	Retificação	(aa) 12/01/2010	4 anos
UTE Seival Ltda.	Outorga nº002/2007	(bb) 9/1/2007	18 anos
	Calificación Ambiental "PuertoCastilla"		
OMX OperacionesMaritimas Ltda.	Resolución Exenta Nº 254	(cc) 23/12/2010	Indeterminado
CGX Castilla Generación S.A.	ResoluciónExenta Nº 46	(dd) 1/3/2011	Indeterminado
MPX Colombia S.A.	Resolución Nº 1074	(ee) 8/6/2011	Indeterminado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 43/2011	(ff) 28/6/2011	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A	Autorização Ambiental nº 83/2011	(gg) 22/8/2011	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A	Autorização Ambiental nº 84/2011	(hh) 22/8/2011	1 ano
MPX Colômbia S.A.	Licença Ambiental Cañaverales	(ii) 8/11/2011	Indeterminado
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 21/2011	(jj) 28/02/2011	1 ano

- (a) Licença de Instalação embasada no parecer Técnico n 815/2011 - COPAM/NUCAM, referente a Linha de Transmissão de 230Kv, da MPX Pecém II, com 1,83Km de extensão.
- (b) Licença de Operação nº 496/2011 para usina termelétrica de 720 MW no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Esta Licença tem validade até 11/12/12.
- (c) Renovação da Licença de Instalação n.º483/2008 de 360 MW adicionais no CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Essa licença foi renovada em 24 de agosto de 2011 com vigência de 2 anos.
- (d) Renovação da Licença de Operação para linha de transmissão de 230Kv, com extensão de 14,4 Km, que interligará a UTE à subestação Cauipe da CHESF. A LO nº 113/2011 passou a ser LO nº 592/2011.
- (e) Licença para instalação de canteiro de obras e serviços de terraplanagem para a construção de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, no Município de São Luís no Estado do Maranhão.
- (f) Licença para instalação de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, Município de São Luís no Estado do Maranhão.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

- (g) Licença de operação para linha de transmissão de 230KV, com extensão de 15,7 KM, que interligará a UTE à subestação São Luis II da ELETRONORTE.
- (h) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Parnaíba II.
- (i) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Parnaíba com capacidade de geração de 1.244 MW de energia elétrica.
- (j) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa a geração de energia Termelétrica com potencia de 676 MW.
- (k) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa a geração de energia Termelétrica com potencia de 622 MW.
- (l) Autorização para operar como Produtor Independente de Energia.
- (m) Autorização para início em 10 de junho de 2008 da fase de teste de geração de energia.
- (n) Autorização para início em 8 de novembro de 2008 da operação comercial.
- (o) Renovação da licença de operação n.º 99/2008, apresentada em 30 de setembro de 2008 à Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM. Esta licença foi renovada em 3 de agosto de 2011, com vigência de 2 anos.
- (p) Licença embasada no parecer técnico n.502/2010 COPAM/NUCAM referente a licença de instalação para uma central geradora solar Fotovoltaica Tauá, com potência de 5,0 MW em uma área de 14,3 hectares, inserida numa área global de 203,70 hectares, no município de Tauá, estado do Ceará.
- (q) Licença de Operação para uma central geradora solar Fotovoltaica Tauá, com potência de 5,0 MW em uma área de 14,3 hectares, inserida numa área global de 203,70 hectares, no município de Tauá, estado do Ceará.
- (r) Licença prévia concedida pelo INEA, com vigência de 1 ano, aprovando a concepção e localização de um circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345 kV.
- (s) Licença Prévia concedida pelo INEA aprovando a concepção e localização da Usina Termoelétrica a gás liquefeito, com potência máxima instalada de 3.300MW.
- (t) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação da unidade de produção de energia elétrica de 2.100 MW de energia, composta de 4 turbinas de 525 MW. Essa licença passa a substituir a LP FE 014522/2008.
- (u) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 66.000 MWh/ano de energia.
- (v) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 147.000 MWh/ano de energia.
- (w) Renovação da Licença de operação n.º1672/2005 concedida em 21 de outubro de 2009 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAM) com vigência de 4 anos.
- (x) Licença Prévia concedida pelo IBAMA com vigência de 2 anos, relativa ao empreendimento Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 727MW, utilizando como combustível o carvão mineral proveniente da Mina Seival - retificação da LP 322/2009.
- (y) Licença Prévia concedida pela FEPAM relativa à barragem para o empreendimento da Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 300MW.
- (z) Autorização para operar como comercializadora de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (aa) Licença de Instalação concedida pelo IBAMA, relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Seival com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 300 MW.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- (bb) Outorga concedida pela Agencia Nacional das Águas (ANA) para o direito do uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes, localizado no Arroio Candiota, com a finalidade de geração térmica de energia elétrica, no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.
- (cc) Resolución de Calificación Ambiental do Puerto Castilla, emitida pela Comisión de Evaluación de la III Región de Atacama, equivalente a licença de instalação e operação.
- (dd) Resolución de Calificación Ambiental da Central Termelétrica Castilla, usina a carvão com 2354 MW emitida pela Comisión de Evaluación de la III Región de Atacama, equivalente a licença de instalação e operação.
- (ee) Licencia Global Ambiental da Mina de Cañaverale, produção de 2.5 MPTA de carvão emitida pelo Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, equivalente a licença de instalação e operação.
- (ff) Autorização Ambiental Nº 43/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes operacionais para Transportador de Correia Tubular da Usina Termoelétrica Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (gg) Autorização Ambiental Nº 83/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes pré-operacionais e comissionamento da estação de tratamento de água da Usina Termoelétrica Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (hh) Autorização Ambiental Nº 84/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes pré-operacionais e comissionamento dos sistemas *StackerAndReclaimer* (empilhamento e recolhimento); geração de vapor, geração de energia elétrica, resfriamento e condensação, tratamento de emissão de gases da Usina Termoelétrica de Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (ii) Licença Ambiental para a mina a céu aberto de Cañaverale, emitida pelo Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible da Colômbia, equivalente a licença de instalação e operação.
- (jj) Em 28 de fevereiro de 2011, a MPX Pecém II obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (“SEMACE”) do Estado do Ceará a autorização para uso alternativo do solo por supressão vegetal nº 21/2011, objetivando a instalação da linha de transmissão com 1,83Km de extensão interligando a UTE MPX Pecém II à subestação Pecém II do sistema de companhia hidro elétrica de São Francisco - CHESF. A área total do imóvel é de 5,49HA. Essa licença tem o vencimento limitado a 1 ano ou até que a supressão do solo seja realizada, o que para a MPX Pecém II ocorreu no decorrer de 2011.

3 Apresentação das Demonstrações Financeiras

a. Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso das demonstrações financeiras consolidadas, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - *impairment*. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$55.154, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das controladas naquela data. Consequentemente a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentados pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais, exceto pela diferença no patrimônio líquido mencionada acima.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2013.

b. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2010, originalmente apresentados, estão sendo reapresentados em decorrência dos seguintes motivos:

- Compensação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e a consequente apresentação líquida no balanço patrimonial em conformidade com CPC 32 (IAS 12) parágrafo 74;
- Compensação de ativos e passivos financeiros referentes a instrumentos financeiros derivativos e a consequente apresentação líquida no balanço patrimonial em conformidade com CPC 38 (IAS 39) AG 9 e 11;

Balanço patrimonial individual

31 de dezembro de 2011			
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	960.258	-	960.258
Títulos e valores mobiliários	-	-	-
Despesas antecipadas	151	-	151
Impostos a recuperar	29.385	-	29.385
Ganhos com derivativos	19.289	-	19.289
Adiantamentos diversos	2.138	-	2.138
Depósitos vinculados	56.727	-	56.727

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31 de dezembro de 2011		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Dividendos a receber	2.362	-	2.362
Total do ativo circulante	1.070.310	-	1.070.310
Despesas antecipadas	55	-	55
Imposto a recuperar	35.585	-	35.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88.680	-	88.680
Mútuo com controladas	24.173	-	24.173
Contas a receber com outras pessoas ligadas	2.796	-	2.796
Contas a receber com controladas	5.710	-	5.710
Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas	162.757	-	162.757
Investimentos	1.538.331	-	1.538.331
Imobilizado	21.641	-	21.641
Intangível	1.739	-	1.739
Total do ativo não circulante	1.881.467	-	1.881.467
Total do ativo	2.951.777	-	2.951.777
Passivo			
Fornecedores	1.298	-	1.298
Empréstimos e financiamentos	106.286	-	106.286
Débitos com controladas	724	-	724
Débitos com outras partes relacionadas	3.210	-	3.210
Debentures	30.463	-	30.463
Impostos e contribuições a recolher	100	-	100
Obrigações sociais e trabalhistas	4.386	-	4.386
Participações nos lucros	11.242	-	11.242
Outras obrigações	75	-	75
Total do passivo circulante	157.784	-	157.784
Débitos com outras partes relacionadas	3	-	3
Debêntures	1.403.152	-	1.403.152
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003
Provisão para passivo a descoberto	11.035	-	11.035
Total do passivo não circulante	1.476.193	-	1.476.193
Patrimônio líquido			
Capital social	2.042.014	-	2.042.014
Reserva de capital	274.625	-	274.625
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.670)	-	(71.670)
Prejuízos acumulados	(927.169)	-	(927.169)

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31 de dezembro de 2011		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Total do patrimônio líquido	1.317.800	-	1.317.800
Total do passivo e patrimônio líquido	2.951.777	-	2.951.777

Balanço patrimonial consolidado

	31 de dezembro de 2011		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Reapresentados
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	1.442.415	-	1.442.415
Títulos e valores mobiliários	9.437	-	9.437
Contas a receber	21.898	-	21.898
Subsidio a receber – Conta Consumo de Combustível	4.828	-	4.828
Estoques	85.938	-	85.938
Despesas antecipadas	13.908	-	13.908
Impostos a recuperar	37.711	-	37.711
Ganhos com derivativos	48.789	(29.500)	19.289
Adiantamentos diversos	11.285	-	11.285
Depósitos vinculados	61.844	-	61.844
Outros créditos	39	-	39
Total do ativo circulante	1.738.092	(29.500)	1.708.592
Despesas antecipadas	2.514	-	2.514
Depósitos vinculados	62.471	-	62.471
Subsidio a receber – Conta Consumo de Combustível	24.617	-	24.617
Imposto a recuperar	90.834	-	90.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	432.337	(93.288)	339.049
Contas a receber com outras pessoas ligadas	8.436	-	8.436
Ganhos com derivativos	705.020	(705.020)	-
Investimentos	55.742	-	55.742
Imobilizado	5.393.809	-	5.393.809
Intangível	267.616	-	267.616
Total do ativo não circulante	7.043.396	(798.308)	6.245.088
Total do ativo	8.781.488	(827.808)	7.953.680
Passivo			
Fornecedores	186.680	-	186.680
Empréstimos e financiamentos	1.030.687	-	1.030.687
Débitos com outras partes relacionadas	3.697	-	3.697
Debentures	30.463	-	30.463

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31 de dezembro de 2011		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Reapresentados
Impostos e contribuições a recolher	18.261	-	18.261
Obrigações sociais e trabalhistas	18.017	-	18.017
Perdas em operações com derivativos	116.133	(29.500)	86.633
Retenção contratual	180.497	-	180.497
Participações nos lucros	19.177	-	19.177
Dividendos a pagar	2.270	-	2.270
Outras obrigações	55.748	-	55.748
Total do passivo circulante	1.661.630	(29.500)	1.632.130
Empréstimos e financiamentos	3.311.063	-	3.311.063
Débitos com outras partes relacionadas	340	-	340
Debentures	1.403.152	-	1.403.152
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003
Perdas em operações com derivativos	861.818	(705.020)	156.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	106.527	(93.288)	13.239
Provisão para desmantelamento	3.854	-	3.854
Outras provisões	1.026	-	1.026
Total do passivo não circulante	5.749.783	(798.308)	4.951.475
Patrimônio líquido			
Capital social	2.042.014	-	2.042.014
Reserva de capital	274.625	-	274.625
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.670)	-	(71.670)
Prejuízos acumulados	(982.323)	-	(982.323)
Total do patrimônio líquido	1.262.646	-	1.262.646
Participações de acionistas não controladores	107.429	-	107.429
Total do passivo e patrimônio líquido	8.781.488	(827.808)	7.953.680

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Balanço patrimonial individual

	31 de dezembro de 2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	195.612	-	195.612
Títulos e valores mobiliários	4.909	-	4.909
Despesas antecipadas	188	-	188
Impostos a recuperar	51.272	-	51.272
Ganhos com derivativos	50.180	(50.180)	-
Adiantamentos diversos	922	-	922
Depósitos vinculados	365.508	-	365.508
Outros créditos	1	-	1
Total do ativo circulante	668.592	(50.180)	618.412
Despesas antecipadas	55	-	55
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.407	-	19.407
Mútuo com controladas	267.437	-	267.437
Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas	10.270	-	10.270
Investimentos	1.059.580	-	1.059.580
Imobilizado	13.857	-	13.857
Intangível	873	-	873
Total do ativo não circulante	1.371.479	-	1.371.479
Total do ativo	2.040.071	(50.180)	1.989.891
Passivo			
Fornecedores	3.471	-	3.471
Empréstimos e financiamentos	251.078	-	251.078
Débitos com controladas	337	-	337
Débitos com outras partes relacionadas	379	-	379
Impostos e contribuições a recolher	335	-	335
Obrigações sociais e trabalhistas	3.976	-	3.976
Perdas em operações com derivatives	54.634	(50.180)	4.454
Participações nos lucros	8.268	-	8.268
Total do passivo circulante	322.478	(50.180)	272.298
Débitos com outras partes relacionadas	2	-	2
Provisão para passivo a descoberto	4.251	-	4.251
Total do passivo não circulante	4.253	-	4.253

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31 de dezembro de 2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Patrimônio líquido			
Capital social	2.041.918	-	2.041.918
Reserva de capital	223.851	-	223.851
Ajustes de avaliação patrimonial	(35.400)	-	(35.400)
Prejuízos acumulados	(517.029)	-	(517.029)
Total do patrimônio líquido	1.713.340	-	1.713.340
Total do passivo e patrimônio líquido	2.040.071	-	1.989.891

Balanço patrimonial consolidado

	31 de dezembro de 2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	304.467	-	304.467
Títulos e valores mobiliários	175.091	-	175.091
Contas a receber	9.846	-	9.846
Subsidio a receber – Conta Consumo de Combustível	4.190	-	4.190
Estoques	7.068	-	7.068
Despesas antecipadas	8.469	-	8.469
Impostos a recuperar	52.615	-	52.615
Ganhos com derivativos	720.353	(720.353)	-
Adiantamentos diversos	4.132	-	4.132
Depósitos vinculados	365.508	-	365.508
Outros créditos	575	-	575
Total do ativo circulante	1.652.314	(720.353)	931.961
Despesas antecipadas	4.283	-	4.283
Depósitos vinculados	9.170	-	9.170
Subsidio a receber – Conta Consumo de Combustível	24.617	-	24.617
Imposto a recuperar	18.270	-	18.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos	303.743	(88.523)	215.220
Contas a receber com outras pessoas ligadas	3.263	-	3.263
Ganhos com derivativos	648.694	(648.694)	-
Outros créditos	3.541	-	3.541
Investimentos	50.459	-	50.459
Imobilizado	3.472.679	-	3.472.679
Intangível	88.523	-	88.523
Total do ativo não circulante	4.627.242	(737.217)	3.890.025
Total do ativo	6.279.556	(1.457.570)	4.821.986

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31 de dezembro de 2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Passivo			
Fornecedores	119.486	-	119.486
Empréstimos e financiamentos	294.809	-	294.809
Débitos com outras partes relacionadas	649	-	649
Impostos e contribuições a recolher	5.156	-	5.156
Obrigações sociais e trabalhistas	14.369	-	14.369
Perdas em operações com derivativos	766.517	(720.353)	46.164
Retenção contratual	183.958	-	183.958
Participações nos lucros	10.753	-	10.753
Total do passivo circulante	1.395.697	(720.353)	675.344
Empréstimos e financiamentos	2.295.173	-	2.295.173
Débitos com outras partes relacionadas	1.271	-	1.271
Perdas em operações com derivativos	791.742	(648.694)	143.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.571	(88.523)	2.048
Provisão para desmantelamento	3.539	-	3.539
Total do passivo não circulante	3.182.296	(737.217)	2.445.079
Patrimônio líquido			
Capital social	2.041.918	-	2.041.918
Reserva de capital	223.851	-	223.851
Ajustes de avaliação patrimonial	(35.400)	-	(35.400)
Prejuízos acumulados	(572.183)	-	(572.183)
Total do patrimônio líquido	1.658.186	-	1.658.186
Participações de acionistas não controladores	43.377	-	43.377
Total do passivo e patrimônio líquido	6.279.556	(1.457.570)	4.821.986

A administração procedeu com outras reclassificações não relevantes para fins de consistência na comparabilidade com as demonstrações financeiras mais recentes.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e dos derivativos embutidos nas debêntures, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

De acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, a Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real e as moedas funcionais de suas controladas no exterior são o peso chileno (MPX Energia de Chile Ltda.), o peso colombiano (MPX Colombia S.A.) e o euro (MPX Austria GmbH) em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais futuros poderão divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 - Impostos a recuperar e diferidos;
- Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;
- Nota Explicativa nº 22 - Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 25 - Plano de pagamento baseado em ações.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

a. Bases de consolidação**i. Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia e suas controladas levam em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia e suas controladas mensuram o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente transferidos ao resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia e suas controladas incorrem em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Quando planos de pagamento baseado em ações (planos de substituição) são requeridos a serem substituídos por planos detidos pelos funcionários da adquirida e estes são referentes a serviços prestados, então todo o montante do plano de substituição dado pelo adquirente é incluído na mensuração da consideração transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados e/ou a serem prestados.

ii. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii. Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 10% e 49% do poder votante da entidade.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Os investimentos em coligadas e em controladas são contabilizados por meio da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia e suas controladas nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado excedam a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia e suas controladas tenham obrigações construtivas ou tenham efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo é apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão do item listado abaixo o qual é reconhecido nos outros resultados abrangentes:

- *Hedge* de fluxos de caixa que se qualificam como tal, na medida em que sejam efetivos.

ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

O Grupo utiliza instrumentos de proteção (*hedge*) para diferenças de moedas estrangeiras oriundos entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), independentemente se o investimento líquido estar mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, desde que o *hedge* seja efetivo, sendo apresentadas no patrimônio líquido. Caso o *hedge* não seja efetivo, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o objeto de *hedge* de um investimento líquido é alienado, o valor pertinente dentro da reserva de avaliação patrimonial referente é transferido para o resultado como parte do lucro ou do prejuízo na alienação.

d. Instrumentos financeiros**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e quaisquer mudanças no valor justo desses ativos, que levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem títulos e valores mobiliários, clientes, subsídio a receber CCC, depósitos vinculados e mútuos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, os depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados, inicialmente, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, as contas a pagar com partes relacionadas e retenções contratuais.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

iv. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira e de taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionadas ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentam o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fazem uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descrito abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

e. Estoques

O custo dos estoques é avaliado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, sendo reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo é representado pelos valores pagos de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A., bem como carvão de alto poder calorífico que será utilizado como insumo para a geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. e Porto do Pecém Geração de Energia S.A..

f. Imobilizado***f1 Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. *Software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (*Borrowing Costs*). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

f2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

f3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor exercício entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

g. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente ,encontrando-se registrado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos na demonstração financeira individual da controladora.

g1 Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Veja a Nota Explicativa nº 16.

g2 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

g3 Amortização

Exceto pelo ágio não amortizado, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, sendo baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

h. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 nas demonstrações financeiras individuais e através de teste de redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*, efetuou a baixa do valor total em 31 de dezembro de 2010.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGCs ou grupo de UGCs ao qual o ativo corporativo pertence, numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração identificou evidência da redução do valor recuperável na controlada Termopantanal Ltda., e registrou a respectiva provisão para perda (“*impairment*”), conforme Nota Explicativa nº 14.

j. Benefícios a Empregados***Transações de pagamento baseado em ações***

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre os impactos de *hedge accounting* o qual se encontra no grupo de ajuste de avaliação patrimonial, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

As empresas optantes pelo lucro real no exercício findo de 31 de dezembro de 2011, não apuraram lucro tributável, com exceção da Comercializadora de Energia Ltda. e Amapari Energia S.A., cujos valores de IRPJ e CSSL foram de R\$1.146 e R\$2.236, respectivamente.

n. Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Emendas às IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de julho de 2012;
- Emendas às IAS 12 - Tributos sobre o lucro. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012;
- Emendas às IAS 19 - Benefícios a empregados. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em conjunto, IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades, IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Mensuração ao valor justo e Emendas às IAS 27 - Demonstrações financeiras; consolidadas e separadas, IAS 28 - Investimentos em associadas. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Emendas às IAS 32 e IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas, emendas a normas e interpretações IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme listado acima e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pelo Companhia. A

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Companhia não espera adotar essa normas antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), das controladas em conjunto e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:

	Participação controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladas ou coligadas diretas		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	99,70%
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
UTE Porto do Açu Energia S.A.	100,00%	100,00%
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	70,00%
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	99,90%
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	99,90%
MPX Chile Holding Ltda.	99,73%	99,73%
MPX Áustria GmbH	100,00%	100,00%
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	99,90%	99,90%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	99,90%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.	33,33%	33,33%
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	70,00%
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	99,90%	99,99%
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. (PO&M)	50,00%	-
Seival Participações S.A.	99,90%	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	-

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Participação controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundos Exclusivos		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX.	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas e controladas em conjunto;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e entre elas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas contra os respectivos investimentos.

Os investimentos nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., OGMP Transporte Aéreo Ltda. e Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ademais, conforme Instrução CVM nº 409/08, as demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos e transações do fundo de investimento exclusivo “FI Multimercado Crédito Privado MPX 63” e “FI em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63”, ambos administrados pelo Itaú S.A., conforme Nota Explicativa nº 6.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	851	152	20.554	13.323
Fundo de Investimento Multimercado				
MPX 63	(a) 834.958	195.318	1.210.166	208.848
Bradesco Corporate FIC FI Referenciado				
DI Federal	(b) -	-	61.505	67.484
CDB/Compromissadas	(c) 124.449	-	124.449	13.392
Outras aplicações em renda fixa	(d) -	142	25.741	1.420
	<u>960.258</u>	<u>195.612</u>	<u>1.442.415</u>	<u>304.467</u>

- (a) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú e lastreado em títulos públicos federais e títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,44 % (marcação a mercado) e 101,4% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
Fundo Multimercado Consolidado	31/12/2011	31/12/2010
MPX Energia S.A.	834.958	195.318
UTE Porto do Açu Energia S.A.	109	4
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	-	6.764
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	14.071	3.260
Amapari Energia S.A.	31.123	468
Seival Sul Mineração Ltda.	152	-
UTE MPX Sul Energia Ltda.	-	368
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	321.642	2.490
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	24	176
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	8.049	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	1	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades Geração Elétrica S.A.	26	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	10	-
	<u>1.210.166</u>	<u>208.848</u>

- (b) O Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal é lastreado em títulos públicos do Tesouro Nacional, LFT, LTF-O e LTN-O com liquidez diária. O Fundo obteve uma rentabilidade média em 31 de

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

dezembro de 2011, equivalente a 98,71% do DI CETIP ("CDI"). As empresas que têm cotas deste fundo são a controladora MPX Energia S.A. e a controlada Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

- (c) Representam valores investidos em CDBs ou Debêntures Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha e remuneradas com taxas médias de 100,6% CDI.
- (d) Representam, basicamente, valores investidos em Fundo de Investimento pela MPX Chile em pesos chilenos e dólar com rentabilidade média no ano de 0,63 % a.a. nominal e pela MPX Colômbia onde estão aplicados a renda fixa, em dólar e peso colombiano, às taxas de 0,40% a.a e 4% a.a, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Investimento Multimercado em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63 encontra-se representado pela carteira apresentada abaixo:

Natureza das aplicações - Controladora					
Instituição financeira	31/12/2011				31/12/2010
	Títulos públicos	Operações Compromissadas	CDB	Total	Total
Fundos exclusivos:	0,66%	54,26%	45,08%		
Itaú	5.505	453.032	376.421	834.958	195.318

Natureza das aplicações - Consolidado					
Instituição financeira	31/12/2011				31/12/2010
	Títulos públicos	Operações Compromissadas	CDB	Total	Total
Fundos exclusivos:	0,66%	54,26%	45,08%		
Itaú	7.979	656.613	545.574	1.210.166	208.848

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

7 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
LFT Geral	-	4.909	9.437	175.091

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo. Os valores referem-se às controladas UTE Porto do Itaqui e MPX Pecém II.

8 Depósitos vinculados

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BNDES - Porto do Pecém	(a)	49.131	237.100	49.131	237.100
BNDES - Porto do Pecém	(b)	7.596	7.974	7.596	7.974
BNDES - UTE Porto do Itaqui	(c)	-	-	9.953	9.170
BNDES - UTE Porto do Itaqui	(d)	-	4.187	-	4.187
BNDES - Pecém II	(e)	-	113.478	-	113.478
BNDES - Pecém II	(f)	-	2.769	-	2.769
BNDES - Pecém II	(g)	-	-	20.662	-
Comercializadora de Energia	(h)	-	-	3.878	-
Porto do Pecém	(h)	-	-	8.378	-
UTE Porto do Itaqui	(h)	-	-	24.717	-
		<u>56.727</u>	<u>365.508</u>	<u>124.315</u>	<u>374.678</u>
Circulante		56.727	365.508	61.844	365.508
Não circulante		-	-	62.471	9.170

Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada Porto do Pecém Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente MPX S.A para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da MPX Energia S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal. Em 2011 a MPX Energia S.A. efetuou aportes, no montante de R\$187.969, em sua controlada, o que possibilitou a correta manutenção da relação capital próprio e dívida pré-estabelecida, citada anteriormente. Como consequência, a MPX Energia S.A. obteve a liberação de parte substancial dos depósitos.

- (a)** Juros oriundos da aplicação mencionada no item (a) acima.
- (b)** Refere-se à conta reserva de serviço da dívida, vinculada ao contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.. O valor do depósito em questão corresponde a três prestações de amortização do financiamento concedido e será mantido como garantia da dívida por toda a vigência do referido contrato.
- (c)** Refere-se aos juros oriundos da aplicação para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre BNDES e a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente (MPX Energia S.A.), mantendo a relação de capital próprio pré-estabelecida em contrato.
- (d)** Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e BNDES e a controlada MPX Pecem II Geração de Energia S.A., para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Aplicação em LFT. Em 2011 a MPX Energia S.A. efetuou aportes, no montante de R\$217.480, em sua controlada, o que possibilitou a correta manutenção da relação capital próprio e dívida pré-estabelecida, citada anteriormente. Como consequência aos aportes efetuados a MPX Energia S.A. obteve a liberação do total depositado
- (e)** Juros provenientes da aplicação referente ao depósito vinculado mencionado no item (e) acima.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- (f) Serviço da Dívida das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada MPX Pecém II Geração de Energia S.A.
- (g) Garantias no Bradesco Trianon referentes à compra de energia no mercado livre.

9 Contas a receber de clientes e subsídios a receber - Conta Consumo de Combustíveis - CCC

O contas a receber corresponde à venda de energia pela controlada Amapari Energia S.A. à Anglo Ferrous Amapá Ltda., no montante de R\$10.640 (R\$3.433 em 31 de dezembro de 2010), bem como à venda de energia pela MPX Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$10.827 (R\$6.413 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 431 referente a outros contas a receber das controladas Porto do Pecém Geração de Energia S.A, Porto do Itaqui Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A e MPX Tauá Energia Solar Ltda.

A controlada Amapari Energia S.A. obteve, em 19 de maio de 2009, decisão judicial que obriga a ANEEL a enquadrar a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.

A partir de junho de 2010, o mecanismo de ressarcimento de parte de seus custos com combustíveis utilizados como insumo na geração e venda de energia elétrica através da Conta Consumo de Combustíveis - CCC foi alterado e está sendo repassado diretamente pela Eletrobrás à BR Distribuidora, onde amortiza parte do pagamento do combustível fornecido à Amapari Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto é de R\$ 29.445 (R\$ 28.807 em 31 de dezembro de 2010).

10 Estoques

		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010
Óleo diesel/lubrificante	(a)	8.203	7.068
Carvão	(b)	76.562	-
Peças eletrônicas e mecânicas	(c)	1.173	-
Total		85.938	7.068

- (a) O saldo é composto pelo reservatório de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A.. A controlada possui contrato com obrigação de aquisição (“take or pay”) com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m³, por um preço fixado ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida, as quais, caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultarão na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. Embora a cláusula de obrigatoriedade de compra da quantidade mínima não tenha sido usada, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

quantidade mínima obrigatória em contrato em contrapartida do estoque, no montante de R\$6.614 (R\$ 5.828 em 31 de dezembro de 2010).

- (b) O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$49.986) e Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$26.575). O carvão foi adquirido para a fase de comissionamento da operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta.
- (c) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pela Pecém Operações e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

11 Despesas antecipadas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Seguro garantia - ANEEL	(a)	-	-	2.739	3.942
Opção de aluguel de área	(b)	-	-	2.823	2.837
Custo de captação de empréstimos	(c)	-	-	7.922	1.568
Seguros		151	188	1.955	4.405
Outros		55	55	983	-
		<u>206</u>	<u>243</u>	<u>16.422</u>	<u>12.752</u>
Circulante		151	188	13.908	8.469
Não circulante		55	55	2.514	4.283

- (a) Refere-se ao valor para cobrir as obras das usinas e contratos de concessão para geração de energia elétrica promovida pela ANEEL.
- (b) Refere-se ao pagamento realizado pela MPX Energia de Chile Ltda. para ter o direito de exercer a opção ao aluguel do terreno no Chile, onde será instalada a usina termelétrica de 2.100 MW. Os valores estão registrados de acordo com o contrato, que é a opção com o terceiro, o que se aproxima de forma material ao valor justo.
- (c) Em dezembro de 2011 a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. contraiu três linhas de financiamento (conforme descrito na nota explicativa nº 18), e os custos relativos à captação desses recursos foram transitoriamente alocados como despesa antecipada, até a conclusão do processo de captação, conforme determinado no item 19, do CPC 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556 de 12 de novembro de 2008.

12 Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda retido na fonte (b)	23.437	12.210	35.393	19.918
Antecipação de imposto de renda	-	-	-	-

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Antecipação de contribuição social	-	-	1.819	-
Antecipação de contribuição social - Ano anterior (a)	-	2.551	-	2.551
Imposto de renda retido na fonte- ano anterior (b)	39.663	32.385	82.567	41.196
Imposto de renda retido na fonte - mútuo (b)	650	3.655	653	3.658
ICMS	432	-	4.893	2.492
Outros	788	471	3.220	1.070
	<u>64.970</u>	<u>51.272</u>	<u>128.545</u>	<u>70.885</u>
Circulante	29.385	51.272	37.711	52.615
Não circulante	35.585	-	90.834	18.270

- (a) É representado pelas antecipações de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro recolhidas ao longo do exercício e do exercício anterior. Serão compensadas com o imposto de renda e a contribuição social, apurados com base no regime do lucro real.
- (b) O saldo de imposto de renda retido na fonte refere-se a retenções sobre aplicações financeiras e operações de mútuo com partes relacionadas. Esses saldos serão compensados com o imposto de renda e contribuição social a pagar.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia e suas controladas, Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Açu Energia S.A., MPX Comercializadora de Combustíveis S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009 que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A Instrução Normativa nº 949/09 de 18 de junho de 2009 reforça que as adaptações das regras societárias não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Devido às alterações ocorridas na legislação tributária, a Companhia constituiu ativos e passivos diferidos, eliminando assim os efeitos contábeis trazidos pelas novas mudanças contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
Ativo diferido – não circulante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízo fiscal e base negativa	67.599	19.407	67.599	19.407
Diferenças temporárias - RTT	-	-	160.183	158.239
Baixa do ativo diferido	-	-	-	1.594
Valor justo - Derivativos	21.081	-	21.081	-
Variação cambial sobre principal de empréstimos	-	-	-	20.292
Variação cambial não realizada sobre operações de derivativos - NDF	-	-	90.186	15.688
	<u>88.680</u>	<u>19.407</u>	<u>339.049</u>	<u>215.220</u>
Passivo diferido – não circulante				
Diferenças temporárias - RTT	-	-	13.239	2.048
Variação cambial não realizada	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.239</u>	<u>2.048</u>

13 Investimentos**a. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Participações societárias	1.538.331	1.035.361	54.466	26.240
Adiantamento para futura aquisição de investimento	-	24.219	1.276	24.219
	<u>1.538.331</u>	<u>1.059.580</u>	<u>55.742</u>	<u>50.459</u>

b. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle e dos Fundos Exclusivos.

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos dos principais grupos de contas das empresas consolidadas são os seguintes:

31/12/2011							
Controladas (diretas)	Participação no Capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	229.533	3.820.747	436.641	2.878.507	735.132	(71.641)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	10.716	1.398.590	96.745	935.344	377.218	(29.631)
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	113.015	2.443.759	130.986	1.997.311	428.477	(73.323)
Amapari Energia S.A.	51,00%	56.720	102.684	60.750	-	98.653	21.551
UTE Porto do Açu Energia S.A.	100,00%	226	46.913	486	10.360	36.293	(3.003)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	269	4.442	28	-	4.682	(633)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	27	12.809	115	3.310	9.411	(1.532)
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	31.819	934	13.615	-	19.138	2.369
MPX Chile Holding Ltda.	99,73%	29.837	13.016	5.402	46.970	(9.519)	(27.865)
MPX Austria GmbH	100,00%	14.287	355.624	365.967	26	3.918	(59.479)
MPX Solar Empreedimentos Ltda.	99,90%	255	8.016	12	250	8.009	(1.063)
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	8.176	1.710	591	-	9.294	11.062
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	8	402	-	2.722	(2.312)	28
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	70,00%	330.627	436.710	614.150	-	153.187	(11.780)
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	99,09%	-	2.425	-	-	2.425	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	1.280	78	306	-	1.052	(148)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	970	14.438	274	-	15.134	(3.566)
PO&M- Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	2.700	-	76	2.040	584	(516)
Seival Participações S.A.	99,90%	-	49.730	14	11.178	38.538	(13)
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	419	22.428	41	22.805	1	-
31/12/2010							
Controladas (diretas)	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	69.488	1.245.279	113.616	964.900	236.251	(41.405)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	144.436	900.684	70.888	784.863	189.369	(33.791)
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	46.859	1.423.432	109.076	995.677	365.538	(33.660)
Amapari Energia S.A.	51,00%	16.082	104.205	28.629	9.918	81.740	183
UTE Porto do Açu Energia S.A.	100,00%	310	44.744	728	5.030	39.296	(9.802)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	219	4.217	9	665	3.762	(629)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	545	12.030	1.632	-	10.943	(4.534)
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	15.660	1.407	5.884	-	11.183	158
MPX Energia de Chile Ltda.	99,73%	4.756	10.491	1.371	-	13.876	(8.507)
MPX Austria GmbH	100,00%	-	43.378	-	-	43.378	(35.126)
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	99,90%	250	4.669	92	4.595	232	(520)
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	138.563	49.366	146.140	44.237	(2.448)	14.197
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	4	369	1	2.712	(2.340)	3.925
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	70,00%	2.588	6.723	404	1.080	7.827	(1.537)
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	99,99%	-	2.425	-	-	2.425	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	-	-	-	-	1	-

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Controladas diretas				
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	367.565	267.995	-	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	376.189	188.803	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	428.477	365.537	-	-
Ágio por rentabilidade futura	15.470	15.470	-	-
Amapari Energia S.A.	50.313	41.687	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	36.923	39.295	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	3.278	2.633	-	-
UTE MPX Sul Energia Ltda.	9.401	10.931	-	-
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	19.122	11.172	-	-
MPX Energia de Chile Ltda. (e)	-	13.838	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (e)	-	-	-	-
MPX Áustria GmbH	3.919	43.378	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	8.004	232	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	526	1	-	-
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	9.285	246	-	-
OGX Maranhão (f)	54.467	26.240	54.466	26.240
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	107.231	5.478	-	-
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	2.425	2.425	-	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda (a)	7.567	-	-	-
PO&M- Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A (b)	292	-	-	-
Seival Participações S.A (c)	38.507	-	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1	-	-	-
Adiantamento para futura aquisição de investimento (d)	-	24.219	1.276	24.219
	<u>1.538.331</u>	<u>1.059.580</u>	<u>55.742</u>	<u>50.459</u>

- (a) A sociedade, constituída em 6 de abril de 2011, tem por objeto a aquisição de aeronaves para a exploração de transporte aéreo não regular de passageiro, carga e mala postal na modalidade de taxi aéreo, incluindo as operações "off-shore".
- (b) A sociedade, constituída em 30 de maio de 2011, tem por objeto a prestação de serviço de operação e manutenção de unidades de geração elétrica.
- (c) Em junho de 2011 foi efetuada a transferência das ações desta sociedade para MPX Energia S.A.. A sociedade é controladora da Usina Termelétrica Seival Ltda. e tem por objeto a produção e comercialização de energia elétrica, fertilizantes e derivados, bem como sub produtos do carvão, conforme mencionado na nota nº 14.
- (d) Em junho de 2011, a MPX Energia S.A assinou Termo de Compromisso para aquisição de 660MW em projetos do Grupo Bertin para aquisição das sociedades UTE MC2 Joinville S.A e da UTE MC2 João Neiva S.A. ("projetos"), detentoras de autorizações para construção de usinas termelétricas a gás natural liquefeito. Em 2 de setembro de 2011, foi concluída a auditoria dos projetos e assinado o contrato de compra de outorgas. Conforme facultado no Termo de Compromisso, a MPX Energia S.A. optou pela aquisição apenas das outorgas e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) dos quais os projetos eram detentores. Por esse motivo o saldo pago a título de adiantamento para futura aquisição de investimento foi transferido para o ativo intangível, como aquisição de outorgas, conforme nota n.º16.
- (e) Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do investimento com as controladas MPX Energia de Chile Ltda. e Termopantanal Participações Ltda. encontra-se classificado no passivo não circulante na conta passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo das empresas.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- (f) Em 8 de setembro de 2011 a coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. adquiriu 50% de participação no bloco exploratório terrestre PN-T-102 na bacia do Parnaíba, interior do Estado do Maranhão. A transação já está aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) e se encontra em fase de análises por parte da OGX Maranhão em relação aos custos reembolsáveis.

c. Muta  o do investimento

	%	Saldo em 31/12/2010	Integraliza��o de capital	Equival��ncia	Dividendos	Varia��o Cambial	Ajuste de Avalia��o Patrimonial	Saldo em 31/12/2011
Controladas diretas								
Porto do Pec��m Gera��o de Energia S.A.	50,00%	267.995	187.967	(35.820)	-	-	(52.577)	367.565
MPX Pec��m II Gera��o de Energia S.A.	99,70%	188.803	217.480	(30.094)	-	-	-	376.189
UTE Porto do Itaqui Gera��o de Energia S.A.	100,00%	365.537	136.262	(73.322)	-	-	-	428.477
��gio por rentabilidade futura		15.470	-	-	-	-	-	15.470
Amapari Energia S.A.	51,00%	41.687	-	10.988	(2.362)	-	-	50.313
UTE Porto do A��u Energia S.A.	100,00%	39.295	-	(3.002)	-	-	-	36.293
Seival Sul Minera��o Ltda.	70,00%	2.633	1.238	(593)	-	-	-	3.278
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	10.931	-	(1.530)	-	-	-	9.401
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	11.172	5.583	2.367	-	-	-	19.122
MPX Energia de Chile Ltda.	99,70%	13.838	(13.838)	-	-	-	-	-
MPX ��ustria GmbH	100,00%	43.377	35.412	(56.653)	-	(18.217)	-	3.919
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	99,90%	232	8.834	(1.062)	-	-	-	8.004
Porto do Pec��m Transportadora de Min��rios S.A.	50,00%	1	600	(75)	-	-	-	526
MPX Comercializadora de Combust��veis Ltda.	99,90%	246	678	8.361	-	-	-	9.285
OGX Maranh��o Pet��leo e G��s Ltda.	33,30%	26.240	57.534	(27.722)	-	-	(1.585)	54.467
UTE Parna��ba Gera��o de Energia S.A.	70,00%	5.479	109.998	(8.246)	-	-	-	107.231
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	99,90%	2.425	-	-	-	-	-	2.425
Pec��m Opera��o Manuten��o e Opera��o S.A.	50,00%	-	551	(258)	-	-	-	292
OGMP Transporte Aereo Ltda.	50,00%	-	9.350	(1.783)	-	-	-	7.567
Seival Participa��es S.A.	99,90%	-	38.520	(14)	-	-	-	38.507
UTE Parna��ba II	100,00%	-	1	(0)	-	-	-	1
Adiantamento para futura aquisi��o de investimento		24.219	(24.219)	-	-	-	-	-
		<u>1.059.580</u>	<u>771.951</u>	<u>(218.459)</u>	<u>(2.362)</u>	<u>(18.217)</u>	<u>(54.162)</u>	<u>1.538.331</u>

	Saldo em 31/12/2009	Integraliza��o de capital	Equival��ncia	Varia��o cambial	Ajuste Avalia��o Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
Controladas diretas						
Porto do Pec��m Gera��o de Energia S.A.	217.666	51.440	(1.328)	-	217	267.995
MPX Pec��m II Gera��o de Energia S.A.	63.307	156.508	(31.012)	-	-	188.803
UTE Porto do Itaqui Gera��o de Energia S.A.	263.155	126.000	(23.618)	-	-	365.537
��gio por rentabilidade futura	15.470	-	-	-	-	15.470
Amapari Energia S.A.	63.712	-	(22.025)	-	-	41.687
UTE Porto do A��u Energia S.A.	67.152	-	(27.857)	-	-	39.295
Seival Sul Minera��o Ltda.	2.964	109	(440)	-	-	2.633
UTE MPX Sul Energia Ltda.	1.779	13.715	(4.563)	-	-	10.931
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	11.015	-	157	-	-	11.172

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Controladas diretas	Saldo em 31/12/2009	Integralização de capital	Equivalência	Variação cambial	Ajuste Avaliação Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
MPX Energia do Chile Ltda.	13.763	9.427	(8.281)	(1.071)	-	13.838
MPX Áustria GmbH	35.734	40.250	(36.837)	4.230	-	43.377
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	307	445	(520)	-	-	232
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	1	-	-	-	-	1
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	1	245	-	-	-	246
Termopantanal Participações Ltda.	6.075	-	(6.075)	-	-	-
OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.	-	38.359	(12.119)	-	-	26.240
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	-	6.555	(1.076)	-	-	5.479
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	560	1.865	-	-	-	2.425
Adiantamento para futura aquisição de investimento	-	24.219	-	-	-	24.219
	<u>762.661</u>	<u>469.137</u>	<u>(175.594)</u>	<u>3.159</u>	<u>217</u>	<u>1.059.580</u>

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 as investidas: Amapari Energia S.A., Porto do Pecém Energia S.A., MPX Comercializadora de Energia Ltda., MPX Comercializadora de Combustível Ltda., efetuaram a seguinte destinação do lucro líquido do exercício:

d. Reserva especial para Dividendos

A controlada MPX Comercializadora de Energia Ltda. e a controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. apuraram lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não havendo pagamento de dividendos no exercício encerrado naquela data em virtude da constituição de Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído, com base nos §§ 4º. e 5º. do Art. 202 da Lei nº 6.404/76., contemplando 25% do lucro líquido ajustado, equivalentes ao montante total de R\$ 36.785.

e. Reserva Legal

As controladas Amapari Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A. , MPX Comercializadora de Energia Ltda. e MPX Comercializadora de Combustível Ltda. apuraram lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, constituindo a partir deste Reserva Legal, conforme previsto no Art.193 da Lei nº 6.404/76, devendo a mesma ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, equivalendo ao montante total de R\$ 3.187, este valor é constituído obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social, quando então deixará de ser acrescida. O uso da Reserva Legal está restrito a compensação de prejuízos e ao aumento de capital social de acordo com o parágrafo único do Art. 189 da Lei nº 6.404/76.

f. Reserva de Incentivo Fiscal

A partir do disposto na Lei Complementar 124/2007 e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do Art. 21 do Decreto nº 6.218/2007, a controlada Amapari Energia S.A. utilizou o Laudo Constitutivo nº 078/2010 para efetuar redução de 75% do Imposto de Renda sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi constituída reserva de capital com valor de R\$ 4.718 (R\$ 127, em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

g. Reserva de Dividendo Adicional Proposto

Em 05 de março de 2012 foi aprovado na assembleia geral da controlada Amapari Energia S.A., a constituição de reserva de dividendo adicional proposto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o valor da parcela de R\$ 8.103, foi classificada no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC nº 8.

h. Dividendos

A controlada Amapari Energia S.A. apurou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A diretoria apresentou proposta de distribuição do dividendo mínimo obrigatório, contemplando 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao montante de R\$ 2.362.

14 Imobilizado**a. Composição dos saldos****Consolidado**

	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Gasoduto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de Desmantelamento	Imobilizado em Curso	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	7.130	77.388	1.696	517	2.722	12.169	(12.169)	3.282	1.848.469	1.941.204
Adições	2.634	413	1.644	1.158	202	314	-	-	168	1.571.763	1.578.296
Baixas	-	-	-	(30)	-	(12)	-	-	-	(36.835)	(36.877)
Transferências	6	345	(211)	(135)	-	(12)	-	-	-	7	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.640</u>	<u>7.888</u>	<u>78.821</u>	<u>2.689</u>	<u>719</u>	<u>3.012</u>	<u>12.169</u>	<u>(12.169)</u>	<u>3.450</u>	<u>3.383.404</u>	<u>3.482.623</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	2.640	7.888	78.821	2.689	719	3.012	12.169	(12.169)	3.450	3.383.404	3.482.623
Adições	41.339	1.735	6.098	727	8.205	3.577	-	-	246	1.865.696	1.927.623
Baixas	-	(3)	(499)	-	(73)	(54)	-	-	-	(192)	(821)
Transferências	440	11.724	2.905	5	-	266	-	-	-	(15.340)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>44.419</u>	<u>21.344</u>	<u>87.325</u>	<u>3.421</u>	<u>8.851</u>	<u>6.801</u>	<u>12.169</u>	<u>(12.169)</u>	<u>3.696</u>	<u>5.233.568</u>	<u>5.409.425</u>
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(185)	(3.864)	(518)	(70)	(515)	-	-	-	-	(5.152)
Adições	-	(169)	(3.827)	(388)	(133)	(275)	-	-	-	-	(4.792)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>(354)</u>	<u>(7.691)</u>	<u>(906)</u>	<u>(203)</u>	<u>(790)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.944)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(354)	(7.691)	(906)	(203)	(790)	-	-	-	-	(9.944)
Adições	-	(477)	(4.178)	(569)	(150)	(298)	-	-	-	-	(5.672)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(831)</u>	<u>(11.869)</u>	<u>(1.475)</u>	<u>(353)</u>	<u>(1.088)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.616)</u>
Valor Contábil											
Em 1º de janeiro de 2010	-	6.945	73.524	1.178	447	2.207	12.169	(12.169)	3.282	1.848.469	1.936.052
Em 31 de dezembro de 2010	<u>2.640</u>	<u>7.534</u>	<u>71.130</u>	<u>1.783</u>	<u>516</u>	<u>2.222</u>	<u>12.169</u>	<u>(12.169)</u>	<u>3.450</u>	<u>3.383.404</u>	<u>3.472.679</u>
Em 31 de dezembro 2011	<u>44.419</u>	<u>20.513</u>	<u>75.456</u>	<u>1.946</u>	<u>8.498</u>	<u>5.713</u>	<u>12.169</u>	<u>(12.169)</u>	<u>3.696</u>	<u>5.233.568</u>	<u>5.393.809</u>

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Controladora

	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	1.169	344	1.271	-	1.853	21.736	26.373
Adições	-	-	1.066	585	-	28	14.911	16.590
Baixas	-	-	-	(89)	-	-	(27.529)	(27.618)
Transferências	-	(1)	(288)	(38)	-	4	323	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	1.168	1.122	1.729	-	1.885	9.441	15.345
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	1.168	1.122	1.729	-	1.885	9.442	15.346
Adições	-	1.303	470	398	-	1.548	4.847	8.566
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Transferências	-	5.830	(243)	-	-	84	(5.671)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	8.299	1.349	2.127	-	3.517	8.618	23.910
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(75)	(17)	(456)	-	(458)	-	(1.006)
Adições	-	(38)	(4)	(230)	-	(210)	-	(482)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(113)	(21)	(686)	-	(668)	-	(1.488)
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(113)	(21)	(686)	-	(668)	-	(1.488)
Adições	-	(59)	(55)	(400)	-	(267)	-	(781)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(172)	(76)	(1.086)	-	(935)	-	(2.269)
Valor Contábil								
Em 1º de janeiro de 2010	-	1.094	327	815	-	1.395	21.736	25.367
Em 31 de dezembro de 2010	-	1.055	1.101	1.043	-	1.217	9.441	13.857
Em 31 de dezembro de 2011	-	8.127	1.273	1.041	-	2.582	8.618	21.641

Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, à usina, linha e subestação da Amapari Energia S.A. que entrou em operação em novembro de 2008. A depreciação dos ativos está calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, da ANEEL, que leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e seus valores residuais.

Custo de desmantelamento

Refere-se, basicamente, ao provisionamento dos gastos de retirada dos ativos no término do contrato de geração de energia da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A.. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Os valores estimados para a constituição da provisão respeitam o prazo do contrato de geração de energia e foram corrigidos considerando a expectativa de inflação de longo prazo (4,50% ao ano) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,00%.

Terrenos

A MPX Colômbia S.A. adquiriu, em 31 de maio de 2011, 100% das ações da sociedade Kebiny S.A., pelo montante de Cop\$ 25.759.623.066 (correspondentes a R\$ 22.701, em dezembro de 2011). Esta companhia possui a área denominada de Bello Horizonte, site estratégico onde pretende desenvolver a implantação de porto próprio na Colômbia. A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativo uma vez que a Kebiny é proprietária de imóvel que servirá para o desenvolvimento do *site* estratégico para implantação de tal porto. Para essa aquisição foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 21.892 que estavam sendo registrados no intangível e em junho foram reclassificados para a conta de terrenos. Adicionalmente foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 19.447, para aquisição de áreas estratégicas para o desenvolvimento do porto próprio na província de La Guajira. Este empreendimento é parte integrante da solução logística para seu sistema integrado de mineração na Colômbia.

Juros capitalizados

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento foram no montante de R\$468.175, em 31 de dezembro de 2011, atualizados por taxa de juros nas controladas UTE Porto do Açu, Porto do Pecém, Porto do Itaqui e MPX Pecém II, conforme segue:

	UTE Porto do Açu	UTE Parnaíba	Porto do Pecém	Porto do Itaqui	MPX Pecém II	Total
Juros e variação cambial sobre juros capitalizados	5.449	9.081	116.491	205.369	131.785	468.175
Taxa de Juros	13,68%	10,92%	7,68%	9,32%	8,43%	

Imobilizado em curso

Refere-se, basicamente, a gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas das empresas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., garantidos por fianças bancárias no montante de R\$ 324.240. Os saldos estão contabilizados no subgrupo “imobilizado em curso” e serão transferidos para “imobilizado em serviço” a partir da entrada em operação. As referidas controladas assinaram com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. um contrato EPC na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2011, caso a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2011, o montante total das garantias retidas pelas controladas corresponde a R\$180.497 (R\$183.958 em 31 de dezembro de 2010) e encontra-se contabilizado no passivo circulante das respectivas controladas e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Retenções contratuais”.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

O imobilizado em curso da MPX Energia S.A. refere-se, basicamente, a gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos de projetos de desenvolvimento, como UTE Porto do Pecém I e II, UTE Porto do Itaqui, MPX Colômbia, UTE Porto do Açú, UTE MPX Sul entre outros e adiantamentos referentes à aquisição de equipamentos para a usina Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Os saldos estão contabilizados no subgrupo “imobilizado em curso” e serão transferidos para “imobilizado em serviço” a partir da entrada em operação.

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção das usinas de Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., cujo montante é de R\$22.339 em 31 de dezembro de 2011, estão sendo capitalizados.

15 Combinação de negócios

Em julho de 2010, a MPX Energia S.A. adquiriu participação societária de 99,99% na sociedade Nova - Sistemas de Energia Ltda. pelo montante de R\$2.425. A sociedade terá por objeto a prestação de serviço de desenvolvimento e de implementação de sistemas de geração de energia elétrica renovável.

Em junho de 2011, a MPX Energia S.A. obteve o controle na sociedade Seival Participações S.A., ao adquirir participação societária de 99,99% de suas ações pelo montante de R\$38.523. Esta sociedade é controladora da Usina Termelétrica Seival Ltda., que tem por objeto a produção e comercialização de energia elétrica, fertilizantes e derivados, bem como subprodutos do carvão.

Ágio

Não houve ágio reconhecido nas aquisições da Nova Sistemas de Energia Ltda. e da Seival Participações S.A. conforme demonstrado abaixo:

	Nova Sistemas	Seival Participações
Contraprestação transferida	2.425	38.523
(-) Valor justo dos ativos/passivos líquidos:		
Imobilizado	(2.425)	(49.730)
Passivo diferido	-	11.178
Participação dos acionistas não controladores	-	(29)
(=) Goodwill da combinação de negócios	-	-

A Companhia registrou estas transações com base no seu melhor entendimento quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade.

Destacamos que o período de mensuração da combinação de negócio para a aquisição da Nova Sistema de Energia Ltda. terminou em julho de 2011 e a posição demonstrada acima não sofreu alteração. Quanto à Seival Participações S.A. esse período terminará quando obtivermos as informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, contudo, não poderá exceder a um ano a contar de junho de 2011.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Com as aquisições destas sociedades a MPX Energia S.A. amplia o seu plano de negócios.

16 Intangível**a. Composição dos saldos****Consolidado**

	Licenças de Informática	Direitos minerários de carvão	Opções de direitos minerários	Estudos minerários	Ágio na aquisição de investimentos	Outorgas e CCEARs	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	1.584	10.078	-	-	15.470	-	9.642	36.774
Adições	933	42.343	3.825	11.931	-	-	2.107	61.139
Baixas	-	(7.562)	(1.170)	-	-	-	(5)	(8.737)
Transferências	-	(2.075)	(206)	2.281	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.517</u>	<u>42.784</u>	<u>2.449</u>	<u>14.212</u>	<u>15.470</u>	<u>-</u>	<u>11.744</u>	<u>89.176</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	-	11.744	89.176
Adições	2.273	5.876	-	15.275	-	183.501	63	206.988
Baixas	(4)	(23.555)	-	(2.941)	-	-	(759)	(27.259)
Transferências	(142)	-	-	-	-	-	142	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.644</u>	<u>25.105</u>	<u>2.449</u>	<u>26.546</u>	<u>15.470</u>	<u>183.501</u>	<u>11.190</u>	<u>268.905</u>
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(282)	-	-	-	-	-	-	(282)
Adições	(371)	-	-	-	-	-	-	(371)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(653)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(653)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(653)	-	-	-	-	-	-	(653)
Adições	(636)	-	-	-	-	-	-	(636)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(1.289)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.289)</u>
Valor Contábil								
Em 1º de janeiro de 2010	1.302	10.078	-	-	15.470	-	9.642	36.492
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.864</u>	<u>42.784</u>	<u>2.449</u>	<u>14.212</u>	<u>15.470</u>	<u>-</u>	<u>11.744</u>	<u>88.523</u>
Em 31 de dezembro 2011	<u>3.355</u>	<u>25.105</u>	<u>2.449</u>	<u>26.546</u>	<u>15.470</u>	<u>183.501</u>	<u>11.190</u>	<u>267.616</u>

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Controladora

	Licenças de informática
Custo	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	609
Adições	589
Baixas	-
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>1.198</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1.198
Adição	1.203
Baixas	-
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.401</u>
Amortização	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(143)
Adições	(182)
Baixas	-
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(325)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(325)
Adições	(337)
Baixas	-
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(662)</u>
Valor contábil	
Em 1º de janeiro de 2010	<u>466</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>873</u>
Em 31 de dezembro 2011	<u>1.739</u>

Direitos Minerários de Carvão

Em junho de 2011 foram reclassificados os adiantamentos para aquisição da área de Bello Horizonte para o imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº14.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Estudos minerários

As atividades de implantação dos projetos de mineração estão focadas, inicialmente, na operacionalização das minas a céu aberto em Cañaverale e Papayal. Com base na campanha exploratória, realizada em 2010, a MPX Colômbia S.A. deu início ao Plano de Trabalho e Obras (PTO) das minas de Cañaverale e Papayal, o qual compreende todas as informações do projeto de mina, como planos de lavra, mapas, instalações, dimensionamento de frotas de equipamentos de mina, área total do projeto, dentre outros.

Em 2010, a Companhia desenvolveu os estudos necessários para obtenção de licenciamento dos projetos minerários acima citados. Neste sentido, a MPX Colômbia S.A. elaborou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para as minas de Cañaverale e Papayal, os quais foram protocolados no terceiro trimestre de 2010.

No 1º trimestre de 2011, a Companhia assegurou solução logística para seu sistema integrado de mineração e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) estão sendo apresentados até o recebimento da licença ambiental definitiva.

Outorgas e CCEARs

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a MPX Energia S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Adicionalmente o referido documento determina a cessão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) das UTEs para a MPX Energia S.A..

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008- ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

O Termo de Fechamento da Operação (“Termo”), datado de 2 setembro de 2011, estipula duas cláusulas de pagamento adicional de cessão, condicionado a: (i) Autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, para aumentar a garantia física de energia em até 72,7 MW médios para cada empreendimento. Caso a MPX Energia S.A. obtenha a autorização, será devido às UTEs, na mesma proporção em que for o acréscimo na garantia física com o valor máximo de R\$83 milhões, sendo 50% para cada uma delas, a título de preço adicional de cessão e (ii) Concedida a autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, à alteração do fator “i” e dos “Demais Custos Variáveis” (definido no art.3º, II, da Portaria MME nº42, de 01/03/2007) dos Empreendimentos, a MPX Energia S.A. deverá pagar a cada uma das UTEs, na mesma proporção, o valor dos tributos, declarados e reconhecidos nas demonstrações financeiras das UTEs como devidos. Este montante está limitado a R\$61,2 milhões ou ao valor do benefício obtido pela MPX Energia S.A. resultante da alteração do fator “i” e dos “Demais Custos Variáveis” dos Empreendimentos.

Ambas cláusulas condicionantes têm prazo de 18 meses a contar de 2 de setembro de 2011, data do Termo de Fechamento da Operação.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

A MPX Energia S.A. firmou com a sua subsidiária UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (“UTE Parnaíba”) o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para UTE Parnaíba todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a MPX Energia S.A. e a UTE Parnaíba, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTES MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator “i” e dos “Demais Custos Variáveis” já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do “Complexo Termelétrico Parnaíba”, com capacidade instalada de 1,5 GW, à base de gás natural.

b. Ágio na aquisição de investimento

Em 14 de outubro de 2008, a MPX Energia S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela MPX Energia S.A. no montante de R\$15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e não vem sofrendo amortização.

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do ágio da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização (exercício de 2041), entretanto sua realização ocorrerá dentro do prazo de cinco anos, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e a margem bruta.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 foram:

Margem bruta	61% (R\$17.263.126)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 foram:

Margem bruta	62% (R\$18.080.581)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a

Taxa de desconto

A taxa de desconto é uma taxa após os impostos (post-tax rate) e foi estimada baseada na experiência da administração com os ativos desta UGC (unidade geradora de caixa), e na média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, o qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/patrimônio líquido de 70/30 a uma taxa de juros de mercado de 5,23 %.

Taxa de crescimento na perpetuidade

A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a ser vendida já estão definidas por um período de 15 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuara na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

c. Direito de uso

Em 15 de junho de 2009, a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. firmou um termo de permissão de uso de passagem com a empresa Transnordestina Logística S.A., no montante de R\$10.763, referente à outorga de permissão de uso de faixa de domínio no trecho denominado Itaqui-Bacanga, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, trecho este em que será instalada a linha de transmissão que conectará a usina à subestação da Eletronorte. Adicionalmente a UTE Porto do Pecém Geração de Energia S.A. também possui direitos de uso no montante de R\$ 427.

17 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

a. Controlador

O controle da Companhia é exercido pelo Sr. Eike Fuhrken Batista, que detém 67,7% das ações ordinárias.

b. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

c. Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., LLX Logística S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A., OSX Brasil S.A., OMX operações Marítimas Ltda. e AVX Táxi Aéreo Ltda..

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A. (a)	-	9.918	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	7.683	7.663	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	(7.453)	(7.453)	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	457	445	-	-
MMX Chile S.A. (c)	-	-	999	3.263
EBX Holding Ltda. (c)	1.134	-	1.134	-
LLX Logística S.A. (d)	631	-	631	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	332	256.864	-	-
MPX Comercializadora de Energia S.A. (h)	408	-	-	-
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (i)	2.774	-	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. (j)	1.399	-	-	-
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital para controladas (k)	162.758	10.270	-	-
MMX Mineração e Metálicos S/A (l)	579	-	579	-
OGX Petróleo e Gás S.A. (m)	229	-	229	-
OSX Brasil S.A. (n)	222	-	222	-
UTE MPX Sul Energia S.A. (o)	46	-	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A. (p)	136	-	-	-
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (q)	234	-	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda. (r.)	13	-	-	-
MPX Comercializadora de Combustível Ltda. (s)	355	-	-	-
Seival Participações S.A. (t)	14	-	-	-
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (u)	680	-	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. (v)	22.805	-	-	-
OMX Operações Marítimas Ltda.	-	-	4.642	-
	<u>195.436</u>	<u>277.707</u>	<u>8.436</u>	<u>3.263</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	195.436	277.707	8.436	3.263

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A.	-	337	-	-
MMX Chile	-	-	3	-
EBX Investimentos Ltda./EBX Holding Ltda. (c)	3.195	379	3.397	649
LLX Açú Operações Portuárias S.A (d)	-	-	275	-
Petra Energia S.A. (f)	-	-	-	1.080
Copelmi Mineração Ltda. (g)	-	-	7	191
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	725	1	-	-
Seival Participações Ltda.	2	1	-	-
EDP – Energias do Brasil	-	-	340	-
AVX	15	-	15	-
	<u>3.937</u>	<u>718</u>	<u>4.037</u>	<u>1.920</u>
Circulante	3.934	716	3.697	649
Não circulante	3	2	340	1.271

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A. (a)	714	2.229	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	-	699	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	4	40	-	-
EBX Investimentos Ltda./EBX Holding Ltda. (c)	(23.914)	(13.139)	(28.201)	(15.368)
LLX Açú Operações Portuárias S.A. (d)	631	-	(2.573)	(12.505)
MPX Pecem II Geração de Energia S.A. (e)	4.945	13.002	-	-
Petra Energia S.A. (f)	69	-	-	-
MPX Comercializadora de Energia S.A. (h)	(7.277)	-	-	-
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (i)	9.622	-	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A (j)	4.248	-	-	-
MMX Mineração e Metálicos S.A.(l)	579	-	579	-
OGX Petróleo e Gás Ltda.(m)	554	-	554	-
OSX Brasil S.A. (n)	539	-	539	-
UTE MPX Sul Energia S.A (o)	46	-	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A (p)	136	-	-	-
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (q)	234	-	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda (r.)	12	-	-	-
MPX Comercializadora de Combustível Ltda (s)	355	-	-	-
Seival Participações S.A. (t)	14	-	-	-
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (u)	6	-	-	-
Total	<u>(8.483)</u>	<u>(2.831)</u>	<u>(29.102)</u>	<u>(27.873)</u>

- (a) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (140% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$714 (R\$2.229 em 31 de dezembro de 2010). Esse contrato foi liquidado em 16 de setembro de 2011.

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

- (b) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2011 o efeito em resultado é de R\$4 (R\$40 em 31 de dezembro de 2010) A MPX Energia S.A. constituiu provisão de R\$7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.
- (c) A Companhia e suas controladas mantêm também contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com as empresas EBX Investimentos Ltda., EBX Holding S.A. e MMX Chile S.A., com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$28.201 (R\$15.368 em 31 de dezembro de 2010).
- (d) O saldo é composto por: (i) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$631 e (ii) Contrato de locação de uma área de 224,38 hectares, localizada na área do Porto do Açú, entre LLX Açú Operações Portuárias S.A., figurando como locadora, e UTE Porto do Açú Energia S.A. como locatária. O valor original do contrato é de 0,34045 por m2 por mês, a unidade monetária utilizada é o real e o prazo é de 35 anos (renováveis) da data de autorização a ser concedida à UTE ou sua controladora.
- (e) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (8,5% a.a. conforme previsto em contrato de financiamento firmado entre MPX Energia S.A, Pecém II Geração de Energia S.A e BNB, onde MPX figura como interveniente). Esse contrato foi liquidado em maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$4.945 (R\$13.002 em 31 de dezembro de 2010).
- (f) O saldo é composto por: (i) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. referente a 30% de participação da Petra Energia S.A. no seu capital social, no montante de R\$41.669. Em dezembro 2011 este montante foi integralizado, passando a compor o capital social da empresa e (ii) Contrato de mútuo celebrado com a Petra Energia S.A.(mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa CDI-Over), nos montantes de R\$42.857 e R\$7.348. Os contratos foram liquidados em suas datas de vencimento, 15 de novembro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.
- (g) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Seival Sul Mineração de Energia S.A. referentes a 30% de participação da Copelmi Mineração Ltda. no seu capital social.
- (h) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (120% da taxa CDI-Over) foi integralmente liquidado. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$289; (ii) Receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a MPX Energia S.A. com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2011 o efeito em resultado era de R\$408. (iii) Despesas de ressarcimento de perdas financeiras decorrentes das operações de compra e venda de energia, no total de R\$7.974.
- (i) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (120% da taxa CDI-Over) e cujo vencimento ocorreu em 29 de abril de 2011 quando foi integralmente liquidado. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$377; (ii) Receita de ressarcimento de custos relativos a estudos de viabilidade. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$2774; (iii) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa CDI-Over) e com vencimento em 30 de dezembro de 2011, tendo sido liquidado, o efeito no resultado é de R\$6.471.
- (j) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa DI-Over) esse contrato foi liquidado em dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$2.849; (ii) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$1.399.
- (k) A Companhia reclassificou os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretiráveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo assim aos requerimentos do CPC 38, do grupo de investimentos para o ativo não circulante. Os seguintes AFACs estão em aberto em 31 de dezembro de 2011, com as empresas indicadas:

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

Controladas	31/12/2011	31/12/2010
Porto do Açu Energia S.A.	10.360	5.030
Seival Sul Mineração Ltda.	-	475
MPX Sul Energia Ltda.	3.310	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	250	4.595
Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	170
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A	148.837	-
	<u>162.757</u>	<u>10.270</u>

- (l) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$579.

A MPX Energia S.A. e a MMX Mineração e Metálicos S.A. concluíram, em 12 de setembro de 2011, as negociações para fornecimento de energia elétrica, totalizando 200 MW médios, e firmaram um Termo de Compromisso para a adoção da estrutura de autoprodução, pendente ainda da obtenção das devidas autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O acordo garante fornecimento de energia pelo prazo de 15 anos, iniciando-se em maio de 2014.

- (m) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$.554
- (n) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$.539.
- (o) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$46.
- (p) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$136.
- (q) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$234.
- (r) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$12.
- (s) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$355.
- (t) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$14.
- (u) Contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 27 de julho de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$6.
- (v) Contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento em 29 de fevereiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, apuramos R\$346 de juros que estão sendo capitalizados.

d. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo:				
Salários	4.626	5.319	10.480	5.654
Opção de ações outorgadas	209.804	64.821	209.804	64.821
	<u>214.430</u>	<u>70.140</u>	<u>220.284</u>	<u>70.475</u>

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$:

	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	5.000	58.613	180.000	38.000	57.167	89.000
Diretores	698.570	796.211	1.100.458	371.808	628.932	988.782

18 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Consolidado																
					31/12/11					31/12/10						
Credor		Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa Efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
Itaqui	BNDES (Direto)	(a)	R\$	TJLP+2,78%	15/06/26	TJLP + 2,89%	11.204	11.087	868.996	3.256	861.165	10.387	10.342	564.442	14.239	568.339
Itaqui	BNB	(b)	R\$	10,00%	15/12/26	10,14%	2.948	2.917	202.755	861	200.699	3.445	3.338	187.204	708	184.574
				UMIPCA+ TR		UMIPCA +TR										
Itaqui	BNDES (Indireto)	(c)	R\$	BNDES+4,8%	15/06/26	BNDES + 4,95%	1.358	1.344	114.470	581	113.707	961	957	52.248	3.164	54.455
Itaqui	BNDES (Indireto)	(d)	R\$	TJLP+4,8%	15/06/26	TJLP + 4,94%	2.062	2.040	172.279	787	171.026	2.576	2.488	139.994	4.333	141.839
PecemI	BNDES (Direto)	(e)	R\$	TJLP+2,77%	15/06/26	TJLP + 3,15%	8.437	6.428	735.867	2.689	732.128	8.420	7.294	581.081	2.105	575.892
PecemI	BID	(f)	US\$	LIBOR+3,5%	15/05/26	Libor + 4,54%	8.052	6.265	134.856	717	129.308	7.790	7.024	116.413	587	109.976
PecemI	BID	(g)	US\$	LIBOR+3,0%	15/05/22	Libor + 3,82%	8.013	6.239	165.073	772	159.606	7.693	6.963	142.504	627	136.168
Colombia	Banco Santander	(h)	US\$	LIBOR+2,0%	05/07/12	-	-	-	45.957	639	46.596	-	-	40.061	508	40.569
PecemII	BNDES (Direto)	(i)	R\$	TJLP+2,18%	15/06/27	2,40%	7.803	7.316	579.717	2.029	574.430	7.470	7.441	443.043	1.442	437.044
				UMIPCA+ TR		UMIPCA +TR										
PecemII	BNDES (Direto)	(j)	R\$	BNDES+2,18%	15/06/27	BNDES+2,44%	1.740	1.660	117.886	11.749	127.975	1.631	1.629	89.884	1.793	90.048
MPX S/A	Banco Itaú BBA	(k)	R\$	CDI+3,00%	18/06/12	-	-	-	105.790	495	106.285	-	-	249.699	1.378	251.077
PecemII	BNB	(l)	R\$	10,00%	31/01/28	10,29%	4.139	4.007	235.000	3.826	234.819	-	-	-	-	-
Colombia	Banco de Bogotá	(m)	COP	DTF (TA)+1,2%	27/01/12	-	-	-	44.849	821	45.670	-	-	-	-	-
Colombia	Banco HSBC	(n)	US\$	LIBOR+2,0%	13/04/12	-	-	-	67.004	8	67.012	-	-	-	-	-
Colombia	Banco de Bogotá	(o)	US\$	LIBOR+2,0%	13/06/12	-	-	-	46.895	709	47.604	-	-	-	-	-
Chile	Suisse	(p)	US\$	8,13%	15/04/15	-	-	-	28.137	536	28.673	-	-	-	-	-
Chile	Banco Credit Suisse	(q)	US\$	8,00%	15/04/15	-	-	-	18.758	358	19.116	-	-	-	-	-
Colombia	Banco de Bogotá	(r)	US\$	LIBOR+3,5%	19/12/12	-	-	-	46.895	67	46.962	-	-	-	-	-
Colombia	Banco HSBC	(s)	US\$	LIBOR+3,5%	18/06/12	-	-	-	28.137	37	28.174	-	-	-	-	-
Parnaíba	BRASESCO	(t)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	-	-	-	75.000	127	75.127	-	-	-	-	-
Parnaíba	Banco Itaú BBA	(u)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	-	-	-	125.000	212	125.212	-	-	-	-	-
Parnaíba	BNDES (Direto)	(v)	R\$	TJLP+2,80%	17/09/12	-	-	-	242.729	228	242.957	-	-	-	-	-
				UMIPCA_M+T												
Parnaíba	BNDES (Direto)	(z)	R\$	R BNDES+2,8%	15/03/13	-	-	-	157.382	118	157.500	-	-	-	-	-
	</															

- (a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) liberou em 15 de dezembro de 2011 mais uma parcela no valor de R\$55 milhões, que somada às anteriores, totaliza R\$771 milhões do financiamento de longo

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

prazo da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.. O custo anual contratado é de TJLP + 2,78%, sendo que parte da linha destinada a investimentos sociais (BNDES Social) no valor de R\$13,7 milhões possui custo somente de TJLP. O prazo total da linha BNDES Social é de 9 anos, sendo 6 anos de amortização e carência de pagamento até julho de 2012. O prazo do financiamento é de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

- (b) Em complementação ao financiamento do BNDES, a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB-FNE, no montante total de R\$ 203 milhões (em R\$ nominais), o qual teve sua última parcela desembolsada em 28 de julho de 2011, totalizando o valor contratado. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012, com um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com uma redução do custo para 8,5% ao ano.
- (c) Desta linha do BNDES indireto que tem os bancos Bradesco e Votorantim como agentes, já foram repassados R\$93 milhões a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., relativos aos subcréditos A, B, C e D. Esta parte do empréstimo, que ainda tem previstos R\$10 milhões do subcrédito E, tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa referência BNDES + 4,8% durante a fase de construção e de IPCA + Taxa referência BNDES+ 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção, os juros destes empréstimos serão capitalizados.
- (d) Todo o subcrédito F, do mesmo empréstimo do item anterior e que corresponde a R\$141,8 milhões, foi repassado a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 4,80% durante a fase de construção e de TJLP + 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.
- (e) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou em 28 de dezembro de 2011 mais uma parcela no valor de R\$46,6 milhões que, somada às anteriores, totaliza R\$1,28 bilhão do financiamento de longo prazo da Porto do Pecém Geração de Energia S.A.. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um valor total de R\$1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.
- (f) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("A loan") no montante de US\$147 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$143,78 milhões (equivalente a R\$269.712 em 31 de dezembro de 2011). O "A Loan" tem custo anual de *Libor* + 3,5% e prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A..
- (g) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo indireto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("B loan") no montante de US\$180 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$176 milhões (equivalente a R\$330.146 em 31 de dezembro de 2011). Os bancos repassadores são Grupo Banco Comercial Português, Calyon e Caixa Geral de Depósito. O "B Loan" tem custo anual de *Libor* + 3,0% e prazo total de 13 anos, sendo 10 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A..
- (h) Em 1º de julho de 2010, a MPX Colômbia celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira (*offshore loan*) com o Banco Santander Brasil, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólares norte-americanos no montante de US\$24,5 milhões (equivalente a R\$45.957 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros equivalentes à *Libor* + 2% a.a.. Este contrato teve os juros pagos até 1 de julho de 2011, que era o vencimento original, e foi repactuado até 5 de julho de 2012.
- (i) A UTE MPX Pecém II recebeu em 27 de setembro de 2011 a liberação de mais R\$ 40 milhões do subcrédito A do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES, que somado às outras liberações, totalizam R\$533,9 milhões dos R\$564,5 milhões previstos neste subcrédito (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção). Este subcrédito tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado é de TJLP + 2,18%.

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

- (j) A UTE MPX Pecém II recebeu em 16 de novembro de 2011 a liberação de mais R\$ 22 milhões que somada a anterior completam R\$110,1 milhões, referentes aos subcréditos E, F, G, H e I do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Estes subcréditos totalizam R\$132 milhões e têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa referência BNDES + 2,18%.
- (k) Em 19 de dezembro de 2011, a controladora MPX Energia S.A. repactuou os R\$105,8 milhões de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com o Banco Itaú BBA S.A., pagando a totalidade dos juros devidos até esta data e passando o novo vencimento para 18 de junho de 2012 e juros de 100% do CDI mais 3% ao ano.
- (l) Em complementação ao financiamento do BNDES, a MPX Pecém II Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, no montante total de R\$250 milhões (em R\$ nominais), dos quais foram liberados mais R\$25 milhões em 3 de agosto de 2011, que somados às outras liberações totalizam R\$ 235 milhões já desembolsados. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais e 14 anos de amortização com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, tendo um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com uma redução do custo para 8,5% ao ano.
- (m) Em 3 de março de 2011 a MPX Colômbia S.A. celebrou um contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco de Bogotá, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em pesos colombianos no montante de COP 46,25 bilhões (equivalente a R\$44.849 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros equivalentes à DTF (TA) + 1,2% TA, com vencimento em 330 dias. A DTF (TA) corresponde à taxa colombiana de depósito a prazo, estabelecida pelo Banco Central local.
- (n) Em 13 de abril de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco HSBC, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$35 milhões (equivalente a R\$67.004 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 2% a.a.. Os juros serão pagos trimestralmente e o principal ao término do contrato em 13 de abril de 2012.
- (o) Em 14 de junho de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco de Bogotá. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$25 milhões (equivalente a R\$46.895 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 2% a.a.. Principal e juros serão pagos ao término do contrato em 13 de junho de 2012.
- (p) Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$28.137 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015.
- (q) Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$10 milhões (equivalente a R\$18.758 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato em 15 de abril de 2015.
- (r) Em 17 de agosto de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco de Bogotá. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$25 milhões (equivalente a R\$46.895 em 31 de dezembro de 2011). Este empréstimo foi repactuado em 19 de dezembro de 2011 com novo vencimento para 19 de dezembro de 2012, juros de *Libor* + 3,5% a.a. e mantendo o pagamento de principal e juros ao término do contrato. Os juros devidos até a data da repactuação foram totalmente pagos.
- (s) Em 20 de dezembro de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco HSBC, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$28.137 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 3,5% a.a.. Principal e juros serão pagos ao término do contrato em 18 de junho de 2012. Esta nova linha foi utilizada para quitar a anterior de mesmo valor em 21 de dezembro de 2011.
- (t) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final.

- (u) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final.
- (v) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$242,7 milhões, referente ao do subcrédito C do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, que corresponde ao total previsto neste subcrédito (em R\$ nominais, excluindo juros durante a capitalização). Para este subcrédito os juros serão capitalizados trimestralmente e pagos junto ao principal em 17 de setembro de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,8%.
- (w) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$157,3 milhões, referentes aos subcréditos A e B do mesmo contrato de empréstimo ponte com o BNDES mencionado no item anterior. Principal e juros serão pagos ao final do contrato em 15 de março de 2013. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa referência BNDES + 2,8%.

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns contratos incluem cláusulas específicas de *covenants* financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos foram atendidos.

Covenants não financeiros

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2011, foram todas atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado
2013	552.994
2014	242.027
2015 em diante	<u>2.516.042</u>
	<u><u>3.311.063</u></u>

19 Debêntures

Em 15 de junho de 2011 a MPX Energia S.A. emitiu 21.735.744 debêntures, no valor unitário de R\$63,00, totalizando R\$1,376 bilhão. Em 31 de dezembro de 2011, 100% das debêntures estavam subscritas. Estas debêntures são escriturais, nominativas e conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo assim caracterizado um contrato híbrido (combinado). O prazo de vencimento será de 3 anos finalizando em 15 de junho de 2014, serão atualizadas pelo IPCA mais uma taxa de remuneração de 4% ao ano. A remuneração será exigida anualmente a partir de 15 de junho de 2012.

Como componentes do contrato híbrido, existem dois derivativos embutidos, além de que um contrato principal não-derivativo. Os derivativos contidos em contrato são baseados em opções. Desta forma, a Administração optou por separar os instrumentos financeiros derivativos de seu contrato principal de acordo com os termos expressos na característica de cada opção. O contrato principal não-derivativo é mantido na categoria de Empréstimos e recebíveis, cuja mensuração subsequente se dará ao custo amortizado. A quantia escriturada inicial do instrumento principal é a quantia residual depois de separar cada derivativo embutido.

Os instrumentos financeiros derivativos segregados são:

- Opção de compra *plain vanilla* (“CALL”) em que cada debênture poderá ser convertida, de maneira isolada e a livre critério de seu titular, e a qualquer momento, pelos debenturistas até a data de vencimento das debêntures, por meio de uma solicitação de conversão enviada à emissora, por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre seu valor nominal atualizado, na data de conversão das debêntures, e o preço fixo de R\$43,00 (“preço de exercício da opção de compra”) por ação.
- Opção de venda com barreira (“PUT”) em que a condição para conversão, a critério da emissora, ocorrerá quando o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, calculado com base no preço médio ponderado pelo volume das referidas ações ordinárias nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de tal verificação, alcançar valor igual ou superior a 140% do preço de conversão (“preço de barreira”).

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

O valor justo das opções foram determinados a partir de modelos de apreçamento de opções. Para a opção de compra *plain vanilla* (“CALL”) a determinação do valor justo foi extraída a partir de uma adaptação do modelo de precificação de opções Black and Scholes com pagamento de dividendos. Para a opção de venda com barreira (“PUT Knock-in-and-up”) a determinação do valor justo foi extraída a partir de um modelo de apreçamento de opções flexíveis (“com barreira”).

O valor justo de instrumento financeiro no reconhecimento inicial, em 15 de junho de 2011, é o preço da transação e para 31 de dezembro de 2011, foi reconhecido o valor justo dos derivativos mencionados acima gerando uma perda de R\$62.003, refletindo a variação no resultado do exercício.

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2011.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	2.422	31
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	2.293	19
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	38	-	1.605	249
ICMS	-	20	145	184
PIS, COFINS, IRRF e CSL	33	6	618	532
Imposto sobre operações Financeiras - IOF	-	49	-	49
IVA (Chile / Áustria)	-	-	8.884	-
Outros	29	260	2.294	4.092
Circulante	100	335	18.261	5.156

Em 31 de dezembro de 2011, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Exercício de 2011	31/12/2011	31/12/2011
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	(477.825)	(539.470)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	162.461	183.420
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	(74.276)	-
Provisão para passivo a descoberto	(9.442)	-
Doações não dedutíveis	(281)	(281)
Provisão para liquidação de hedge	8.073	8.073
Ajuste - Opções de ações outorgadas	(17.263)	(17.263)
Ajuste RTT - IR Diferido	-	(1.820)

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Controladora	Consolidado
Exercício de 2011	31/12/2011	31/12/2011
Outros	-	(4.826)
Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)	-	(29.697)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(4.866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.272	142.473
Total do efeito do imposto no resultado	69.272	137.606
Alíquota efetiva	(14,50%)	(25,51%)
Exercício de 2010	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2010
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	263.275	(313.637)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	89.514	106.637
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Provisão mutuo c/ Termopantanal Ltda.	(2.534)	(2.534)
Resultado de equivalência patrimonial	(57.839)	-
Provisão para passivo a descoberto	2.222	-
Doações	(173)	(173)
Provisão para liquidação de hedge	972	972
Imposto diferido MPX 2009 contabilizado em 2010	(3.098)	(3.097)
Ajuste RTT – IR diferido	(22.039)	(29.055)
Outros	-	(14.835)
Provisão para ajuste diferido	-	421
Doações Pecém I, Pecém II e Itaquí	-	(313)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.025	58.303
Total do efeito do imposto no resultado	7.025	58.023
Alíquota efetiva	(2,67%)	(18,50%)

Em 31 de dezembro de 2011, a base de cálculo para apuração do imposto de renda e contribuição social a recolher foi deduzida das despesas pré-operacionais conforme Solução de Divergência nº 32 de 21 de julho de 2008 da Receita Federal, gerando base negativa, consequentemente as controladas não constituem provisão para estes tributos.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

O Grupo MPX, através de sua controladora MPX Energia S.A. e suas controladas, Porto do Pecém Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., MPX Pecem II Geração de Energia S.A. e MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda., se utilizou no ano de 2011 de instrumentos financeiros derivativos para se proteger dos riscos relativos às flutuações de preços de moedas estrangeiras, taxa de juros (*Libor*) e *commodities* (carvão). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Companhia e suas controladas. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados e não derivativos da Companhia e suas controladas:

Instrumentos financeiros	Controladora					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	960.258	-	960.258	195.612	-	195.612
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	4.909	-	4.909
Ganhos em operações com derivativos	19.289	-	19.289	-	-	-
Depósito vinculado	-	56.727	56.727	-	365.508	365.508
Mútuo com controladas	-	24.173	24.173	-	267.437	267.437
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	2.796	2.796	-	-	-
Contas a receber com controladas	-	5.710	5.710	-	-	-
AFAC- com controladas	-	162.757	162.757	-	10.270	10.270
Passivos						
Fornecedores	-	1.298	1.298	-	3.471	3.471
Empréstimos e financiamentos	-	106.286	106.286	-	251.078	251.078
Debêntures	-	1.433.615	1.433.615	-	-	-
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003	-	-	-
Débitos com controladas	-	724	724	-	337	337
Débitos com outras partes relacionadas	-	3.213	3.213	-	381	381
Perdas em operações com derivativos	-	-	-	4.454	-	4.454

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Instrumentos financeiros	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.442.415	-	1.442.415	304.467	-	304.467
Títulos e valores mobiliários	9.437	-	9.437	175.091	-	175.091
Contas a receber	-	21.898	21.898	-	9.846	9.846
Ganhos em operações com derivativos	19.289	-	19.289	-	-	-
Subsídio a receber CCC	-	29.445	29.445	-	28.807	28.807
Depósitos vinculados	-	124.315	124.315	-	374.678	374.678
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	8.436	8.436	-	3.263	3.263
Passivos						
Fornecedores	-	186.680	186.680	-	119.486	119.486
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	3.768.700	3.768.700	-	2.303.267	2.303.267
Empréstimos e financiamentos em US\$	-	573.050	573.050	-	286.715	286.715
Debêntures	-	1.433.615	1.433.615	-	-	-
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003	-	-	-
Débitos com outras partes relacionadas	-	4.037	4.037	-	1.920	1.920
Perdas em operações com derivativos	243.431	-	243.431	189.212	-	189.212
Retenções contratuais	-	180.497	180.497	-	183.598	183.598

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado, exceto para empréstimos e financiamentos e debêntures, cujos valores justos, em 31 de dezembro de 2011 são de R\$4.354.454 (R\$ 7.549.677 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 1.388.290, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Tendo em vista que as receitas serão lastreadas em reais e grande parte dos investimentos em ativo fixo (*Capex*) são denominados em dólares norte-americanos e em euros, uma parcela dos investimentos em moeda estrangeira será financiada em dólares norte-americanos e com juros internacionais (*Libor*). Além disso, a matéria prima para as térmicas (carvão - combustível) tem a formação do seu preço no mercado internacional, em dólares norte-americanos. Referida política permite que se avalie o nível de exposição dos ativos acima citados e se contrate as proteções necessárias, compensando-se possíveis descasamentos entre receitas e despesas.

Diante do exposto, a Companhia e suas controladas detiveram ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2011, operações de proteção com instrumentos do tipo NDF (*Non Deliverable Forwards*), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para amenizar o

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

impacto dos descasamentos cambiais e de Swap FRA Libor (*Forward Rate Agreement*), que consiste em fixar uma taxa de juros a termo para empréstimos de longo prazo. Cabe ressaltar que a política de *hedge* da MPX Energia S.A. e de suas controladas não permite qualquer espécie de alavancagem com intuito especulativo. Os volumes de proteção contratada respeitam igualmente o seu nível de exposição, sempre observando as melhores práticas de governança do mercado. As operações existentes de derivativos utilizadas pela Companhia e suas controladas não exigem depósito de margem de garantia.

Em março de 2010, a Companhia através de sua controlada MPX Pecém II tomou a decisão, diante de revisão feita nos gastos com *Capex* em moedas estrangeiras (dólar americano e euros), de adequar a sua exposição cambial para não apresentar posição estrutural *overbought* em dólares. Desta forma o Projeto Pecém II vendeu o equivalente a US\$44,8 milhões e comprou um total de EUR37,8 milhões. O período de recompras de dólares correspondeu aos meses de junho de 2010 a novembro de 2012. O ajuste no fluxo de euros compreendeu o período de junho de 2010 a maio de 2012.

Como parte da política adotada pela MPX Energia S.A. e por suas controladas é calculado diariamente o valor de mercado (MtM - *mark to market*) das posições em aberto, bem como a perda máxima potencial (VaR - *value at risk*) da carteira de instrumentos financeiros derivativos, com base em técnicas estatísticas que permitem o controle da exposição assumida.

Quadro 1 - Instrumentos financeiros derivativos: compra de Dólares Norte-Americanos.

		Consolidado					
		31/12/2011				31/12/2010	
Prazo médio (dias úteis)		Valor de referência (USD mil)	MTM ativo (R\$ mil)	MTM passivo (R\$ mil)	MTM líquido (R\$ mil)	Valor de referência (USD mil)	MTM líquido (R\$ mil)
MPX Energia							
Posição comprada USD/BRL							
Banco Goldman Sachs	175	92.075	12.012	-	12.012	-	-
Banco Morgan Stanley	152	48.640	7.277	-	7.277	-	-
Total NDF USD/BRL		140.715	19.289	-	19.289	-	-
Porto do Itaquí							
Posição comprada USD/BRL		-	-	-	-	5.311	(3.118)
Total NDF USD/BRL		-	-	-	-	5.311	(3.118)
MPX PECÉM II							
Posição comprada USD/BRL							
Citibank	60	1.243	-	(285)	(285)	38.807	(10.692)
Total NDF USD/BRL		1.243	-	(285)	(285)	38.807	(10.692)
Porto do Pecém							
Posição comprada USD/BRL							
Citibank	273	163.500	-	(69.017)	(69.017)	172.833	(68.392)
Total NDF BRLUSD		163.500	-	(69.017)	(69.017)	172.833	(68.392)
Total consolidado		305.458	19.289	(69.302)	(50.013)	216.951	(82.202)

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Quadro 2 - Instrumentos financeiros derivativos: compra de Euros.

		Consolidado					
		31/12/2011			31/12/2010		
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (€ mil)	MTM ativo (R\$ mil)	MTM passivo (R\$ mil)	MTM líquido (R\$ mil)	Valor de referência (USD mil)	MTM líquido (R\$ mil)
Porto de Itaquí							
Posição comprada EUR/USD	-	-	-	-	-	1.130	(19)
Total NDF USD/EUR		-	-	-	-	1.130	(19)
MPX Pecém II							
Posição comprada EUR/USD	60	913	-	(136)	(136)	20.299	(126)
Total NDF USD/BRL		913	-	(136)	(136)	20.299	(126)
Porto do Pecém							
Posição comprada EUR/USD							
BTG Pactual	14	132	-	(17)	(17)	856	(131)
Posição comprada EUR/BRL							
BTG Pactual	14	51	-	(22)	(22)	333	(260)
Total NDF EUR		183	-	(39)	(39)	1.189	(391)
Total Consolidado		1.096	-	(175)	(175)	22.618	(536)

Quadro 3 - Instrumentos financeiros derivativos: troca de taxa de juros (swap *libor* versus prefixada)

		Consolidado					
		31/12/2011			31/12/2010		
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (USD mil)	MTM ativo (R\$ mil)	MTM passivo (R\$ mil)	MTM líquido (R\$ mil)	Valor de referência (USD mil)	MTM líquido (R\$ mil)
Porto do Itaquí							
Swap Libor x prefixada							
Citibank	2.228	228.652	428.276	(529.882)	(101.606)	228.652	(47.166)
Total Swap		228.652	428.276	(529.882)	(101.606)	228.652	(47.166)
Porto do Pecém							
Swap Libor x prefixada							
Citibank	2.228	163.500	306.244	(378.592)	(72.349)	489.577	(37.481)
Total Swap		163.500	306.244	(378.592)	(72.349)	489.577	(37.481)
Total consolidado		392.152	734.520	(908.474)	(173.955)	718.229	(84.647)

As operações são devidamente registradas na CETIP S/A e BM&FBOVESPA.

Ressaltamos que certas operações com derivativos negociadas não são registradas na CETIP. Tais operações são negociadas na plataforma de ISDA (*International Swaps Derivatives Associations*) e classificadas como operações *Offshore*. Os derivativos *offshore* são

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

operações bilaterais negociadas no mercado de balcão entre os bancos sediados nos USA e a Companhia, e suas liquidações ocorrem no Brasil via fechamento de câmbio, não cabendo, portanto, registro na CETIP. Adicionalmente, a opção pela realização das operações *Offshore* deveu-se à maior liquidez na negociação do ativo objeto de proteção no mercado internacional.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não existe qualquer relação com Opções Cambiais e tampouco a exigência de margem de garantia prevista nas mesmas.

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Energia Pecém possui investimento em Capex (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norte-americanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) os contratos de financiamentos de longo prazo, conforme Nota Explicativa 18. Com vista ao financiamento do Capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes de referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, houve a contratação de instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilização de *hedge* tendo como item objeto de *hedge* a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento em outubro de 2012 com valor *nominal* de US\$327milhões.

Porto do Pecém Geração de Energia S.A.							
2011							
R\$ Mil	Valor justo	Fluxo de caixa esperado	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
Contratos de câmbio a termo Passivos	574.850	574.850	-	16.619	69.056	127.158	362.017

Porto do Pecém Geração de Energia S.A.							
2010							
R\$ Mil	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
Contratos de câmbio a termo Passivos	489.860	489.860	-	-	41.746	100.053	348.061

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do valor justo do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de US\$260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos US\$67 milhões ainda não desembolsados pelo Banco (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$50 milhões referente à segunda parcela. Em 2 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$9 milhões, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$ 8 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo Banco.

Características do objeto coberto por este instrumento financeiro, para fins de aplicação de *hedge accounting*:

- O projeto está sendo desenvolvido, com previsão de conclusão para 2011;
- O item coberto é associado com o referido investimento (tornados públicos pela empresa);
- O investimento tem um material relevante para o Brasil; e
- Na data do início, um montante de US\$158 milhões já foi contratado e atualmente se atingiu US\$319 milhões (98% do total do item coberto).

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no exercício foram os seguintes:

	2011		2010	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção				
Ganho com derivativos	(4.102)	2.707	4.393	2.900

Posteriormente, em 1 de janeiro de 2010, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa *libor* dos juros do financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID (o mesmo financiamento supra-citado para o *hedge accounting* anterior) durante a construção da termoeletrica de Pecém. O instrumento derivativo designado para essa relação é um *swap* de fluxo de caixa de taxa de juros com vencimento nos meses de maio e novembro de 2010 e 2011, cujos valores *nacionais* referem-se à expectativa de desembolso acumulado das 4 *tranches* dos financiamentos de longo prazo com o BID.

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial e os juros provisionados no derivativo são capitalizados no ativo imobilizado, no mesmo grupamento em que são registrados os juros da dívida de longo prazo, sendo estas as parcelas do valor justo do derivativo consideradas efetivas. A diferença entre o valor justo e a taxa *libor* é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de *hedge accounting* no exercício foram os seguintes:

	2011		
	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo imobilizado
Derivativos com propósito de proteção			
Ganhos (perdas) com derivativos	<u>4.057</u>	<u>279</u>	<u>(4.480)</u>
	2010		
	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo imobilizado
Derivativos com propósito de proteção			
Ganhos (perdas) com derivativos	<u>4.069</u>	<u>(423)</u>	<u>(3.646)</u>

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa *libor* dos juros do financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo *float/fixed* do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores *nominal* referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa *libor* é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

	2011	
	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção		
Ganho com derivativos	<u>71.758</u>	<u>(47.360)</u>

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia e suas controladas adotam ainda como prática a análise de *rating* das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo “Sistema de Classificação de Risco Bancário” - *Risk Bank*, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalente de caixa	1.442.415	304.467
Títulos e valores mobiliários	9.437	175.091
Contas a receber de clientes	21.898	9.846
Ganhos em operações com derivativos	19.289	-
Subsidio a receber – CCC	29.445	28.807
Depósito vinculado	124.315	374.678
	<u>1.646.799</u>	<u>892.889</u>

Quadro de classificação de risco “ÍndiceRiskbank”

BANCO	ÍNDICE RISKbank®	CLASSIF.RISCO	PORTE	RANK GERAL	
				Dez/11	Dez/10
BTG PACTUAL	11,42	BAIXO RISCO PARA MÉDIO PRAZO	GRANDE	8	15
CITIBANK	10,49	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	35	49
HSBC BANK BRASIL	10,33	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	42	53
ITAÚ	11,92	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	1	1
BRADESCO	11,61	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	4	3
VOTORANTIM	10,43	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	39	24
SANTANDER	10,18	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	GRANDE	50	71
BANCO DO NORDESTE	10,85	RISCO FEDERAL	MÉDIO	19	20
CAIXA ECONOMICA	10,23	RISCO FEDERAL	GRANDE	48	47
BANCO DO BRASIL	10,34	RISCO FEDERAL	GRANDE	41	29

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- (1) O *RISKbank*® é uma associação de técnicas de análise de balanço estatísticas com o conhecimento do funcionamento e das características operacionais das instituições financeiras.
- (2) Dados apresentados com defasagem de três meses.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas possam encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação e a do grupo. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2011, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, se apresentam conforme quadro abaixo:

Consolidado - 31/12/2011						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	186.680	-	-	-	-	186.680
Partes relacionadas	-	3.697	340	-	-	4.037
Empréstimos e financiamentos	331.460	540.291	857.810	1.497.939	3.702.326	6.929.826
Debêntures	-	54.943	62.652	1.708.911	-	1.826.506
Retenção contratual	-	180.497	-	-	-	180.497
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-9.791	96.424	35.505	74.842	46.451	243.431

Consolidado - 31/12/2010						
	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	119.486	-	-	-	-	119.486
Partes relacionadas	649	-	1.271	-	-	1.920
Empréstimos e financiamentos	285.408	61.284	233.363	1.491.614	4.328.846	6.400.515
Retenção contratual	-	183.958	-	-	-	183.958
Instrumentos financeiros derivativos (*)	22.659	70.416	7.804	-	88.334	189.212

- (*) Cabe ressaltar que a Companhia possui, em contrapartida ao passivo acima mencionado, instrumentos derivativos ativos no montante de R\$ 753.809 com vencimentos classificados no período de até 12 meses.

(iii) Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas elaboraram cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de *stress* em cada fator de risco que compõe o instrumento de derivativo utilizado e quantificar os efeitos das variações de cada fator de risco no MtM das operações.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

No contexto dos fatores de risco representados por taxas de juros, o que é considerado relevante para a Administração da Companhia e de suas controladas é aquele representado pela indexação do swap de taxa flutuante (*Libor*) contra prefixada, na empresa UTE Porto de Itaquí.

Descrição dos cenários

Para as operações de swap de *Libor* foi aplicado à curva da *Libor* um deslocamento paralelo para baixo; a queda da estrutura a termo da taxa *Libor* gera perda nessa operação, visto que a empresa recebe a diferença entre a taxa flutuante e uma taxa fixa.

- Cenário I: 25% para baixo (inclinação negativa); e
- Cenário II: 50% para baixo (inclinação negativa).

Análise de Sensibilidade – Taxa de Juros: Libor - 31/12/2011

	Prz Med (dc 365)	Valor Ref (USD mil)	MtM Ativo (R\$ mil)	MtM Passivo (R\$ mil)	MtM Líquido (R\$ mil)	Cen I	MTM Cenário I (R\$ mil)	Cen II	MTM Cenário II (R\$ mil)
Porto do Itaquí									
Swap Libor x Pre	2.228	228.652	428.276	529.882	(101.606)	-25%	(113.231)	-50%	(124.235)
Total geral			<u>428.276</u>	<u>529.882</u>	<u>(101.606)</u>		<u>(113.231)</u>		<u>(124.235)</u>

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos em Reais**Descrição dos Cenários para Empréstimos e Financiamentos:**

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da empresa são:

- TJLP - BNDES;
- IPCA - IBGE; e
- DI CETIP (“CDI”).

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% nas taxas a partir do cenário atual; e
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% nas taxas a partir do cenário atual.

Para a TJLP foram aplicados os seguintes percentuais:

TJLP Base (31/12/2011): 6,0%

- Cenário I: + 25% = 7,5%; e
- Cenário II: + 50% = 9,0%.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1,97408	Vencimento	Valor Principal + Juros (URTJLP)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Análises de Sensibilidade	
TJLP				Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário II Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
				2,0020	2,0300
BNDES (Direto)	15/06/2026	441.852	872.252	884.595	896.938
BNDES (Indireto)	15/06/2026	87.669	173.066	175.515	177.964
Itaqui:		529.522	1.045.318	1.060.110	1.074.902
BNDES (Direto)	15/06/2026	374.127	738.556	749.007	759.459
Pecem I:		374.127	738.556	749.007	759.459
BNDES (Direto)	15/06/2027	294.692	581.746	589.978	598.211
Pecem II:		294.692	581.746	589.978	598.211
BNDES (Direto)	17/09/2012	123.074	242.957	246.395	249.833
Parnaíba:		123.074	242.957	246.395	249.833
TOTAL		1.321.414	2.608.577	2.645.491	2.682.405

Para o IPCA foram aplicados os seguintes percentuais:

IPCA Base (31/12/2011): 0,52% a.m

- Cenário I: + 25% = 0,65%; e
- Cenário II: + 50% = 0,78%.

0,52%	Vencimento	Valor Principal (BRL 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Análises de Sensibilidade	
IPCA				Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário II Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
				0,65%	0,78%
Investidores	16/06/2014	1.376.527	1.433.615	1.447.931	1.462.265
MPX S/A:		1.376.527	1.433.615	1.447.931	1.462.265

UMIPCA	Vencimento	Valor Principal + Juros (UMIPCA)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Análises de Sensibilidade	
				Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
				1,33236	1,33330
BNDES (Indireto)	15/06/2026	86.412	115.051	115.132	115.213
Itaqui:		86.412	115.051	115.132	115.213
BNDES (Direto)	15/06/2027	97.366	129.635	129.726	129.818
Pecem II:		97.366	129.635	129.726	129.818
BNDES (Direto)	15/03/2013	118.295	157.500	157.611	157.722
Parnaíba:		118.295	157.500	157.611	157.722
TOTAL (UMIPCA)		302.073	402.186	402.470	402.753

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Para o CDI foram aplicados os seguintes percentuais:

DI-CETIP Base (31/12/2011): 10,87% a.a

- Cenário I: + 25% = 13,77% a.a; e
- Cenário II: + 50% = 16,74% a.a.

11% CDI	Vencimento	Valor Principal	Valor Principal +	Análises de Sensibilidade	
		(BRL 000)	Juros (BRL 000)	Cenário I Valor	Cenário III Valor
		31/12/2011	31/12/2011	Justo (BRL 000) 25% para cima	Justo (BRL 000) 50% para cima
Banco Itaú BBA.	18/06/2012	105.790	106.285	106.417	106.552
MPX S/A:		105.790	106.285	106.417	106.552
BRADESCO	26/06/2013	105.790	75.127	66.956	58.573
Banco Itaú BBA.	26/06/2013	105.790	125.212	130.387	135.698
Parnaíba:		211.580	200.339	197.344	194.270
TOTAL - CDI		317.370	306.624	303.760	300.822

(iv) Risco de mercado: taxas de câmbio

As seguintes taxas de câmbio, frente ao real, foram aplicadas no 4º trimestre de 2011:

	31/12/2011	
	Taxa média	Taxa final
USD/BRL	2,2247	1,9504
EUR/USD	1,3704	1,2881
EUR/BRL	3,2935	2,4260

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas elaboraram quatro cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de *stress* em cada fator de risco que compõe o instrumento de derivativo utilizado e quantificar os efeitos das variações de cada fator de risco no MtM das operações.

São fatores de risco considerados relevantes para a Administração da MPX Energia S.A. as taxas de câmbio das moedas estrangeiras nas quais existem posições compradas.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Descrição dos cenários

Para as taxas de câmbio: visto que todas as posições assumidas são de compra de moeda estrangeira, foram construídos cenários de baixa para as taxas de câmbio, a fim de dar a dimensão da perda diante da variação proposta pela CVM na Instrução 475.

- Cenário I: - 25%; e
- Cenário II: - 50%.

Quadro 1: Para Operações de Compra de Dólar Americano

Análise de sensibilidade - Moedas estrangeiras - 31/12/2011							
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (USD mil)	MTM (R\$ mil)	Cenário I	MTM cenário I (R\$ mil)	Cenário II	MTM cenário II (R\$ mil)
MPX Energia							
Posição comprada USD/BRL USD/BRL	163	140.715	19.289	-25%	(40.066)	-50%	(96.646)
MPX PECÉM II							
Posição comprada USD/BRL USD/BRL	60	1.243	(285)	-25%	(657)	-50%	(1.093)
Total geral			<u>19.004</u>		<u>(40.723)</u>		<u>(97.739)</u>

Quadro 2: Para Operações de Compra de Euro

Análise de sensibilidade – Moedas estrangeiras – 31/12/2011							
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (€ mil)	MTM (R\$ mil)	Cenário I	MTM cenário I (R\$ mil)	Cenário II	MTM cenário II (R\$ mil)
Porto do Pecém							
Posição comprada EUR/USD	14	66	(17)	-25%	(31)	-50%	(52)
Posição comprada EUR/BRL	14	26	(22)	-25%	(38)	-50%	(53)
MPX Pecém II							
Posição comprada EUR/USD	60	913	(136)	-25%	(267)	-50%	(492)
Total geral			<u>(175)</u>		<u>(336)</u>		<u>(597)</u>

Quadro 3: Para Operações de Swap de Taxa de Juros em Dólar

A exposição cambial dessa operação refere-se ao paramento de fluxos indexados ao dólar proveniente da contratação de *hedge* para proteção de dívida em dólar e indexada à taxa Libor na empresa Porto do Itaqui, portanto, trata-se de uma posição “vendida” em dólar americano e comprada em reais. Nesse caso, os cenários que resultam em perda para a empresa, são aqueles onde ocorre alta na moeda americana. O *hedge* com o mesmo propósito realizado na empresa Porto do Pecém está totalmente casado com a operação de origem (dívida); dessa forma, não há exposição cambial decorrente de operação de *hedge* nessa empresa.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Análise de Sensibilidade - Moedas Estrangeiras - 31/12/2011

	Prz Med (dc 365)	Valor Ref (USD mil)	MtM Ativo (R\$ mil)	MtM Passivo (R\$ mil)	MtM Líquido (R\$ mil)	Cen I	MTM Cen I (R\$ mil)	Cen II	MTM Cen II (R\$ mil)
Porto do Itaquí									
Swap Libor x Pre	2.228	228.652	428.276	529.882	(101.606)	25%	(127.007)	50%	(152.409)
Total Geral			<u>428.276</u>	<u>529.882</u>	<u>(101.606)</u>		<u>(127.007)</u>		<u>(152.409)</u>

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira**Descrição dos cenários:**

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da empresa são:

- BRL - Ptax-800 - BACEN.

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% nas taxas a partir do cenário atual; e
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% nas taxas a partir do cenário atual.

Para moeda USD foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2011): R\$1,8758

- Cenário I: + 25% = R\$2,3448; e
- Cenário II: + 50% = R\$2,8137.

1,8758 USD	Vencimento	Valor Principal + Juros (US\$ 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Análises de Sensibilidade	
				Cenário I Valor Justo (BRL 000)	Cenário III Valor Justo (BRL 000)
		31/12/2011	31/12/2011	25% para cima 2,3448	50% para cima 2,8137
BID	15/05/2026	72.275	135.573	169.466	203.360
BID	15/05/2022	88.413	165.845	207.306	248.768
Pecem I:		160.688	301.418	376.773	452.127
Banco Santander	05/07/2012	24.841	46.596	58.245	69.894
Banco HSBC	13/04/2012	35.159	65.951	82.439	98.927
Banco HSBC	18/06/2012	15.020	28.174	35.218	42.261
Banco de Bogotá	13/06/2012	25.378	47.604	59.505	71.406
Banco de Bogotá	19/12/2012	25.036	46.962	58.703	70.443
Colombia:		125.433	235.287	294.109	352.931
Banco Credit Suisse	15/04/2015	25.421	47.684	59.605	71.526
Chile:		25.421	47.684	59.605	71.526
TOTAL US\$		311.541	584.389	730.486	876.584

(v) Risco de oscilação de preços de commodities

Decorre da possibilidade de oscilações nos preços internacionais para o carvão utilizados pela Companhia e suas controladas para a aquisição de matéria prima (combustível das térmicas a carvão). A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Em setembro de 2011, a MPX Comercializadora de

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Combustíveis Ltda. encerrou a sua posição em aberto na compra a termo de carvão em virtude de negociações efetivadas para aquisição física.

(vi) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da composição entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com o intuito de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Value at Risk (VaR) das operações

Empresa	Tipo de operação	VaR (mil R\$)
MPX ENERGIA	NDF US\$/BRL	3.166
MPX PECÉM II	NDF US\$/BRL	25
MPX PECÉM II	NDF Euro/US\$	18
PORTO DO PECÉM	NDF US\$/BRL	8.358
PORTO DO PECÉM	NDF Euro/US\$	4
PORTO DO PECÉM	NDF Euro/BRL	1
PORTO DO PECÉM	FRA Libor	3.817
UTE PORTO DE ITAQUI	FRA Libor	1.252

O conceito *VaR* Paramétrico (perda máxima potencializada) pode ser entendido da seguinte forma: cálculo de perda potencial ao longo de determinado intervalo de tempo, sob condições de mercado e dentro de determinado nível de confiança. O *VaR* é uma medida estatística concisa que foi desenvolvida através das estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. A distribuição dos valores de retorno dos fatores de risco normal “Gausiana” tem como premissa um nível de confiança de 95% e *Holding Period* (Intervalo de Tempo) de um dia.

A metodologia para o cálculo da volatilidade no modelo acima mencionado leva em consideração o modelo de EWMA_Lambda. O conceito de EWMA_Lambda (*ExponentiallyWeightedMovingAverage* - Média Móvel Ponderada Exponencialmente): técnica de alisamento exponencial que visa o tratamento de dados históricos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.442.415	2	1.442.415	304.467	2	304.467
Títulos e valores mobiliários	9.437	2	9.437	175.091	2	175.091
Instrumentos financeiros derivativos	19.289	2	19.289	-	2	-
Passivos						
Derivativos embutidos	62.003	2	62.003	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	243.431	2	243.431	189.212	2	189.212

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas não são parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$9.457 (R\$8.427 em 31 de dezembro de 2010), avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é possível de perda são as seguintes:

- Ação trabalhista onde o autor pleiteia vínculo empregatício e o recebimento de percentual sobre a alienação das quotas da ex-controlada MPX Termoceaná Ltda.;
- Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A..

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- c. Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A. sob a alegação de que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.
- d. Ação de cobrança proposta com obrigação de fazer questionando negócio jurídico relativo a uma suposta promessa de compra e venda firmada com a UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A..
- e. Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- f. Tributação pelo IRPJ e CSLL dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis ("CCC").
- g. Ação de Indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., em razão da suposta passagem da linha de transmissão desta no Sítio Livramento.
- h. Ação de Reintegração de Posse movida pela COPI alegando ser titular de parte da área utilizada pela UTE Porto do Itaquí.

23 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia está dividido em 136.720.840 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e oitocentos e quarenta) e 136.692.680 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta), respectivamente, em ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$2.042.014 (R\$2.041.918 em 31 de dezembro de 2010), composto por 136.720.840 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionista	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Eike Fuhrken Batista	91.779.524	67,1	93.369.555	68,3
Centennial Asset Mining Fund LLC	6.736.280	4,9	6.736.280	5,0
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC	463.300	0,3	463.300	0,3
Outros	<u>37.741.736</u>	<u>27,7</u>	<u>36.123.545</u>	<u>26,4</u>
Total	<u>136.720.840</u>	<u>100,0</u>	<u>136.692.680</u>	<u>100,0</u>

No dia 26 de maio 2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2011, aumentando o número de ações de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

a. Dividendos

O artigo 32, parágrafo 3º do Estatuto Social da MPX Energia S.A. prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição de Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia apurou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não havendo pagamento de dividendos nesses exercícios.

b. Reserva de capital

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e ICPC 05.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

- Ajustes acumulados de conversão**

Representados pelo registro contábil da variação cambial das controladas diretas e indiretas MPX Energia de Chile Ltda., MPX Colômbia S.A., MPX Áustria GmbH e MPX Viena GmbH, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 02, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- Outros resultados abrangentes**

Representados pelas alterações no valor justo dos instrumentos derivativos de proteção designados como *hedges* de fluxo de caixa. São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação, conforme Nota Explicativa nº 21.

24 Lucro (prejuízo) por ação**Lucro básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico e diluído:				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(408.553)	(408.553)	(256.250)	(256.250)
Denominador básico e diluído:				
Média ponderada de ações	136.720.840	136.720.840	136.657.480	136.657.480
Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído	(2,9882)	(2,9882)	(1,8751)	(1,8751)

Em 31 de dezembro de 2011, 35.200 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011 não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

25 Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Opção de ações outorgadas - Patrimônio Líquido		
Outorgadas pela Companhia (quadro 1 e quadro 2)	10.971	7.436
Outorgadas pelo Controlador (quadro 3)	<u>263.654</u>	<u>216.415</u>
Total	<u><u>274.625</u></u>	<u><u>223.851</u></u>
Despesas com opção de ações outorgadas		
Outorgadas pela Companhia (quadro 1 e quadro 2)	3.535	1.315
Outorgadas pelo Controlador (quadro 3)	<u>47.239</u>	<u>63.506</u>
Total	<u><u>50.774</u></u>	<u><u>64.821</u></u>

a. Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2007, aprovou a criação do Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa”) de emissão da Companhia.

De acordo com esse Programa, cinco membros do Conselho de Administração poderão exercer opções de compra de ações da MPX Energia S.A. no total de 1.758 ações para cada um. As opções serão exercidas na proporção de 20% em cada um dos cinco primeiros aniversários da oferta pública, ocorrida em 14 de dezembro de 2007.

De forma a incentivar os empregados, gerentes, diretores, consultores ou colaboradores da Companhia ou de uma sociedade afiliada à Companhia, foi aprovado em agosto de 2011 um novo plano de opções de compra de ações a favor destes profissionais, por meio de “Instrumento Particular de Contrato de Opção de Compra de Ações”, sem qualquer custo ou diluição aos acionistas minoritários.

Referidas opções representam um mecanismo de remuneração e de retenção destes profissionais, considerados pela Companhia como recursos fundamentais para o seu sucesso. As ações disponibilizadas correspondem a um total de 1.130.000 ações.

As opções de compra serão exercidas na proporção aproximada de 10% nos primeiros quatro anos e 20% nos três últimos anos, a partir do dia 14 de dezembro de cada ano dentro de um prazo de sete anos, com início em 2011. Uma vez efetuada a transferência das ações, serão conferidos os direitos e privilégios de acionista.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

O número das opções não exercidas do Programa de Opção de Compra de Ações em 31 de dezembro de 2011 é de 70.360.

Quadro 1 - Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia (Plan1)

Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas
26/11/2007	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	12/12/2008	13/12/2009	35.200
		13/12/2009	13/12/2010	35.200
		13/12/2010	13/12/2011	35.200
		13/12/2011	13/12/2012	35.100
		13/12/2012	13/12/2013	35.100
		Total		175.800

2011		
	Preço de exercício R\$/ação	Quantidade de opções
Saldo em 31 de dezembro de 2008	3,09	175.800
Exercidas em 2009	3,14	(70.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3,22	105.400
Exercidas em 2010	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3,41	105.400
Exercidas em 2011	3,52	(35.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3,63	70.360

2011	
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	33.450
Prazo médio remanescente (anos)	1,47
Valor justo das opções outorgadas em R\$	42,28
Preço médio ponderado das ações em R\$	46,50
Preço de exercício das opções em R\$	3,63
Volatilidade esperada	13,44% a 14,42%
Prazo das opções (anos)	1,47
Taxa de juros livre de risco (média)	4,53%
Efeitos no resultado do exercício:	
Outorga de opções de ações R\$ mil	170
Valor intrínseco em R\$ mil	3.016

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Quadro 2 - Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia (Plan2)

Data da outorga	Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas
1/12/2010	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	1/12/2011	1/12/2012	113.000
		1/12/2012	1/12/2013	113.000
		1/12/2013	1/12/2014	113.000
		1/12/2014	1/12/2015	113.000
		1/12/2015	1/12/2016	226.000
		1/12/2016	1/12/2017	226.000
		13/12/2017	1/12/2018	226.000
Total				1.130.000
			2011	
			Preço de Exercício R\$/ação	Quantidade de opções
Saldo em 1º de dezembro de 2010			22,47	1.130.000
Exercidas em 2010			-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010			23,96	1.130.000
Exercidas em 2011			-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011			25,53	1.130.000
			2011	
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011				103.738
Prazo médio remanescente (anos)				4,59
Valor justo das opções outorgadas em R\$				24,32
Preço médio ponderado das ações em R\$				46,50
Preço de exercício das opções em R\$				25,53
Volatilidade esperada				13,42% a 23,40%
Prazo das opções (anos)				4,59
Taxa de juros livre de risco (média)				5,07%
Efeitos no resultado do exercício:				
Outorga de opções de ações R\$ mil				609
Valor intrínseco em R\$ mil				23.696

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

b. Opção de ações outorgadas pelo controlador

De forma a incentivar os diretores e os principais executivos da Companhia, o acionista controlador outorgou, em abril de 2008, opções de compra de ações da Companhia de sua propriedade, a favor destes profissionais, por meio de “Instrumento Particular de Contrato de Opção de Compra de Ações”, sem qualquer custo ou diluição aos acionistas minoritários.

Referidas opções representam um mecanismo de remuneração e de retenção destes profissionais, considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia. As ações disponibilizadas correspondem a um total de 1.603.140 ações, totalmente integralizadas e equivalentes a 1,17% das ações totais da Companhia.

As opções de compra serão exercidas na proporção aproximada de 20% ao ano, a partir do dia 13 de dezembro de cada ano dentro de um prazo de cinco anos, com início em 2008. Uma vez efetuada a transferência das ações, serão conferidos os direitos e privilégios de acionista.

De acordo com o respectivo instrumento de contrato, as ações transferidas não podem ser vendidas sem a expressa autorização do acionista controlador. Esta restrição foi válida até 13 de dezembro de 2010.

Quadro 3 - Opções de ações outorgadas em ações pelo Controlador

	MPX
Quantidade de Opções Exercíveis em 31 de dezembro de 2011	622.240
Valor de Mercado em 31 de dezembro de 2011 (R\$/ação)	46,06
Volatilidade esperada	14,42%
Taxa de Juros Livre de Risco	10,04%

I Ação Objeto: MMX

Preço de Exercício: R\$0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$40,70

Valor Justo Médio das Opções: R\$40,69

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
21/7/2006	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	21/07/2007	21/07/2008	19.232
		21/07/2008	21/07/2009	19.232
		21/07/2009	21/07/2010	19.232
		21/07/2010	21/07/2011	19.232
		21/07/2011	21/07/2012	19.232

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$ 88.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

II Ação Objeto: LLX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 4,90

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 4,89

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
19/6/2008	Em permanecer	21/07/2008	21/07/2009	19.220
	na Companhia	21/07/2009	21/07/2010	19.220
	até a data de	21/07/2010	21/07/2011	19.220
	cada maturação.	21/07/2011	21/07/2012	19.220

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$ 16.

III Ação Objeto: MPX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 47,50

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 47,49

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer	13/12/2008	13/12/2009	229.956
	na Companhia	13/12/2009	13/12/2010	229.956
	até a data de	13/12/2010	13/12/2011	229.956
	cada maturação.	13/12/2011	13/12/2012	229.956
		13/12/2012	13/12/2013	229.956

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$7.165.

IV Ação Objeto: MPX

Preço de Exercício: R\$0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$47,50

Valor Justo Médio das Opções: R\$47,49

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	13/12/2008	13/12/2009	673.268
		13/12/2009	13/12/2010	673.268
		13/12/2010	13/12/2011	673.268
		13/12/2011	13/12/2012	673.268
		13/12/2012	13/12/2013	673.268
		13/12/2013	13/12/2014	673.268
		13/12/2014	13/12/2015	673.268
		13/12/2015	13/12/2016	673.268
		13/12/2016	13/12/2017	673.268
		13/12/2017	13/12/2018	673.268

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil):
 R\$ 39.970.

26 Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta fiscal	190.389	112.881
Menos:		
Impostos sobre vendas	(22.110)	(14.427)
Total da receita contábil	168.279	98.454

27 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depreciação e amortização	(1.120)	(666)	(9.568)	(7.971)
Despesas com pessoal	(41.818)	(41.029)	(102.759)	(71.556)
Serviços de terceiros	(46.683)	(33.679)	(99.902)	(74.122)
Despesas com aluguéis	(7.803)	(7.187)	(20.289)	(26.527)
Despesas com opções de ações outorgadas	(50.774)	(64.821)	(50.774)	(64.821)
Provisão perdas de investimento	(31.744)	(11.732)	(37.062)	(19.612)
Provisão passivo a descoberto	(27.771)	6.696	-	-
Outras despesas	(7.539)	(8.528)	(23.367)	(22.828)

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Insumos	-	-	(68.270)	(60.674)
Benefício CCC	-	-	71.366	45.072
Energia elétrica para revenda	-	-	(137.021)	(61.773)
	<u>(215.252)</u>	<u>(160.946)</u>	<u>(477.646)</u>	<u>(364.812)</u>
Classificados como:				
Custo	-	-	(163.778)	(116.482)
Despesas administrativas e gerais e opções de ações outorgadas	(215.252)	(160.946)	(313.868)	(248.330)

28 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas financeiras				
Comissão sobre Fianças Bancárias	-	(5.794)	-	(7.332)
Despesas bancárias	(8.347)	(21)	(12.217)	(312)
IOF	-	(3.450)	-	(7.932)
Juros e multas	-	(1.853)	-	(295)
Variação monetária	(26)	(25)	(101.363)	(29.222)
Perda nas operações com derivativos	(8.635)	-	(1.490.567)	(189.881)
Juros/custo debêntures	(60.105)	-	(53.875)	-
Valor justo debêntures	(62.003)	-	(62.003)	-
Outros	(32.194)	(506)	(69.249)	(7.495)
	<u>(171.310)</u>	<u>(11.649)</u>	<u>(1.789.274)</u>	<u>(242.468)</u>
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	94.932	71.517	97.351	60.291
Variação monetária	3	20	52.237	40.023
Ganhos nas operações com derivativos	28.348	4.904	1.428.370	91.609
Outros	3.913	2.996	8.929	4.801
	<u>127.196</u>	<u>79.436</u>	<u>1.586.887</u>	<u>196.723</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(44.114)</u>	<u>67.787</u>	<u>(202.387)</u>	<u>(45.745)</u>

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

29 Compromissos assumidos

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que seguem:

	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em	Saldo do contrato	
				31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
	Licenciamento ambiental	20/6/2009	15/7/2011	-	-	210
MPX	Preservação ambiental	8/4/2009	5/4/2023	8.575	7.700	8.575
MPX	Arrendamento terreno	1/6/2009	1/6/2034	11.930	11.480	11.480
MPX	Transferência de quotas	5/8/2008	Indeterminado	-	-	1.865
MPX	P.N.dos Lençóis Maranhenses	7/10/2008	7/10/2018	3.976	3.976	3.636
MPX	Consultoria administrativa	22/6/2009	13/1/2012	1.050	25	150
MPX	Consultoria Técnica	30/4/2008	29/4/2012	924	60	-
MPX	Desenvolvimento Sustentável	2/9/2011	31/10/2011	684	34	-
AÇÚ	Aq.estação de monitoramento	30/9/2009	28/2/2011	-	-	149
AÇÚ	Consultoria Engenharia	1/5/2009	1/5/2014	-	-	478
AÇÚ	Arrendamento/Aluguel	13/1/2010	13/1/2045	31.140	15.278	-
AÇÚ	Licenciamento Ambiental	03/03/2010	31/07/2012	6.114	124	-
AÇÚ	Monitoramento de qualidade do ar	Diversos	Indeterminado	2.730	291	-
AÇÚ	Vigilância Armada	30/10/2008	Indeterminado	767	90	-
SUL	Equipamentos e serviços	1/5/2009	1/5/2014	-	-	13
SUL	Licenciamento ambiental	8/6/2011	30/6/2012	8.725	1.151	-
SUL	Consultoria Técnica	Diversos	Indeterminado	1.884	157	-
SUL	Assessoria Jurídica	04/05/2011	31/01/2012	777	99	-
SUL	Sistema de Captação	09/06/2011	31/04/2012	681	140	-
PECEM I	Construção UTE-EPC (*)	27/1/2008	19/11/2011	1.071.397	73.881	243.276
PECEM I	Compensação ambiental (**)	5/9/2008	31/12/2011	4.571	1.002	3.211
PECEM I	Engenharia do proprietário (*)	20/12/2007	20/2/2013	3.392	203	798
PECEM I	Engenharia do proprietário (*)	20/12/2007	20/2/2013	7.944	1.855	3.219
PECEM I	Serviços	Diversos	Diversos	70.213	44.165	11.065
PECEM I	Locação Operacional	Diversos	Diversos	6.051	5.710	5.639
PECEM I	Engenharia do proprietário	20/12/2007	20/2/2013	9.694	433	2.557
PECEM I	Correia Transportadora	15/4/2010	Indeterminado	65.073	3.270	12.382
PECEM I	Carvão	15/7/2011	Indeterminado	77.477	44.866	-
PECEM I	Cal	02/06/2011	02/06/2015	6.000	6.000	-
PECEM I	Cal	23/09/2011	23/08/2013	10.975	10.975	-
PECEM I	Água Bruta	28/10/2011	30/04/2019	38.330	38.330	-
PECEM I	Óleo Diesel	01/08/2011	01/02/2013	10.740	10.740	-
PECEM I	Resíduos Sólidos	21/06/2011	21/05/2026	34.354	34.354	-
PECEM I	Efluentes	10/11/2011	10/10/2031	23.908	23.908	-
PECÉM II	Construção UTE-EPC	6/11/2008	6/6/2012	1.071.921	166.059	416.347
	Fornec.de Subestação e Linha de					
PECÉM II	Transmissão 230Kva	15/4/2010	Indeterminado	27.917	7.872	3.395
PECÉM II	Construção UTE-EPC	1/4/2009	30/4/2012	5.243	2.703	3.140
PECÉM II	Construção UTE-EPC	1/4/2009	30/4/2012	3.764	918	2.743
PECÉM II	Compensação ambiental**	5/9/2008	Indeterminado	4.850	2.348	2.348
PECÉM II	Serviços	Diversos	Diversos	36.906	11.725	27.666
PECÉM II	Locação Operacional	1/1/2009	35 anos	49.855	45.937	44.134
PECÉM II	Bay de conexão	22/09/2011	31/05/2012	5.292	3.705	-
ITAQUI	Construção UTE-EPC	27/1/2008	31/3/2012	1.137.308	144.144	204.326
ITAQUI	Consultoria ambiental	10/6/2008	10/10/2009	-	-	308
ITAQUI	Implan.de ação emerg.de geração	20/2/2009	25/10/2011	-	-	347
ITAQUI	Insp.Cont.Turbina e Caldeira	14/4/2009	31/3/2012	2.000	21	588
ITAQUI	Serv. de gerenc.e seg. do trab.	22/6/2009	22/6/2012	735	262	585
ITAQUI	Serviço de Engenharia	9/1/2009	9/6/2010	-	-	500
	Serv. Impl. e desenv. Amb. e Sócio					
ITAQUI	Ambiental	9/7/2009	31/10/2011	851	499	756
	Fornec. de Sist. de Transpor. de Correia p/					
ITAQUI	carvão	24/7/2009	4/12/2011	95.873	3.437	44.135
ITAQUI	SERVIÇOS DE TI	11/8/2009	10/8/2012	698	175	437
ITAQUI	Servs de Gerenc. de Projetos	21/9/2009	21/1/2012	9.400	208	2.470
	Fornec.de Equipamento de descarregador					
ITAQUI	de navio	7/10/2009	31/12/2011	15.845	326	326
	Serv.Enga.Assess.Téc. Exec. Proj.					
ITAQUI	Sis.Capt. Água do Mar	8/12/2009	1/4/2011	-	-	83
ITAQUI	Owner´s Engineering	10/12/2009	9/3/2012	9.883	673	4.144
ITAQUI	Owner´s Engineering	10/12/2009	9/2/2012	-	-	1.990
ITAQUI	Owner´s Engineering	10/12/2009	9/2/2012	3.490	5	1.895
ITAQUI	Mobilização do Canteiro de Obras	28/12/2009	1/4/2011	-	-	112
	Construção do Sistema de tratamento de					
ITAQUI	Água	28/12/2009	2/4/2011	-	-	583
ITAQUI	Gerência de projeto	12/3/2008	5/4/2008	-	-	207
ITAQUI	Projeto básico	1/4/2008	1/9/2008	-	-	120

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em	Saldo do contrato	
				31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
ITAQUI	Bens e serviços obras civis	1/12/2007	Indeterminado	-	-	47
ITAQUI	Sistemas	10/1/2008	30/6/2009	-	-	121
ITAQUI	Equipamentos	1/12/2007	Indeterminado	-	-	129
ITAQUI	Transporte de funcionários	9/11/2009	9/11/2012	-	-	673
ITAQUI	Fornecimento de passagens aéreas e hospedagem e locação de veículos	14/1/2010	14/1/2011	-	-	253
ITAQUI	Consul.e orientação s/Mkt e Public. Especificamente p/o proj. MPX Maranhão.	25/1/2010	18/2/2011	-	-	968
ITAQUI	Serviços de Análises Laboratoriais das águas costeiras da UTE do ITAQUI	4/3/2010	31/10/2011	519	15	519
ITAQUI	Fornecimento de Subestações e linha de transmissão em 230 KW para atender UTE Porto Itaquí.	15/3/2010	15/3/2011	-	-	24
ITAQUI	Instalação e montagem do sistema de captação de água	11/5/2010	21/8/2012	55.115	32.224	20.124
ITAQUI	Serviços de monitoramento do meio biótico	31/5/2010	31/5/2011	-	-	508
ITAQUI	Serviços de terraplenagem, drenagem e proteção de taludes no terreno 8	15/3/2010	1/6/2011	-	-	60
ITAQUI	Fornecimento de Cal Virgem	7/5/2010	7/5/2015	6.000	6.000	6.000
TAUÁ	Construção	16/9/2010	Indeterminado	1.761	65	904
TAUÁ	Equipamentos e Serviços	31/8/2010	Indeterminado	-	-	2.396
AMAPARI	Serviços e Sistemas	9/11/2009	5/4/2012	566	181	461
PARNAÍBA	Serviços Operacionais	5/4/2011	5/10/2012	3.020	1.636	-
PARNAÍBA	Turbina	30/5/11	30/10/12	508.034	474.377	-
PARNAÍBA	Gerenciamento do contrato GE	30/5/11	30/10/12	12.193	10.082	-
PARNAÍBA	2TG e 3 TG	18/1/11	30/12/12	169.891	127.382	-
PARNAÍBA	EPC	15/8/11	15/4/13	631.957	631.957	-
PARNAÍBA	Diversos	01/10/2011	Indeterminado	10.700	5.097	-
COMERCIALIZADORA	Venda de energia - Novelis (***)	8/9/2009	31/12/2013	171.398	136.470	26.370
COMERCIALIZADORA	Compra de energia - CPFL (***)	1/9/2009	31/12/2013	346.490	282.048	23.094
				<u>5.919.548</u>	<u>2.438.844</u>	<u>1.156.974</u>

(*) Os valores apresentados incluem compromissos assumidos pela controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., em montante equivalente ao percentual de participação da Companhia (50%).

(**) Os valores de compensação ambiental estão sendo considerados na medida em que os custos das obras são incorridos.

(***) Refere-se a uma operação de compra (CPFL) e venda (Novelis) de energia para um período de 2011 a 2013 através de quantidades de energia e preços fixados. Com isto, os referidos preços de compras e vendas não estão sujeitos a flutuações do mercado de energia.

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Danos materiais	4.819.746	5.309.148
Responsabilidade Civil	549.968	302.000

31 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em quatro segmentos de negócios, sendo eles: geração de energia, comercialização de energia, suprimentos e corporativos, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas.

A atividade atual é gerenciada por um gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é o Diretor Presidente.

Na medida em que seus empreendimentos progredirem, a Administração visa reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

	31/12/2011						
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Balanco patrimonial - ativo	6.267.664	32.753	374.562	2.951.777	9.055	(1.682.131)	7.953.680
Circulante	585.602	31.819	23.372	1.070.310	1.835	(4.346)	1.708.592
Caixa e equivalentes de caixa	451.590	14.272	15.795	960.257	501	-	1.442.415
Contas a receber de clientes	10.657	10.827	414	-	-	-	21.898
Títulos e Valores Mobiliários	9.437	-	-	-	-	-	9.437
Estoque	84.765	-	-	-	1.173	-	85.938
Subsídios a receber - CCC	4.828	-	-	-	-	-	4.828
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	19.289	-	-	19.289
Depósitos vinculados	1.239	3.878	-	56.727	-	-	61.844
Outros ativos circulantes	23.086	2.842	7.163	34.037	161	(4.346)	62.943
Não circulante	5.638.165	934	351.191	1.712.565	7.219	(1.510.409)	6.199.666
Realizável a longo prazo							
Partes relacionadas	12.104	-	-	24.173	-	(27.841)	8.436
Subsídios a receber -CCC	24.617	-	-	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	249.999	-	370	88.680	-	-	339.049
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados	62.416	-	-	55	-	-	62.471
Outros ativos não circulantes	26.105	919	33.009	206.848	-	(173.534)	93.348
Investimentos	8.016	-	1.276	1.538.331	-	(1.491.881)	55.742
Imobilizado	5.102.046	2	241.003	21.641	7.219	21.897	5.393.809

Notas Explicativas**MPX Energia S.A. (Companhia aberta)**
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31/12/2011						
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Intangível	196.759	13	75.533	1.739	-	(6.427)	267.616
Diferido	28.338	-	15.474	-	-	-	-
Balanco patrimonial - passivo	6.267.664	32.753	374.563	2.951.777	9.054	(1.682.132)	7.953.680
Circulante	1.095.455	13.615	371.589	157.785	175	(6.490)	1.632.130
Empréstimos e financiamentos	642.383	-	282.018	106.286	-	-	1.030.687
Fornecedores	134.790	11.699	38.899	1.298	37	(43)	186.680
Perdas em operações com derivativos	86.633	-	-	-	-	-	86.633
Partes relacionadas	5.427	420	362	3.934	-	(6.447)	3.697
Debêntures	-	-	-	30.463	-	-	30.463
Outros passivos circulantes	226.222	1.496	50.310	15.804	138	-	293.970
Não circulante	3.519.193	-	26	1.476.193	1.020	(44.957)	4.951.475
Exigível longo prazo							
Empréstimos e financiamentos	3.311.063	-	-	-	-	-	3.311.063
Impostos diferidos	13.239	-	-	-	-	-	13.239
Partes relacionadas	30.956	-	-	3	1.020	(31.639)	340
Debêntures	-	-	-	1.465.155	-	-	1.465.155
Perdas em operações com derivativos	156.798	-	-	-	-	-	156.798
Outros passivos não circulantes	7.137	-	26	11.035	-	(13.318)	4.880
Acionistas não controladores	2	-	-	-	-	107.427	107.429
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.653.014	19.138	2.948	1.317.799	7.859	(1.738.112)	1.262.646
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	33.344	134.991	406	-	-	(462)	168.279
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(23.405)	(138.580)	(1.338)	-	(513)	56	(163.372)
Despesas operacionais	(80.204)	(697)	(39.338)	(156.305)	(1.390)	-	(277.934)
Outros resultados operacionais	362	-	(5.186)	(58.948)	-	27.837	(35.933)
Equivalência patrimonial	(1.051)	-	(75)	(218.459)	-	191.868	(27.717)
Resultado financeiro	(167.283)	7.839	1.627	(44.114)	(138)	1.046	(201.024)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	70.022	(1.185)	(5.221)	69.272	-	-	132.889
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(3.740)
Lucro/Prejuízo do exercício	(168.213)	2.369	(49.125)	(408.553)	(2.041)	220.345	(408.553)

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31/12/2010					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
Balanco patrimonial - ativo	3.943.230	17.065	143.533	1.989.891	(1.271.733)	4.821.986
Circulante	275.882	15.659	22.345	618.412	(337)	931.961
Caixa e equivalentes de caixa	80.151	9.022	19.682	195.612	-	304.467
Títulos e valores mobiliários	170.182	-	-	4.909	-	175.091
Contas a receber de clientes	3.434	6.412	-	-	-	9.846
Estoque	7.068	-	-	-	-	7.068
Subsídios a receber - CCC	4.190	-	-	-	-	4.190
Partes relacionadas	337	-	-	-	(337)	-
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados	-	-	-	365.508	-	365.508
Outros ativos circulantes	10.520	225	2.663	52.383	-	65.791
Não circulante	3.667.348	1.406	121.188	1.371.479	(1.271.396)	3.890.025
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas	3.263	-	-	277.707	(277.707)	3.263
Subsídios a receber -CCC	24.617	-	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	138.982	-	56.831	19.407	-	215.220
Outros ativos não circulantes	33.821	1.404	22	55	(38)	35.264
Investimentos	-	-	-	1.059.580	(1.009.121)	50.459
Imobilizado	3.453.969	2	4.851	13.857	-	3.472.679
Intangível	12.696	-	59.484	873	15.470	88.523
Balanco patrimonial - passivo	3.943.230	17.065	106.688	1.989.891	(1.271.733)	4.821.987
Circulante	308.574	5.883	52.080	272.298	(337)	675.345
Empréstimos e financiamentos	3.162	-	40.569	251.078	-	294.809
Fornecedores	104.593	5.599	5.823	3.471	-	119.486
Perdas em operações com derivativos	41.710	-	-	4.454	-	46.164
Partes relacionadas	249	21	-	716	(337)	649
Outros passivos circulantes	158.860	263	5.688	12.579	-	214.236
Não circulante	2.744.952	-	332	4.253	(304.456)	2.445.081
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	2.295.172	-	-	-	-	2.295.172
Impostos diferidos	2.048	-	-	-	-	2.048
Partes relacionadas	274.901	-	332	2	(273.965)	1.270
Outros passivos não circulantes	148.845	-	-	4.251	(30.491)	146.591
Acionistas não controladores	3	-	-	-	43.374	43.377
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	889.701	11.183	54.276	1.713.340	(1.010.314)	1.658.186

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31/12/2010					
	Geração Energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
Demonstração do resultado						
Receita operacional líquida	35.575	62.880	-	-	-	98.455
Custo de Bens e/ou serviços vendidos	(52.814)	(63.114)	(554)	-	-	(116.482)
Despesas operacionais	(42.468)	(84)	(27.706)	(155.909)	-	(226.167)
Outros resultados operacionais	11.221	-	(7.721)	(5.036)	(20.627)	(22.163)
Equivalência patrimonial	-	-	(23)	(170.116)	168.604	(1.535)
Resultado financeiro	(135.546)	526	21.759	67.787	(271)	(45.745)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	58.362	(50)	(7.314)	7.025	-	58.023
Participação de não controladores	-	-	-	-	(635)	(636)
Lucro/Prejuízo do exercício	(125.670)	158	(21.559)	(256.250)	147.070	(256.250)

Informações geográficas

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

- Sistema Norte-Nordeste - O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Porto do Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e Amapari Energia S.A..

A planta Porto do Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, a capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a MPX Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW, com uma unidade de 1MW já instalada.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, estando localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

A MPX Parnaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e terá potência total de 3.722 MW.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

- Sistema Sul-Sudeste - O Sistema Sul-Sudeste é composto pelas unidades de Porto do Açu Energia S.A., Nova Sistemas de Energia Ltda., MPX Sul Energia S.A. e Seival Sul Mineração Ltda..

A MPX Açu é o maior complexo de geração *greenfield* licenciado no Sudeste do Brasil, com 5,4 GW. A MPX possui licença de instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2.100 MW, utilizando carvão mineral importado como combustível. Além disso, possui também licença prévia para a construção de uma usina térmica à gás natural com capacidade de 3.330 MW. As duas plantas estão localizadas próximas à subestação de Campos dos Goytacazes e os blocos exploratórios de gás natural da Bacia de Campos.

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da MPX Sul e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, a partir desta integração com a mina de Seival Sul, garantirá o suprimento de combustível por 30 anos.

- Sistema Internacional - O Sistema das empresas localizadas no exterior é composto pelas unidades da MPX Colômbia S.A. e a CGX Castilla Generación Ltda..

A MPX possui direitos minerários sobre aproximadamente 65 mil hectares em La Guarija, tradicional região produtora de carvão térmico na Colômbia, reconhecida pela excelente qualidade do carvão, com poder calorífico de 6.000 kcal/kg.

As minas de carvão da Colômbia estarão integradas às usinas em construção e com energia já contratada no Brasil, Pecém I, MPX Pecém II e Itaquí. Além destes, esse sistema incluirá o abastecimento do projeto da MPX Açu, no Rio de Janeiro, e o projeto da CGX Castilla, no Chile.

A CGX Castilla Generación Ltda. desenvolve um projeto integrado, onde estão sendo construídos uma usina termelétrica, um porto e uma desalinizadora, a partir de 6 módulos de 350 MW de carvão pulverizado importado. O empreendimento está situado na costa chilena, a aproximadamente 700 quilômetros ao norte de Santiago, e será conectado a um sistema que abastece 92% da população do país.

32 Eventos subsequentes

a. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Itaquí

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica de Itaquí, bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 31 de janeiro de 2012, a Aneel aprovou a postergação de até 90 dias para a entrada em operação usina (360 MW). O prazo será contado a partir de 1º de janeiro de 2012.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A usina termelétrica de Itaqui, com capacidade instalada de 360 MW, está localizada no estado do Maranhão, região nordeste do Brasil. O empreendimento comercializou 315 MW médios no leilão A-5 ocorrido em 2007, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 287,2 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

b. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Pecém

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Energia Pecém, bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 24 de janeiro de 2012, a Aneel aprovou a postergação de até 60 dias para a entrada em operação da primeira turbina da usina (360 MW) e de até 150 dias para a segunda turbina (360 MW). Ambos os prazos serão contados a partir de 1 de janeiro de 2012. Energia Pecém, com capacidade instalada de 720 MW, está localizada no estado do Ceará, região nordeste do Brasil e é uma parceria 50/50 entre a MPX e a Energias do Brasil S.A. O empreendimento comercializou 615 MW médios no leilão de energia A-5 ocorrido em 2007, garantindo uma receita fixa anual de R\$543,3 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

c. Licença de instalação e empréstimo ponte na OGX Maranhão

Em 23 de janeiro de 2012 a coligada OGX Maranhão recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA) a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento de produção e escoamento de gás natural nos campos Gavião Real e Gavião Azul, na Bacia do Parnaíba ("Empreendimento") e realizou captação de empréstimo-ponte no valor total de R\$600 milhões para financiar o Empreendimento. O empréstimo -ponte, já desembolsado, foi realizado em parcelas idênticas pelo Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Morgan Stanley Bank N.A., tem prazo de amortização de 2 anos contados a partir da data de desembolso, pagamentos semestrais de juros e garantias corporativas da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e MPX proporcional às respectivas participações na OGX Maranhão.

O presente financiamento supre as necessidades de caixa da OGX Maranhão para o desenvolvimento do Empreendimento, com investimento estimado em US\$ 450 milhões, incluindo a perfuração de poços de produção e construção da Unidade de Tratamento de Gás ("UTG") e de outras facilidades.

A produção de gás natural deverá ter início no segundo semestre desse ano, podendo atingir até 6 milhões de metros cúbicos por dia em 2013. O gás natural produzido será fornecido para a primeira fase da Usina Termoelétrica Parnaíba, com capacidade total contratada de 1,5 GW, uma parceria entre MPX (70%) e Petra Energia S.A. (30%).

d. Joint Venture - E.ON

Em 11 de janeiro de 2012 a MPX Energia S.A. firmou um Termo de Compromisso com a E.ON AG ("E.ON"), uma das maiores empresas privadas de energia e gás no mundo, estabelecendo os principais termos e condições de uma Transação (a "Transação") segundo a qual (i) a MPX e a E.ON formarão uma joint venture 50%:50% ("JV") com o objetivo de alavancar as

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

significativas complementaridades de ambas as companhias para acelerar o crescimento e desenvolver um negócio de energia maior e mais rentável no Brasil; (ii) a MPX irá levantar R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais) através de um aumento de capital no qual a E.ON deverá investir em última instância aproximadamente R\$850 milhões para alcançar uma participação de 10% na MPX.

A parceria entre a MPX e a E.ON deverá resultar na criação da maior empresa privada de energia do Brasil, objetivando atingir uma capacidade de geração total de 20 GW. A E.ON identificou o Brasil como uma região prioritária para futuros investimentos e selecionou a MPX como a empresa melhor posicionada para uma parceria que servirá como plataforma para capitalizar o alto crescimento projetado para o país.

A Transação, de acordo com o Termo de Compromisso, contempla:

- (a)** Joint Venture entre MPX e E.ON. A JV a ser formada entre MPX e E.ON será o único veículo de investimento para novos projetos de energia de ambas as companhias no Brasil e no Chile e será responsável pelo desenvolvimento, execução e operação de empreendimentos de energia térmica e renovável nestes países, além de todas as atividades de suprimento e comercialização. A JV será formada como uma nova companhia, controlada por MPX e E.ON na proporção de 50%:50%.

A MPX contribuirá à JV, a valor contábil, (a) 50% da carteira de empreendimentos térmicos sem contrato de compra e venda de energia ("Atual Carteira de Projetos Térmicos") e, adicionalmente, no caso do projeto do Acu, a E.ON terá uma opção de compra em nome da JV de uma participação adicional de 38,9%, permitindo assim que cada um dos sócios alcance uma participação econômica de 50% no projeto; (b) 100% das atividades de suprimento e comercialização da MPX; (c) 100% dos projetos de energia renovável da MPX ("Atual Carteira de Projetos de Energia Renovável"); conforme descrito abaixo.

Além dos 50% remanescentes da Atual Carteira de Projetos Térmicos, a MPX irá manter sua participação atual nos empreendimentos de geração com energia contratada, atualmente em operação e construção, nomeadamente as usinas Energia Pecém, Pecém II, Itaqui, Parnaíba e Amapari, assim como nas concessões de gás natural na Bacia do Parnaíba, detidas através da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., com recursos prospectivos riscados superiores a 11 Tcf, e na mina de carvão de Seival, conforme descrito abaixo.

De forma a permitir que a JV acelere a implementação de sua carteira de projetos, E.ON e MPX irão, caso a caso, analisar a possibilidade de pré-financiamento pela E.ON da porção de capital próprio da MPX nos projetos implementados pela JV.

- (b)** Aquisição de Participação Minoritária na MPX - A MPX irá levantar R\$ 1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais) através de um aumento de capital ("Aumento de Capital") no qual a E.ON deverá investir em última instância aproximadamente R\$850 milhões, objetivando alcançar uma participação de 10% na MPX ("Participação Acionária Alvo"). A E.ON fará um investimento ("Investimento") de até R\$1,0 bilhão inicialmente. O valor final investido pela E.ON será ajustado de acordo com condições estabelecidas em acordos de opções de compra/venda entre o Sr. Eike Batista e a E.ON para que a Participação Acionária Alvo seja alcançada ("Put/Call"). Após o exercício da Put/Call, até o final de 2012, o Investimento deverá totalizar aproximadamente R\$850 milhões. O preço de exercício aplicável às opções de compra/venda deverá ser igual ao preço por ação do Aumento de Capital, ajustado pelo IPCA.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Como parte de sua participação minoritária estratégica, a E.ON terá direito a nomear um membro para o Conselho de Administração da MPX.

O Investimento será realizado após efetuada a conversão de debêntures em ações ordinárias da MPX e aprovada, pelos detentores das debêntures conversíveis, a cisão dos ativos de mineração de carvão na Colômbia para uma nova companhia a ser criada, com a transferência de até R\$814 milhões em caixa atualmente detidos pela MPX para essa nova companhia, denominada "CCX" ("Cisão"). Com a Cisão, a CCX passará a ser uma companhia independente, listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, e os acionistas da MPX receberão uma ação da CCX para cada ação da MPX que detiverem. Os detentores de debêntures da MPX que optarem por não converter suas debêntures em ações ordinárias da MPX antes da Cisão não farão jus ao recebimento de ações da CCX.

O Conselho de Administração da MPX deliberará então sobre o Aumento de Capital, mediante emissão de novas ações ordinárias da MPX em um valor total a ser determinado pelo Conselho de Administração, de forma a permitir a implementação do Investimento. Os acionistas da MPX terão direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital.

O Sr. Eike Batista cederá à E.ON seus direitos de preferência para a subscrição de novas ações ordinárias da MPX, para permitir que a E.ON efetue o Investimento e atinja a Participação Acionária Alvo. MPX e E.ON estão certas do valor excepcional que a transação e a carteira de projetos da MPX representam e, sendo assim, o Aumento de Capital será efetuado a um prêmio significativo em relação ao mercado. O preço por ação do Aumento de Capital irá refletir as conversões de debêntures em ações ordinárias da MPX.

Estrutura Acionária da MPX Apos Cisão da CCX, JV e Aumento de Capital Propostos.

A MPX demonstrou consistentemente capacidade diferenciada no desenvolvimento e licenciamento de projetos, fato evidenciado por seu portfólio de 14 GW em projetos de geração de energia licenciados. Adicionalmente, com seu vasto conhecimento do mercado de energia brasileiro, a MPX desenvolveu uma bem-sucedida estratégia de integração vertical, garantindo fornecimento de combustível altamente competitivo para as suas usinas. A excelência da Companhia na comercialização de energia permitiu que fossem assegurados contratos de longo prazo, com taxa de retorno diferenciadas, para aproximadamente 3 GW, em apenas 4 anos. A capacidade contratada está em construção e deve estar plenamente operacional até 2014. A parceria também fortalecerá ainda mais as plataformas de energia renovável e gás da MPX, uma vez que a E.ON esta entre as companhias líderes no mundo em energia renovável, com quase 4 GW em capacidade eólica e forte presença nos setores de energia solar e de biomassa. Um grande *player* no segmento de gás, com 64 bcm de gás natural contratado e produção *upstream* incluindo *equity gas* de aproximadamente 7,5 bcm por ano, a E.ON também detém e opera expressiva capacidade de armazenamento de gás na Europa e um sistema de transmissão de gás de 12.000 km de extensão.

Adicionalmente, a *joint venture* se beneficiará da ampla experiência da E.ON no desenvolvimento, execução e operação de um portfólio de geração de 69 GW, dividido entre renováveis, gás, carvão e nuclear, e de sua capacidade global de comercialização e suprimento, que irão aumentar a eficiência de toda a cadeia de suprimento e ajudarão a maximizar fluxos de caixa. Somente em 2010, o braço de comercialização da E.ON, suportado por uma das mais amplas e diversas bases de ativos de energia e gás na Europa, negociou 1.500 bilhões de kWh de

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

eletricidade, 2.000 bilhões de KWh de gás, 650 milhões de toneladas de carbono e quase 300 milhões de toneladas de carvão.

A assinatura e a conclusão da transação estão condicionados à obtenção das aprovações societárias e de terceiros aplicáveis e à negociação dos documentos definitivos da transação.

Eventos subsequentes - 1º ITR 2012**a. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Itaquí**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) alterou o cronograma de implantação da usina termelétrica de Itaquí, deslocando a data de início dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) para 01 de junho de 2012 ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, a que ocorrer primeiro.

A Companhia passará a receber a receita fixa garantida no leilão de energia nova A-5 de 2007 a partir do início da operação comercial da usina. O empreendimento, que está em fase final de construção e já iniciou o comissionamento para operação, comercializou 315 MW médios no leilão A-5 ocorrido em 2007, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 287,2 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

b. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Pecém

Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) alterou o cronograma de implantação da usina termelétrica Energia Pecém, deslocando a data de início dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) para 23 de julho de 2012 ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, a que ocorrer primeiro.

A Companhia passará a receber a receita fixa garantida no leilão de energia nova A-5 de 2007 a partir do início da operação comercial da primeira turbina, proporcionalmente à sua capacidade. O empreendimento comercializou 615 MW médios, garantindo uma receita fixa anual total de R\$ 543,3 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

A planta, uma parceria 50/50 entre a MPX e a EDP-Energias do Brasil S.A., encontra-se em fase final de construção e já iniciou o comissionamento para operação.

c. Assinatura dos acordos definitivos para Joint Venture com a E.ON

A Companhia celebrou os acordos definitivos (“Acordos Definitivos”) relativos à transação (“Transação”) através da qual: (i) a MPX e a E.ON AG (“E.ON”) formarão uma joint venture 50:50 (“JV”) com o objetivo de acelerar o crescimento e desenvolver, no Brasil e no Chile, um negócio de energia maior e mais rentável; e (ii) a MPX irá captar R\$ 1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três Reais) através de um aumento de capital no qual a E.ON deverá investir, em última instância, aproximadamente R\$ 850 milhões, para alcançar uma participação de 10% na MPX (“Participação Alvo”).

Os Acordos Definitivos da Transação, incluindo um Investment Agreement (Acordo de Investimento) e um Joint Venture Agreement (Acordo de Associação), estabelecem que:

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(a) Joint venture entre MPX e E.ON

Conforme detalhado em Fato Relevante publicado em 11 de janeiro de 2012, a MPX e a E.ON formarão uma joint venture 50:50, com governança compartilhada, que desenvolverá, em regime de exclusividade, novos projetos de geração de energia no

Brasil e no Chile e será também responsável por determinados projetos de energia térmica e renovável da atual carteira de empreendimentos da MPX nesses países, totalizando 11 GW, os quais serão transferidos para a JV a valor contábil. Ficarão a cargo da JV também, as atividades de suprimento e comercialização correlatas.

Adicionalmente, as partes acordaram que, obedecidas certas condições, a E.ON compromete-se a suportar o investimento no nível dos projetos, a um custo equivalente a seu custo de capital próprio (cost of equity) no Brasil, de forma a acelerar a implementação dos projetos de geração da JV.

A estrutura da JV foi concebida com o objetivo de alavancar as complementaridades da MPX e da E.ON, que, segundo as expectativas de ambas as companhias, levarão ao desenvolvimento, execução e operação eficientes de uma capacidade total de 20 GW, entre geração térmica e renovável. A administração da JV reúne executivos internacionais da E.ON, com ampla experiência na área de engenharia, construção e operação de projetos de energia térmica e renovável, e um grupo executivos da MPX, com profundo conhecimento do setor elétrico brasileiro, incluindo o planejamento e a operação do Sistema Integrado Nacional e os processos para elaboração da política energética.

(b) Cisão parcial da MPX

A proposta de cisão parcial da MPX, que resultará na segregação dos ativos de mineração na Colômbia e até R\$ 814 milhões em caixa e recebíveis de caixa (a “Cisão Parcial”), com versão da parcela cindida para uma nova companhia listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a CCX Carvão da Colômbia S.A. (“CCX”) - será submetida à Assembléia Geral de Debenturistas da MPX (“AGD”) e, em seguida, a uma Assembléia Geral Extraordinária da MPX (“AGE”) e a uma Assembléia Geral Extraordinária da CCX.

Conforme anunciado em 7 de fevereiro de 2012, a Administração da MPX também submeterá para aprovação dos acionistas da Companhia, um pagamento extraordinário (“Pagamento Extraordinário”) aos debenturistas, no valor total de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de Reais), condicionado à aprovação da Cisão Parcial pelos referidos debenturistas.

Os debenturistas que desejarem receber o Pagamento Extraordinário, mantendo a opção de converter suas debêntures antes da Cisão Parcial, a fim de receber novas ações de emissão da CCX, deverão solicitar conversão em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da AGD (“Conversão de Debêntures”).

Adicionalmente, também terão direito ao Pagamento Extraordinário todos os detentores de Debêntures na data da AGE (i.e., detentores de Debêntures que não optarem por requerer Conversão de Debêntures de forma a receber ações da CCX na Cisão Parcial).

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(c) Aumento de capital da MPX

Após a aprovação da Cisão Parcial pelas AGEs da MPX e CCX, o Conselho de Administração da MPX deliberará sobre um aumento de capital (“Aumento de Capital”) no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três Reais).

O Sr. Eike Batista irá ceder à E.ON seus direitos de preferência para a subscrição de novas ações ordinárias da MPX emitidas no Aumento de Capital. Na mesma data da Reunião do Conselho de Administração da MPX que deliberará sobre o Aumento de Capital, a E.ON deverá subscrever e pagar por todas as ações correspondentes à referida cessão de direitos de preferência.

Os acionistas minoritários terão um prazo de 32 (trinta e dois) dias, a contar da Reunião do Conselho de Administração da MPX, para o exercício de seus direitos de preferência na subscrição das novas ações de emissão da MPX, na proporção de sua participação acionária na Companhia. Um Aviso aos Acionistas, informando os detalhes para o exercício dos direitos de preferência, será publicado no dia imediatamente seguinte à aprovação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da MPX. Durante o período de 32 dias, os direitos de subscrição das novas ações da MPX serão negociados na BM&FBOVESPA. Sob os termos dos Acordos Definitivos, a E.ON concordou em subscrever todas as novas ações da MPX emitidas no Aumento de Capital e não subscritas pelos acionistas minoritários.

Quando da conclusão do Aumento de Capital, na medida em que a E.ON tenha se tornado detentora de mais de 10% (dez por cento) das ações de emissão da MPX, o Sr. Eike Batista terá uma opção de compra para aquisição das ações que excedam 10% do capital da Companhia, então detidas pela E.ON. A E.ON, por sua vez, terá uma opção de venda para alienar ao Sr. Eike Batista as ações que excedam 10% do capital da MPX, então detidas pela E.ON. Em ambos os casos, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação do aumento de capital, atualizado pelo IPCA.

d. MPX e MMX firmam aditivo ao contrato para fornecimento de energia Elétrica

A MPX Energia S.A. e a MMX Mineração e Metálicos S.A. concluíram, em 12 de setembro de 2011, as negociações para fornecimento de energia elétrica, totalizando 200 MW médios, e firmaram um Termo de Compromisso para a adoção da estrutura de autoprodução, pendente ainda da obtenção das devidas autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O acordo garante fornecimento de energia pelo prazo de 15 anos, iniciando-se em maio de 2014.

Em 03 de maio de 2012 firmaram um aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica. Nos termos do aditivo, de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, a MPX irá fornecer energia para a Unidade Serra Azul da MMX via MPX Comercializadora de Energia, por meio de um contrato bilateral no Mercado Livre, a um preço de R\$ 102/MWh (data-base de novembro de 2011).

Eventos subsequentes - 2º ITR 2012

Em 08 de julho de 2012 a MPX Energia S.A comunicou que firmou um acordo para assumir a gestão das obras das Usinas Termelétricas Porto do Pecém Geração de Energia S.A (“Pecém”), UTE Porto de Itaquí Geração de Energia S.A (“Itaquí”) e MPX Pecém II Geração de Energia S.A (“Pecém II”), através da aquisição, em conjunto com a EDP-Energias do Brasil S.A. (“EDP”) e em iguais proporções, de 100% das ações da MABE Brasil Ltda. (“MABE”), consórcio formado pelas empresas Maire Tecnimont Group (“Tecnimont”) e Grupo Efaced

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

("Efacec"), pelo valor simbólico de R\$ 1,00. A aquisição, sujeita à aprovação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, permitirá à Companhia assumir a administração das obras evitando interrupções nos trabalhos em curso, e garantindo uma gestão eficaz dos empreendimentos até sua conclusão.

MPX e EDP acordaram que Pecém II e Itaqui, empreendimentos controlados integralmente pela MPX, serão administrados exclusivamente pela MPX.

Em 20 de julho de 2012 a MPX Energia S.A comunicou que da DD Brazil Holdings S.à.r.l. ("DD Brazil Holdings"), subsidiária integral da E.ON AG, passou a deter 22.623.172 ações, o que corresponde a uma participação acionária de 11,7% do capital da MPX, em decorrência da subscrição privada de ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da MPX no dia 24 de maio de 2012.

Em 01 de Agosto de 2012 a MPX Energia S.A comunicou que, através de sua joint-venture com a E.ON AG, firmou um Contrato ("Contrato") para a aquisição dos Complexos Eólicos Jandaíra, Pedra Preta I e Pedra Preta II (em conjunto, "Projetos" ou "Projeto Ventos"), com capacidade total de 600 MW. O acordo também inclui uma opção ("Opção") para adquirir uma expansão dos Projetos, com capacidade adicional de 600 MW, atualmente em desenvolvimento, com dezoito meses de medição de vento concluída.

Eventos subsequentes - 3º ITR 2012

Em 10 de outubro de 2012 a MPX Energia S.A. comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") autorizou a usina termelétrica Porto do Itaqui a iniciar a operação em testes. Além disso, a Diretoria da Aneel autorizou o deslocamento da data de início dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado para 20 de dezembro de 2012 ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, se ocorrer primeiro.

Em 23 de outubro de 2012 a MPX Energia S.A. comunicou ao mercado que a Usina Termelétrica Porto do Pecém I realizou a primeira sincronização de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW, com o Sistema Interligado Nacional ("SIN"). Com a sincronização, a usina passa a fornecer energia ao SIN em caráter de teste, sendo remunerada pela energia efetivamente gerada de acordo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) vigente no submercado Nordeste. A sincronização e os testes em carga constituem a etapa final para a aprovação da Declaração de Operação Comercial (DOC) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 29 de outubro de 2012 a MPX Energia S.A. comunicou ao mercado que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu Licença de Operação (LO) para a Usina Termelétrica Porto do Itaqui ("UTE Itaqui"). A LO representa a consolidação do ciclo do licenciamento ambiental da UTE Itaqui, que foi precedido da emissão pelo IBAMA da Licença Prévia (LP) em 2008 e Licença de Instalação (LI) em 2009. A UTE Itaqui encontra-se na fase de operação em testes, na qual ocorrerá a sincronização ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A partir da sincronização, a usina passará a fornecer energia ao sistema sendo remunerada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD") do Submercado Norte.

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

Eventos subsequentes - 4º ITR 2012

Em 02 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 21 de dezembro de 2012, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA) emitiu Licença de Operação para a Usina Termelétrica Parnaíba I.

Em 21 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em 19 de janeiro de 2013, a primeira turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I (“UTE Parnaíba I”), com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 20 de janeiro de 2013, a turbina atingiu sua capacidade nominal e está operando em teste desde então. A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Em 22 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, em reunião de diretoria realizada na mesma data, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou a alteração do cronograma de implantação das usinas termelétricas Porto de Pecém II (“UTE Pecém II”) e Parnaíba I (“UTE Parnaíba I”), bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A Aneel aprovou a postergação do início de suprimento de energia da UTE Pecém II (365 MW) para 01 de junho de 2013 e da UTE Parnaíba I (676 MW) para 01 de abril de 2013 ou, em ambos os casos, a data de efetivo início da operação comercial das usinas, o que ocorrer primeiro.

Em 23 de janeiro de 2013, a MPX comunicou que, sua empresa-coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. (“OGX Maranhão”), apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Declaração de Comercialidade da acumulação de Bom Jesus, descoberta nos Blocos PN-T-67 e PN-T-68, na Bacia do Parnaíba. A declaração de comercialidade apresentada, relativa à acumulação de Bom Jesus, será denominada de Campo de Gavião Branco. O Plano de Desenvolvimento do campo será submetido em breve à ANP. A OGX Maranhão estima um volume total in situ entre 0,2 e 0,5 Tcf de gás para este campo.

Em 01 de fevereiro de 2013, a UTE Parnaíba I (“Parnaíba I”), no estado do Maranhão, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da primeira turbina, com capacidade instalada de 169 MW. Parnaíba I tem capacidade instalada total de 676 MW, composta por quatro turbinas a gás de 169 MW cada.

Em 05 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Porto do Itaqui (“Itaqui” ou “Empreendimento”) recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial, com capacidade instalada de 360 MW. Com a aprovação da Declaração de Operação Comercial, o Empreendimento passa a ser remunerado segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão de energia A-5 de 2007.

Em 8 de fevereiro a MPX anuncia que, a segunda turbina da Usina Termelétrica Parnaíba I, com capacidade instalada de 169 MW, realizou a primeira sincronização com o Sistema Interligado Nacional (SIN). No mesmo dia, a turbina atingiu sua capacidade nominal e está operando em teste desde então.

A primeira turbina da UTE Parnaíba I está gerando à capacidade plena desde 20 de janeiro de 2013, tendo sido autorizada a iniciar geração comercial em 1º de fevereiro de 2013. Com a

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010*

sincronização da segunda turbina, a usina atingiu a potência nominal de 338 MW, com consumo de gás natural equivalente a 2,1 milhões de metros cúbicos por dia.

O gás natural utilizado pela UTE Parnaíba é suprido pela empresa coligada, OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., uma sociedade formada entre MPX (33,3%) e OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (66,6%).

A UTE Parnaíba I, parceria 70/30 entre a MPX e a Petra Energia S.A., é composta por quatro turbinas à gás de 169 MW cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.

Eventos subsequentes – 1º ITR 2013

Em abril de 2013, a Usina Termelétrica Parnaíba I, no estado do Maranhão, recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da terceira e quarta turbina, com capacidade instalada de 169 MW cada uma. Parnaíba I atingiu, assim, sua capacidade instalada total, de 676 MW e já iniciou suas operações comerciais.

No mesmo mês, foi concluída a aquisição da totalidade do capital social da UTE MC2 Nova Venécia. O projeto, que detém autorização para a construção de uma usina termelétrica com capacidade de 176 MW, será transferido para a Bacia do Parnaíba no Maranhão.

Também em abril de 2013, a MPX anunciou que, em conjunto com MPX-E.ON Participações S.A. e Petra Energia S.A., firmou contrato com a Kinross Brasil Mineração S.A. para implantação de projeto termelétrico a gás natural, com capacidade instalada de 56 MW, a ser construído na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão, cujo início das operações comerciais está programado para ocorrer em dezembro de 2013. O valor anual do contrato é de aproximadamente R\$ 54 milhões.

* * *

Notas Explicativas

MPX Energia S.A. (Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conselho de Administração

Eike Fuhrken Batista (Presidente)
Eliezer Batista da Silva (Vice-Presidente)
Christopher David Meyn
Flavio Godinho
Luiz do Amaral de França Pereira
Paulo Manuel Mendes de Mendonça
Paulo Monteiro Barbosa Filho
Rodolpho Tourinho Neto
Samir Zraick

Diretoria

Eduardo Karrer (Presidente e Diretor de Relações com Investidores)
Rudolph Ihns
Xisto Vieira Filho
Marcus Bernd Temke
Bruno de Rossi Chevalier

Contadora

Ana Paula Vergetti Diniz
CRC nº 087040/O-9

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Índice

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Desempenho Econômico Financeiro

Análise da Demonstração de Resultado

DRE Consolidado - 2011								
<i>R\$ milhões</i>	MPX Controladora	Pecém I ¹	Pecém II	Itaqui	Amapari	MPX Comerc.	Outras ^{2,3}	Total
Receita Operacional Líquida	-	-	-	(4,6)	37,9	135,0	-	168,3
Custos Operacionais	-	(1,1)	(4,3)	(5,2)	(7,5)	(138,6)	(7,2)	(163,8)
Despesas Operacionais	(156,3)	(5,6)	(5,7)	(24,2)	(2,7)	(0,7)	(82,8)	(277,9)
Resultado Financeiro Líquido	(44,1)	(47,5)	(34,9)	(76,8)	(2,5)	7,8	(4,4)	(202,4)
Equivalência Patrimonial	(218,5)	-	-	-	-	-	190,7	(27,7)
Outras Receitas/(Despesas)	(58,9)	-	-	0,1	0,0	-	22,9	(35,9)
Resultado antes de impostos	(477,8)	(54,1)	(44,9)	(110,8)	25,4	3,6	119,3	(539,5)
Impostos Correntes/ Diferidos	69,3	18,3	15,2	37,6	(3,8)	(1,2)	2,1	137,6
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	(6,7)	(6,7)
Resultado do Período	(408,6)	(35,8)	(29,6)	(73,2)	21,5	2,4	114,7	(408,6)

DRE Consolidado - 4T11								
<i>R\$ milhões</i>	MPX Controladora	Pecém I ¹	Pecém II	Itaqui	Amapari	MPX Comerc.	Outras ^{2,3}	Total
Receita Operacional Líquida	-	-	-	(3,6)	9,3	36,4	-	42,1
Custos Operacionais	-	(0,4)	(1,3)	(1,1)	(5,6)	(39,0)	(2,4)	(49,8)
Despesas Operacionais	(52,7)	(1,3)	(2,2)	(10,1)	(0,7)	(0,4)	-	(104,1)
Resultado Financeiro Líquido	(239,3)	(11,7)	(4,7)	(4,4)	(2,3)	2,3	-	(279,6)
Equivalência Patrimonial	(78,8)	-	-	-	-	-	68,9	(12,2)
Outras Receitas/(Despesas)	(40,6)	(0,0)	-	(0,0)	(0,1)	-	9,3	(31,4)
Resultado antes de impostos	(411,3)	(13,4)	(8,2)	(19,2)	0,6	(0,7)	75,8	(435,0)
Impostos Correntes/ Diferidos	102,1	4,5	2,8	6,5	4,5	0,2	6,6	127,4
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(1,6)
Resultado do Período	(309,2)	(8,9)	(5,4)	(12,7)	5,1	(0,4)	82,4	(309,2)

Obs 1: Os números apresentados acima consideram os resultados integrais das controladas da MPX, exceto Pecém I. Para esta última considera-se apenas 50% dos valores dado que o controle é compartilhado.

Obs 2: Além das outras empresas controladas considera também eliminação de operações entre partes relacionadas, bem como o resultado da equivalência patrimonial.

Obs 3: Seguindo as normas contábeis, participações da Controladora nas Controladas que apresentem saldos negativos são transferidas do Ativo para o Passivo Não Circulante, na rubrica Passivo a Descoberto. Seguindo o mesmo princípio, a equivalência patrimonial da respectiva Controlada, é reclassificada para a conta de Outras Despesas Operacionais.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	Consolidado		
	2011	2010	% Var
Receita Operacional Bruta			
Suprimento de energia elétrica	42.303	43.574	-2,9%
Comercialização de Energia Elétrica	148.086	69.307	113,7%
Deduções sobre a Receita	(22.109)	(14.426)	53,3%
	-	-	-
Receita Operacional Líquida	168.279	98.454	70,9%

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	Consolidado		
	4T11	4T10	% Var
Receita Operacional Bruta			
Suprimento de energia elétrica	10.366	10.329	0,4%
Comercialização de Energia Elétrica	39.907	20.501	94,7%
Deduções sobre a Receita	(8.157)	(3.033)	169,0%
	-	-	-
Receita Operacional Líquida	42.116	27.798	51,5%

A Receita Operacional Líquida consolidada da MPX no 4T11 foi de R\$ 42,1 milhões, apresentando um crescimento de 51,5% em relação ao 4T10. Com o aumento do volume de energia vendida pela MPX Comercializadora, a receita operacional líquida desta superou em R\$ 17,8 milhões a receita registrada no 4T10, respondendo pela maior parte do crescimento da receita consolidada. A subsidiária MPX Amapari, que controla a UTE Serra do Navio, uma parceria 51%/49% entre a MPX e a Eletronorte, reportou receita operacional líquida de R\$ 9,3 milhões no 4T11, 1,6% superior ao 4T10.

Em 2011, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 168,3 milhões, superando em 71% o montante registrado em 2010. A maior parte do aumento se deve ao crescimento significativo dos volumes negociados pela MPX Comercializadora, que registrou receita líquida de R\$ 135,0 milhões em 2011, comparada aos R\$ 62,9 milhões registrados em 2010.

Custos Operacionais

Custos Operacionais (Em milhares de reais)	Consolidado		
	2011	2010	% Var
Pessoal e administradores	(4.843)	(5.099)	-5,0%
Material	(755)	(1.912)	-60,5%
Insumos	(68.270)	(60.674)	12,5%
Serviços de Terceiros	(6.792)	(7.428)	-8,6%
Arrendamentos e aluguéis	(6.433)	(15.264)	-57,9%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Seguros	(3.076)	(2.238)	37,5%
Tributos e contribuições	(43)	116	-136,8%
Benefício CCC	71.366	45.072	58,3%
Energia elétrica para revenda	(137.021)	(61.773)	121,8%
Outros	(1.702)	(1.328)	28,1%
Total	(157.568)	(110.527)	42,6%
Depreciação e amortização	(6.210)	(5.954)	4,3%
Total	(163.778)	(116.481)	40,6%

Custos Operacionais (Em milhares de reais)	Consolidado		
	4T11	4T10	% Var
Pessoal e administradores	(1.247)	(1.711)	-27,1%
Material	29	(809)	-103,6%
Insumos	(17.131)	(16.644)	2,9%
Serviços de Terceiros	(2.291)	(3.432)	-33,2%
Arrendamentos e aluguéis	(1.822)	(1.353)	34,6%
Seguros	(614)	(815)	-24,7%
Tributos e contribuições	(44)	9	-613,5%
Benefício CCC	14.228	12.641	12,6%
Energia elétrica para revenda	(38.282)	(17.939)	113,4%
Outros	(917)	182	-603,3%
Total	(48.091)	(29.872)	61,0%
Depreciação e amortização	(1.728)	(1.949)	-11,3%
Total	(49.819)	(31.821)	56,6%

Os Custos Operacionais consolidados somaram R\$ 49,8 milhões no 4T11, 56,6% maior que no mesmo período do ano anterior. Os custos com Energia Comprada para Revenda aumentaram em R\$ 20,3 milhões, sendo impactados principalmente pelo aumento do volume de energia comercializada no 4T11 quando comparado ao 4T10.

É importante observar que a MPX Amapari opera no sistema isolado e, dessa forma, é elegível para o reembolso de combustível de acordo com os regulamentos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (benefício CCC). No 4T11, o reembolso recebido totalizou R\$ 14,2 milhões, comparado a R\$ 12,6 milhões no 4T10.

Em 2011, os Custos Operacionais totalizaram R\$ 163,8 milhões, principalmente devido ao aumento de R\$ 75,3 milhões verificado na conta de Energia Comprada para Revenda, parcialmente compensado pelo benefício CCC, que em 2011 foi R\$ 26,3 milhões superior ao valor registrado em 2010.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Despesas Operacionais

A análise comparativa entre o 4T11 e o 4T10 fica prejudicada devido aos ajustes contabilizados no 4T10, em consequência da migração para o padrão contábil IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

As Despesas Operacionais consolidadas do ano, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 274,6 milhões, comparados aos R\$ 224,2 milhões reportados em 2010. Em 2011, a controladora reportou Despesas Operacionais, excluindo depreciação e amortização, de R\$ 155,2 milhões, 7,1% menor que o registrado no ano anterior. No período, o IPCA avançou 6,5%.

Despesas Operacionais (Em milhares de reais)	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	% Var	2011	2010	% Var
Despesas						
Pessoal e administradores	(92.592)	(117.583)	-21,3%	(148.690)	(131.278)	13,3%
Material	(362)	(172)	110,4%	(1.449)	(564)	157,0%
Serviços de terceiros	(46.683)	(33.679)	38,6%	(93.516)	(66.694)	40,2%
Arrendamentos e aluguéis	(7.803)	(7.187)	8,6%	(13.856)	(11.263)	23,0%
Seguros	(370)	(391)	-5,2%	(2.560)	(2.311)	10,8%
Tributos	(242)	(1.407)	-82,8%	(2.452)	(2.031)	20,7%
Outras despesas	(7.132)	(6.557)	8,8%	(12.053)	(10.010)	20,4%
Total	(155.185)	(166.976)	-7,1%	(274.576)	(224.150)	22,5%
Depreciação e amortização	(1.120)	(666)	68,2%	(3.358)	(2.017)	66,5%
Total	(156.305)	(167.642)	-6,8%	(277.934)	(226.167)	22,9%

Despesas Operacionais (Em milhares de reais)	Controladora			Consolidado		
	4T11	4T10	% Var	4T11	4T10	% Var
Despesas						
Pessoal e administradores	(29.561)	(45.633)	-35,2%	(61.119)	(45.383)	34,7%
Material	(119)	(45)	164,4%	(462)	(297)	55,3%
Serviços de terceiros	(17.401)	(10.027)	73,6%	(31.864)	(17.448)	82,6%
Arrendamentos e aluguéis	(1.917)	(2.674)	-28,3%	(4.142)	(3.864)	7,2%
Seguros	(118)	(83)	40,9%	(492)	(616)	-20,2%
Tributos	(11)	(102)	-88,7%	(916)	(436)	110,0%
Outras despesas	(3.185)	(1.351)	135,8%	(3.945)	(2.505)	57,5%
Total	(52.314)	(59.914)	-12,7%	(102.939)	(70.550)	45,9%
Depreciação e amortização	(346)	(203)	70,2%	(1.137)	(782)	45,5%
Total	(52.660)	(60.118)	-12,4%	(104.076)	(71.331)	45,9%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Dentre as Despesas Operacionais, destacam-se:

- **Pessoal e administradores:** Em 2011, as despesas de pessoal consolidadas totalizaram R\$ 148,7 milhões, 13,3% superiores às reportadas em 2010. Esse crescimento explica-se, principalmente, pelo aumento do número de funcionários dado o início da construção da UTE Parnaíba (+ R\$ 9,5 milhões), a proximidade do início das operações da UTE Itaqui (+ R\$ 11,4 milhões) e a intensificação das atividades no Chile após a concessão da licença ambiental para a UTE Castilla (+R\$ 5,5 milhões). A controladora reportou despesas de R\$ 92,6 milhões, 21,3% inferiores às reportadas em 2010. A redução deveu-se, principalmente, às menores despesas com folha de pagamento, por sua vez resultantes da transferência de colaboradores da controladora para controladas (-R\$ 19,6 milhões) e a menores despesas relacionadas aos planos de opções em aberto (-R\$ 13,4 milhões).
- **Serviços de terceiros:** As despesas consolidadas com serviços de terceiros em 2011 cresceram 40,2% em relação a 2010, alcançando R\$ 93,5 milhões. Na Colômbia, a intensificação da campanha de perfuração e dos trabalhos de planejamento e engenharia das minas, porto e ferrovia levou a um aumento nas despesas com consultorias de engenharia e geologia. Além disso, as despesas relacionadas a consultorias ambientais e legais aumentaram, em função do processo de licenciamento para as minas a céu aberto e infraestrutura logística (+R\$ 9,4 milhões). O Chile também reportou maiores despesas com consultorias ambientais, jurídicas e de comunicação, relacionadas ao processo de licenciamento da UTE Castilla e às negociações em curso para a venda de energia (+R\$ 6,5 milhões). Por último, as despesas no Parnaíba cresceram como resultado da venda de 1,5 GW e início das obras para a construção das usinas (+R\$ 4,4 milhões).

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	Consolidado		
	2011	2010	% Var
Receitas financeiras:			
Variações monetárias	52.237	40.022	30,5%
Rendas	97.351	60.291	61,5%
Ganhos com derivativos	1.418.221	83.725	1593,9%
Liquidações de derivativos	10.149	7.884	28,7%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Valor Justo - Debentures	-	-	-
Outros	8.931	4.801	86,0%
	1.586.887	196.723	706,7%
Despesas financeiras:			-
Variações monetárias	(101.363)	(29.223)	246,9%
Encargos de dívidas	(3.869)	(3.962)	-2,4%
Perdas com derivativos	(1.419.347)	(95.929)	1379,6%
Liquidações de derivativos	(71.220)	(93.952)	-24,2%
Valor Justo - Debentures	(62.003)	-	-
Juros - Debentures	(50.857)	-	-
Custo - Debentures	(3.018)	-	-
Outros	(77.597)	(19.402)	299,9%
	(1.789.273)	(242.468)	637,9%
	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(202.385)	(45.745)	342,4%

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	Consolidado		
	4T11	4T10	% Var
Receitas financeiras:			
Variações monetárias	19.969	2.478	705,8%
Rendas	33.217	11.771	182,2%
Ganhos com derivativos	535.042	11.986	4363,7%
Liquidações de derivativos	1.722	4.523	-61,9%
Valor Justo - Debentures	(164.089)	-	-
Outros	1.655	1.791	-7,6%
	427.516	32.549	1213,5%
Despesas financeiras:			-
Variações monetárias	(38.283)	(1.972)	1841,4%
Encargos de dívidas	1.122	(2.537)	-144,2%
Perdas com derivativos	(547.152)	44.392	1332,6%
Liquidações de derivativos	(5.804)	(11.950)	-51,4%
Valor Justo - Debentures	(62.003)	-	-
Juros - Debentures	(29.816)	-	-
Custo - Debentures	-	-	-
Outros	(25.210)	(11.437)	120,4%
	(707.145)	16.496	4386,7%
	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(279.629)	49.045	-670,1%

No 4T11, a MPX apresentou uma despesa financeira líquida consolidada de R\$ 279,6 milhões. O aumento em relação ao 4T10 deve-se, principalmente, à contabilização, conforme as regras do IFRS, do valor justo das debêntures conversíveis, com impacto negativo líquido de R\$ 226,1 milhões.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

No ano, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 202,4 milhões, apresentando crescimento de R\$ 156,6 milhões em relação a 2010. O aumento nas despesas financeiras líquidas em 2011 pode ser atribuído ao impacto das debêntures conversíveis nas despesas financeiras, que totalizou R\$ 115,9 milhões.

Resultado Líquido do Período

No 4T11, o resultado líquido do período foi negativo em R\$ 309,2 milhões, contra um prejuízo de R\$ 24,8 milhões registrado no 4T10. O resultado líquido em 2011 foi negativo em R\$ 408,6 milhões.

Análise do Balanço Patrimonial

<i>R\$ milhões</i>	Controladora		Consolidado	
	dez-11	set-11	dez-11	set-11
Ativo Circulante	1.070,3	1.199,6	1.738,1	1.960,5
Ativo Realizável a Longo Prazo	319,8	493,6	1.326,2	1.335,8
Ativo Permanente	1.561,7	1.456,7	5.717,2	5.176,1
Total do Ativo	2.951,8	3.149,9	8.781,5	8.472,4
	-	-	-	-
Passivo Circulante	157,8	128,6	1.661,6	1.197,3
Passivo Não Circulante	1.476,2	1.444,7	5.749,8	5.685,4
Participações Minoritárias	-	-	107,4	57,2
Patrimônio Líquido	1.317,8	1.576,7	1.262,6	1.532,5
Total do Passivo	2.951,8	3.149,9	8.781,5	8.472,4

Dívida (excluindo debêntures conversíveis)

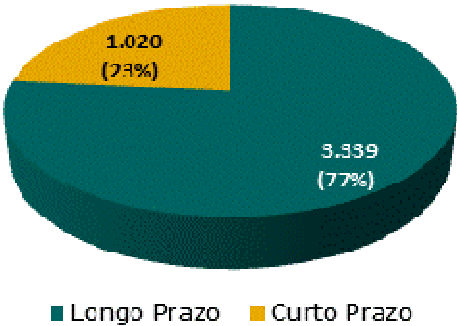
Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada, excluindo juros capitalizados, totalizava R\$ 4.359,4 milhões, um aumento de 21% em relação à posição ao final do 3T11 e 67% quando comparada à posição registrada em 31 de dezembro de 2010.

O saldo da dívida de curto prazo ao final de 2011 era de R\$ 1.020,2 milhões, ou R\$ 622,6 milhões acima do registrado em 30 de setembro do mesmo ano. No 4T11, a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões de um total de R\$ 825 milhões relativos ao empréstimo-ponte levantado para cobrir parte das necessidades de investimento na UTE Parnaíba. É importante ressaltar que tal empréstimo-ponte deverá ser quitado ao longo de 2012, com o primeiro desembolso do pacote de financiamento de longo prazo. Além disso, ao fim de 2011, R\$ 279,7 milhões em dívidas de curto prazo estavam alocadas na MPX Colômbia, uma subsidiária

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

da MPX, que será cindida como resultado do acordo de parceria entre a MPX e a E.ON.

Figura 7 – Dívida de Curto Prazo x Dívida de Longo Prazo (R\$ milhões)



No 4T11, os empreendimentos Pecém I, Pecém II e Itaqui desembolsaram parcelas do financiamento de longo prazo equivalente a R\$ 47 milhões, R\$ 22 milhões e R\$ 65 milhões, respectivamente. No ano, o desembolso totalizou R\$ 219 milhões para Pecém I, R\$ 353 milhões para Pecém II e R\$ 297 milhões para Itaqui. Ao final de 2011, os montantes já desembolsados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e de seus agentes financeiros totalizava R\$ 3.921 milhões, valor equivalente a 93% do financiamento total contratado.

Figura 8 – Desembolso acumulado até 31 de Dezembro de 2011 (R\$ milhões)

	Desembolsado	% Desembolsado	Total
Energia Pecém*	R\$ 1.837,0	93%	R\$ 1.976,0
Pecém II	R\$ 879,0	89%	R\$ 987,0
Itaqui	R\$ 1.205,0	97%	R\$ 1.241,0
Total	R\$ 3.921,0	93%	R\$ 4.204,0

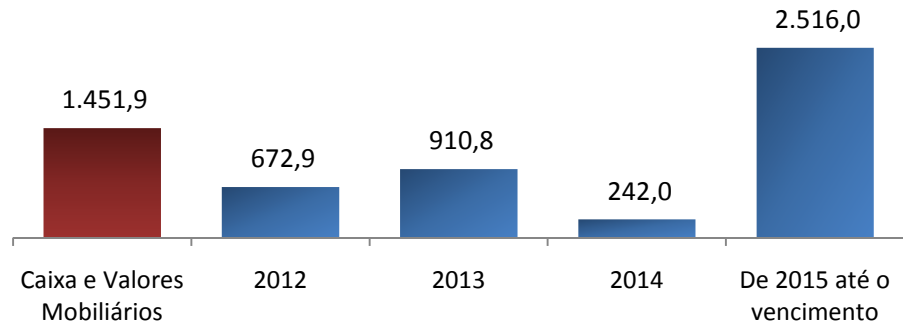
* Os números refletem 100% do projeto.

Do total da dívida consolidada ao final de 2011, 14% estava denominado em moeda estrangeira, sendo que 48% deste montante estava protegido contra variação cambial, através de *non-deliverable forwards* (NDFs). As porções da dívida sem hedge estavam alocadas na MPX Chile (14%) e na MPX Colômbia (86%). Cabe ressaltar que a MPX Colômbia passará a ser independente com a cisão dos ativos e criação da CCX, prevista para o 1S12. Assim sendo, após a conclusão da cisão, a exposição cambial da MPX deverá ser irrelevante.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em dezembro de 2011, o custo médio da dívida da MPX era de 8,87% e o prazo médio da dívida era de 6,7 anos.

Figura 9 – Perfil de Maturação da Dívida* (R\$ milhões)



**Os valores incorporam principal + juros capitalizados + encargos e excluem debêntures conversíveis.*

O saldo consolidado de Caixa e Valores Mobiliários totalizava, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 1.451,9 milhões, representando um aumento de R\$ 66,7 milhões em relação ao saldo registrado em 30 de setembro de 2011.

A dívida líquida (dívida total menos caixa e valores mobiliários) registrada no fim do 4T11 totalizava R\$ 2.907,6 milhões, 32% acima do saldo em 30 de setembro de 2011 e 37% superior ao valor registrado ao final de 2010.

Debêntures Conversíveis

No fechamento do ano, a Companhia registrava um saldo de debêntures conversíveis equivalente a R\$ 1.495,6 milhões (*fair value* + principal + juros). As debêntures podem ser convertidas a qualquer momento pelos investidores, em ações ordinárias de emissão da MPX, com os mesmos direitos e prerrogativas das ações atualmente em circulação, até o prazo de vencimento, em junho de 2014, com base num preço fixo de R\$ 43,00 por ação. A taxa de juros de remuneração equivale à variação do IPCA (capitalizada até a data de vencimento da operação), acrescida de spread de 4,00% ao ano (pago anualmente pela MPX a contar da data de emissão).

Investimento

Em 2011, a MPX investiu R\$ 1.775,2 milhões (R\$ 449,2 milhões no 4T11) na construção das UTEs Pecém I e II, Itaqui e Parnaíba Fases I e II, alcançando

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

progressos significativos na montagem e instalação de equipamentos nessas plantas.

Figura 10 – Investimento (R\$ milhões)

Empreendimentos	2010	2011	4T11
Pecém I	455,0	295,5	78,8
Pecém II	406,4	462,4	80,3
Itaqui	615,3	571,8	147,2
Parnaíba – Fase I	6,7	423,1	120,5
Parnaíba – Fase II	-	22,4	22,4
Total	1.483,5	1.775,2	449,2

Esses valores não incluem juros capitalizados, que totalizavam R\$ 480,2 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2011

02123-7 MPX ENERGIA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Companhia era composto por 136.720.840 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/12/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	98.979.104	72,40	98.979.104	72,40
Administradores				
Conselho de Administração	770.380	0,56	770.380	0,56
Diretoria	1.652.020	1,21	1.652.020	1,21
Conselho Fiscal*	-		-	
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	35.319.336	25,83	35.319.336	25,83
Total	136.720.840	100	136.720.840	100
Ações em Circulação	35.319.336	25,83	35.319.336	25,83

*Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada dia 30 de agosto de 2011, foi instalado o Conselho Fiscal da MPX, composto pelos senhores Egon Handel, Pedro Gerpe Arman e Carlos Thomaz Guimarães Lopes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2011

02123-7 MPX ENERGIA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No dia 26/05 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física

Companhia: MPX Energia S.A.				Posição em 31/12/2011 (em ações)			
				Ações ordinárias*		Total	
Acionista				Quantidade	%	Quantidade	%
Eike Fuhrken Batista*				91.779.524	67,1	91.779.524	67,1
Centennial	Asset	Mining					
Fund LLC				6.736.280	4,9	6.736.280	4,9
Centennial	Asset	Brazilian					
Equity Fund LLC				463.300	0,3	463.300	0,3
Outros				37.741.736	27,6	37.741.736	27,6
Total				136.720.840	100	136.720.840	100

*O Capital Social da MPX é composto apenas por ações ordinárias.

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da Companhia), até o nível de pessoa física

Companhia: Centennial Asset Mining Fund LLC			Posição em 31/12/2011 (em ações)	
	Quotas		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Eike Fuhrken Batista	1.000	100,0	1.000	100,0
Total	1.000	100,0	1.000	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2011

02123-7 MPX ENERGIA S/A			04.423.567/0001-21	
20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES				
Companhia: Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC			Posição em 31/12/2011 (em ações)	
Acionista	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Centennial Asset Mining Fund LLC	1.000	100,0	1.000	100,0
Total	1.000	100,0	1.000	100,0

Para melhor entendimento segue abaixo breve histórico das alterações societárias ocorridas na MPX no período de 1 ano:

- Em 24 de Setembro de 2010, a EBX Investimentos Ltda. retornou ao Sr. Eike F. Batista, acionista controlador da Companhia, 86.436.560 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 63,2% do Capital Social da MPX.
- Em 10 de Dezembro de 2010, de acordo com Comunicado ao Mercado, o Sr. Eike Batista, acionista controlador da Companhia, alienou 2.254.300 ações de emissão da Companhia com o objetivo de enquadrar o número de ações em circulação (*free float*) ao percentual mínimo requerido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BMF&Bovespa, equivalente a 25% do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Companhia era composto por 136.692.680 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/12/2010				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	100.569.135	73,57	100.569.135	73,57
Administradores				
Conselho de Administração	650.740	0,48	650.740	0,48

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2011

02123-7 MPX ENERGIA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Diretoria	1.154.160	0,84	1.154.160	0,84
Conselho Fiscal**	-		-	
Ações em Tesouraria	0	0,0	0	0,0
Outros Acionistas	34.318.645	25,11	34.318.645	25,11
Total	136.692.680	100	136.692.680	100
Ações em Circulação	34.318.645	25,11	34.318.645	25,11

**Em 31 de dezembro de 2010, a MPX não tinha Conselho Fiscal instalado

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física

Companhia: MPX Energia S.A.				Posição em 31/12/2010 (em ações)			
				Ações ordinárias		Total	
Acionista				Quantidade	%	Quantidade	%
Eike Fuhrken Batista		Mining	Asset	93.369.555	68,3	93.369.555	68,3
Centennial Fund LLC				6.736.280	4,9	6.736.280	4,9
Centennial Asset		Brazilian	Equity Fund LLC	463.300	0,3	463.300	0,3
Outros**				36.123.545	26,4	36.123.545	26,4
Total				136.692.680	100	136.692.680	100

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da Companhia), até o nível de pessoa física

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2011

02123-7 MPX ENERGIA S/A			04.423.567/0001-21		
20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES					
Companhia: Centennial Asset Mining Fund LLC			Posição em 31/12/2010 (em ações)		
	Quotas		Total		
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	
Eike Fuhrken Batista	1.000	100,0	1.000	100,0	
Total	1.000	100,0	1.000	100,0	
Companhia: Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC			Posição em 31/12/2010 (em ações)		
	Quotas		Total		
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	
Centennial Asset Mining Fund LLC	1.000	100,0	1.000	100,0	
Total	1.000	100,0	1.000	100,0	

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
MPX Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPX Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPX Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MPX Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Diferenças nas práticas contábeis adotadas no Brasil com as IFRS nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MPX Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional – Controladas em fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as controladas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., UTE Porto do Açú Energia S.A., Seival Sul Mineração Ltda., UTE MPX Sul Energia Ltda., MPX Viena GmbH, MPX Áustria GmbH, MPX Colômbia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda., Termopantanal Ltda., Nova-Sistemas de Energia Ltda., UTE Parnaíba Geração de Energia S.A., Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., Kebiny S.A., CGX Castilla Generación de Energia Ltda., Usina Termelétrica Seival Ltda. e UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A encontram-se em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto, bem como estas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis. Os planos da Administração da Companhia e de suas controladas com relação

às atividades operacionais estão descritos nas Notas Explicativas nºs 1 e 13. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 21 de março de 2012 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da MPX Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir determinadas reclassificações efetuadas pela administração conforme descrito na referida Nota Explicativa nº 3. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da MPX ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes em 23 de maio de 2013, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013.

Conselho Fiscal da MPX Energia S.A.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013.

Eduardo Karrer - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Rudolph Ihns – Diretor Financeiro
Xisto Vieira Filho – Diretor de Comercialização de Energia e Regulação
Marcus Bernd Temke – Diretor de Implantação e Operações
Bruno de Rossi Chevalier – Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 23 de maio de 2013, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013.

Eduardo Karrer - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Rudolph Ihns – Diretor Financeiro
Xisto Vieira Filho – Diretor de Comercialização de Energia e Regulação
Marcus Bernd Temke – Diretor de Implantação e Operações
Bruno de Rossi Chevalier – Diretor Jurídico